

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍS RAMOS DE CARVALHO

**Coparentalidade: Evidências Teoricamente Fundamentadas para Validar a Escala
da Relação Coparental (Versão Brasileira)**

São Carlos
Março de 2020

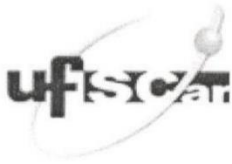
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍS RAMOS DE CARVALHO

**Coparentalidade: Evidências Teoricamente Fundamentadas para Validar a Escala
da Relação Coparental (Versão Brasileira)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham, com apoio de bolsa de doutorado da CAPES.

São Carlos
Março de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Thaís Ramos de Carvalho, realizada em 11/03/2020:

Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham
UFSCar

Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Afonseca
UFSCar

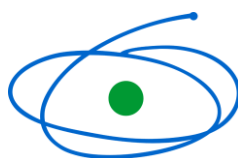
Profa. Dra. Marisa Matias Carvalho Silva
U.Porto

Profa. Dra. Maria Aparecida Crepaldi
UFSC

Prof. Dr. Evandro Morais Peixoto
USF

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Marisa Matias Carvalho Silva, Maria Aparecida Crepaldi e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Elizabeth Joan Barham



C A P E S

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para a sua realização e a todos os profissionais com interesse em estudar o desenvolvimento humano.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pela possibilidade de fazer as escolhas que me permitiram realizar a presente pesquisa.

Aos meus pais, Agnaldo e Marzy, pelo amor incondicional, por me incentivarem e apoiarem sempre e por não medirem esforços para que eu pudesse trilhar o caminho que escolhi. Agradeço, também, pela imensa ajuda durante todo o período de realização dessa pesquisa, especialmente com o recrutamento de participantes para a coleta de dados.

À minha irmã Juliana, por me apoiar em todos os desafios e pelas palavras de incentivo e a todos os meus familiares pelo carinho e apoio.

À minha querida orientadora Lisa, por ser tão generosa e ter me ensinado tanto ao longo desses anos de convivência. Agradeço por me apoiar e incentivar durante cada etapa desse processo. Além do enorme aprendizado acadêmico, você também foi um modelo de como ser uma pessoa ética, afetiva e competente. Conviver com você foi (e ainda é) um grande privilégio!

A todos que, por pura generosidade, se disponibilizaram a me ajudar com a coleta de dados ou com alguma outra etapa deste trabalho, especialmente às amigas Camila Campos, Mary Ellen Gotardo, Letícia Isaac, Ana Rúbia Oliveira, Ligia de Santis, Amelie Cintra, Patricia Gennari, Anik Setti, Flávia Sprestesojo, Neli Caccozzi e aos familiares Rocha, Iara, Letícia e Lucas. Sempre me lembrarei de como vocês foram importantes para a realização dessa pesquisa.

A todos os membros do laboratório de pesquisa do qual faço parte – LAÇO – pelas parcerias, trabalho em equipe e momentos de trocas e reflexões. Vocês contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às minhas amigas de São Carlos e de Pirassununga, por todo o incentivo, apoio e compreensão. Cada conversa e cada momento de descanso que compartilhamos contribuíram para me dar a força e a energia necessárias durante todo o período do doutorado.

Às prefeituras das cidades de São Carlos, Leme e Pirassununga, por terem viabilizado a realização dessa pesquisa e à direção e coordenação das escolas, por permitirem e

mediarem o contato com as mães e os pais e por, muitas vezes, me auxiliarem durante a coleta de dados.

Às mães e aos pais que participaram da presente pesquisa, por dedicarem parte do seu precioso tempo para responder aos instrumentos e por se disponibilizarem a refletir sobre o tema e a trocar experiências.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Dra. Marisa Matias Carvalho Silva, Dra. Maria Aparecida Crepaldi, Dra. Sabrina Mazo D'Affonseca, Dr. Evandro Moraes Peixoto, Dra. Monalisa Muniz Nascimento, Dra. Beatriz Schmidt e Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello, por terem aceitado prontamente o convite, por dedicarem seu tempo para ler este trabalho e por se disponibilizarem a compartilhar suas reflexões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar por todo o aprendizado. À Marinéia e ao Juan, por serem tão pacientes e por sempre fazerem o possível para me auxiliar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo programa CAPES/PROEX e pelo apoio financeiro recebido.

SUMÁRIO

Resumo.....	011
Abstract.....	012
Apresentação.....	013
Introdução.....	015
O Conceito de Coparentalidade.....	015
Instrumentos para Avaliar a Coparentalidade.....	020
Avaliação Psicológica.....	022
Evidências psicométricas.....	026
Validade.....	026
Precisão.....	028
Modelos Teóricos sobre a Coparentalidade.....	032
Modelo de Margolin, Gordis e John.....	032
Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade, de Feinberg.....	033
Modelo de Van Egeren e Hawkins.....	037
A Importância da Coparentalidade Considerando suas Relações com Variáveis Externas.....	040
Coparentalidade e ajustamento infantil.....	044
Coparentalidade e conjugalidade.....	052
Coparentalidade e depressão.....	061
Coparentalidade e estresse parental.....	066
Coparentalidade e habilidades sociais.....	073
Justificativa.....	075
Objetivo Geral.....	076
Objetivos Específicos.....	076
Hipóteses.....	076
Método.....	078
Delineamento da Pesquisa.....	078
Participantes.....	078
Instrumentos.....	081
Procedimento de Coleta de Dados.....	088
Local da Coleta de Dados.....	090
Análise dos Dados.....	090
Aspectos Éticos.....	104
Resultados.....	104
Análise Fatorial Confirmatória.....	104
Invariância.....	109
Precisão.....	109
Relações com Variáveis Externas.....	112

Validade discriminante.....	112
Testes avaliando construtos relacionados.....	113
Discussão.....	121
Estrutura Interna da ERC.....	122
Análise fatorial confirmatória.....	122
Invariância.....	123
Precisão.....	123
Relações com Variáveis Externas.....	125
Validade discriminante.....	125
Correlações com testes avaliando construtos relacionados.....	127
Conclusões.....	135
Referências.....	140
Anexo A – Reformulações acerca do conceito de validade e Fontes de evidência de validade.....	151
Anexo B – Indicadores de Precisão.....	158
Anexo C – Lista de profissões na amostra.....	161
Anexo D – Correspondências entre modelo teórico e fatores do instrumento.....	163
Anexo E – Folheto com informações da literatura sobre a coparentalidade.....	164
Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	166

Lista de Abreviaturas

AFC – Análise Fatorial Confirmatória

BDI-II – Inventário de Depressão de Beck

CC – Confiabilidade Composta

CFI – *Comparative Fit Index*

CI-PA – *Coparenting Inventory for Parents and Adolescents*

CRS – *Coparenting Relationship Scale*

EAD – Escala de Ajustamento Diádico

EDS – Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne

ERC – Escala da Relação Coparental

IEP – Índice de Estresse Parental

IHS2 – Inventário de Habilidades Sociais

PAM – *Parenting Alliance Measure*

PKBS-BR – Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares

RMSEA – *Root-Mean-Square Error of Approximation*

TLI – *Tucker Lewis Index*

VME – Variância Média Extraída

χ^2/gl – Qui-quadrado/graus de liberdade

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Comparação dos Componentes dos Três Principais Modelos de Coparentalidade.....	040
Tabela 2.	Características Sociodemográficas dos Participantes, por Sexo.....	080
Tabela 3.	Respondentes por Sexo, Método de Coleta e Estratégia de Recrutamento.....	089
Tabela 4.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total da Escala de Desejabilidade Social (EDS), para Mães e Pais.....	096
Tabela 5.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR), para Mães e Pais.....	097
Tabela 6.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores da Escala de Ajustamento Diádico (EAD), para Mães e Pais.....	098
Tabela 7.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total no Inventário de Depressão de Beck (BDI-II), para Mães e Pais.....	099
Tabela 8.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores do Índice de Estresse Parental (IEP), para Mães e Pais.....	100
Tabela 9.	Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores do Inventário de Habilidades Sociais (IHS2), para Mães e Pais.....	101
Tabela 10.	Média e Desvio Padrão Para Cada Fator dos Instrumentos de Coparentalidade, Desejabilidade Social, Ajustamento Infantil, Conjugalidade, Depressão, Estresse Parental e Habilidades Sociais....	103
Tabela 11.	Estrutura Interna da Escala da Relação Coparental: Valores de Referência e Índices de Ajuste para a Amostra Brasileira.....	107
Tabela 12.	Índices de Ajuste e Valores de Delta Para as Invariâncias Configural, Métrica e Escalar.....	109
Tabela 13.	Escala da Relação Coparental: Número de Itens, Valor do Coeficiente Alfa de Cronbach, do Ômega de McDonald, da Confiabilidade Composta e da Variância Média Extraída para Cada Fator.....	110
Tabela 14.	Matriz de Correlações Entre os Itens do Fator Proximidade Coparental, da Escala da Relação Coparental.....	111

Tabela 15.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total da Escala de Desejabilidade Social.....	112
Tabela 16.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores de Habilidades Pró-Sociais da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR).....	114
Tabela 17.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental e os Escores nos Fatores de Comportamentos Problemáticos da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR).....	115
Tabela 18.	Coeficientes de Correlação de Pearson e Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores da Escala do Ajustamento Diádico (EAD).....	117
Tabela 19.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total no Inventário de Depressão de Beck (BDI-II).....	118
Tabela 20.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores do Índice de Estresse Parental (IEP).....	119
Tabela 21.	Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores do Inventário de Habilidades Sociais (IHS2).....	120

Lista de Figuras

<i>Figura 1.</i>	Resumo das evidências psicométricas que são importantes indicadores da validade e precisão de um instrumento.....	031
<i>Figura 2.</i>	Os quatro componentes da coparentalidade.....	034
<i>Figura 3.</i>	Modelo Ecológico da Coparentalidade. Nas caixas com linhas sólidas, variáveis já estudadas; na caixa tracejada, possíveis habilidades subjacentes.....	044
<i>Figura 4.</i>	Estrutura fatorial final da Escala da Relação Coparental na amostra brasileira.....	108

Carvalho, T. R. (2020). *Coparentalidade: evidências teoricamente fundamentadas para validar a Escala da Relação Coparental (versão brasileira)* (tese de doutorado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 167pp.

Resumo: Coparentalidade é um termo usado para se referir à forma como os pais (ou outras figuras parentais) se relacionam para decidir como manejar seus papéis parentais. A relação coparental tem efeitos importantes sobre o desenvolvimento da criança e o bem-estar de cada um dos pais. O *Coparenting Relationship Scale*, instrumento desenvolvido para avaliar a coparentalidade, já passou por um processo de adaptação transcultural para uso no Brasil, recebendo o nome de Escala da Relação Coparental (ERC). No presente estudo, objetiva-se buscar evidências, fundamentadas em conceitos teóricos, de precisão e validade da ERC, baseadas na sua estrutura interna (usando análise fatorial confirmatória e testes de invariância) e nas relações com variáveis externas (para avaliar validade discriminante e correlações com testes avaliando construtos relacionados). Os dados foram coletados com 433 participantes (238 mães e 195 pais) que tinham pelo menos um filho de até 6 anos de idade. Além da ERC, foram aplicados instrumentos para avaliar a correlação entre os escores na ERC e medidas de: (a) desejabilidade social (para avaliar a validade discriminante), (b) comportamentos sociais e problemáticos da criança, (c) satisfação conjugal, (d) depressão, (e) estresse parental e (f) habilidades sociais. Em relação à estrutura interna da ERC, com base na análise fatorial confirmatória realizada, os mesmos seis fatores da estrutura americana original que possuíam índices de confiabilidade aceitáveis foram confirmados com a amostra brasileira. Além disso, os dados também apontaram para uma invariância da estrutura do instrumento em relação ao gênero, nos níveis configural, métrico e escalar. Em relação à precisão, todas as subescalas da ERC apresentaram valores considerados aceitáveis ou satisfatórios. No que se refere às evidências de validade discriminante, foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre apenas dois fatores da ERC (sabotagem e conflito) e o escore total do instrumento de desejabilidade social, apenas para os homens. No que diz respeito à relação entre coparentalidade e medidas de conjugalidade e depressão, a maior parte das correlações foi significativa, o que corrobora as hipóteses do presente estudo. Para o ajustamento infantil e estresse parental, parte das correlações foram significativas, mas para as habilidades sociais, a maioria das correlações não foi significativa e esse resultado diverge das hipóteses do estudo. Além disso, algumas correlações entre a ERC e o instrumento de habilidades sociais, embora significativas, estavam na direção oposta ao esperado, para as mães. Com base nesses resultados, foi possível encontrar diversas evidências de precisão e validade da ERC, além de confirmar alguns conceitos teóricos sobre variáveis associadas com a relação coparental. No entanto, foram limitações do estudo o baixo número de participantes que responderam a cada instrumento (exceto a ERC) e a baixa variabilidade nas respostas referentes aos construtos avaliados, dificultando verificar a existência das correlações esperadas. Por fim, destaca-se que o desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a coparentalidade, com evidências satisfatórias de precisão e validade, poderá ser útil tanto no contexto de pesquisas científicas quanto no contexto interventivo.

Palavras-chave: Coparentalidade, instrumento, precisão, validade

Carvalho, T. R. (2020). *Coparenting: theoretically based evidence to validate the Coparenting Relationship Scale (Brazilian version)*. Doctoral thesis, Graduate Program in Psychology, Federal University of São Carlos, São Carlos, SP. 167pp.

Abstract: Coparenting is a term used to refer to how parents (or other parental figures) interact, when deciding how to handle their parenting roles. The coparental relationship has important effects on children's development and the well-being of parents. The Coparenting Relationship Scale, an instrument developed to evaluate coparenting, has already undergone a cross-cultural adaptation process for use in Brazil, where it is called the *Escala da Relação Coparental* (ERC). The objective of the present study was to look for evidence, based on theoretical concepts of accuracy and validity of the ERC, based on its internal structure (using confirmatory factor analysis and tests for invariance) and association with external variables (to examine discriminant validity and correlations with tests that evaluate related constructs). Data were collected with 433 parents (238 mothers and 195 fathers) who had at least one child of up to 6 years of age. In addition to the ERC, instruments were applied to evaluate the relationships among ERC scores and measures of: (a) social desirability (to examine discriminant validity), (b) child adjustment, (c) marital satisfaction, (d) depression, (e) parental stress, and (f) social skills. Based on a confirmatory factor analysis, the internal structure of the Brazilian ERC included the same six factors that had satisfactory levels of reliability, and that formed the original American structure. In addition, there was evidence for invariance of the structure of the instrument, in relation to gender, at the configural, metric and scalar levels. With respect to accuracy, all ERC subscales presented values considered to be acceptable or satisfactory. With respect to evidence of discriminant validity, statistically significant correlations were found between only two ERC factors (undermining and conflict) and the total score of the social desirability instrument, and only for fathers. With respect to marital status and depression, most of the correlations were significant, which supports the study hypotheses. For child adjustment and parental stress, a significant number of correlations was observed, but for social skills, most of the correlations were not significant and these results differed from the study hypotheses. In addition, some correlations between the ERC subscales and the social skills instrument, although significant, were in the opposite direction than was expected, for the mothers. These results provide substantial evidence for the accuracy and validity of the ERC, besides confirming theoretical concepts about variables associated with the coparenting relationship. However, two limitations of the study were the low number of participants who responded to each of the instruments (with the exception of the ERC) and the low variability of responses for some of the constructs being evaluated, making it difficult to verify the existence of the expected correlations. Finally, it is noteworthy that the development of a Brazilian instrument to evaluate coparenting, that has satisfactory evidence of accuracy and validity, may be useful in the context of scientific research as well as in intervention settings.

Keywords: Coparenting, instrument, accuracy, validity

Apresentação

Meu interesse em estudar o desenvolvimento adulto e, em especial, as interações familiares, teve início durante a minha graduação em psicologia. Durante a elaboração do meu projeto de monografia, orientado pela profa. Lisa, comecei a ter mais contato com a literatura da área de coparentalidade (apesar de ainda desconhecer esse termo), me interessando, principalmente, por habilidades que poderiam ser importantes no contexto da organização e negociação, por parte das mães e dos pais, dos cuidados em relação aos filhos. Nesse momento, fiz entrevistas com 23 casais e os resultados encontrados apontaram para uma predominância de relatos acerca de dificuldades para lidar com comportamentos do(a) parceiro(a) que divergiam do esperado, ao mesmo tempo em que comentavam sobre esforços para lidar de forma positiva com as demandas envolvidas na criação dos filhos. Esses resultados fortaleceram meu interesse pelo tema e despertaram minha vontade de trabalhar com programas de intervenção.

No entanto, enquanto estava elaborando meu projeto de mestrado, notei uma lacuna na literatura nacional sobre instrumentos de medida para avaliar a coparentalidade, requisito fundamental na avaliação da eficácia de um programa de intervenção. Diante disso, decidi me aventurar na área de adaptação e validação de instrumentos. O objetivo do meu projeto de mestrado, portanto, foi o de realizar uma revisão da literatura internacional sobre os instrumentos de coparentalidade existentes, visando escolher um deles para passar por um processo de adaptação transcultural para uso no Brasil. Por meio desse processo, o *Coparenting Relationship Scale* foi o instrumento selecionado, sendo que sua versão brasileira passou a ser chamada de Escala da Relação Coparental. Essa pesquisa envolveu a participação de 25 casais e os resultados encontrados indicaram que a percepção dos participantes acerca da ERC convergia com a estrutura original do instrumento. No entanto, também se concluiu que seria necessário realizar novos estudos,

a fim de verificar e tentar resolver possíveis problemas de consistência interna, e, também, para obter evidências de validade do instrumento baseadas nas relações com variáveis externas.

Assim, decidi seguir na busca de evidências de validade e precisão para a Escala da Relação Coparental, durante o doutorado. Além disso, ao longo do contato que fui tendo com os casais que participaram das pesquisas anteriores, foi sendo reforçada a minha crença sobre a importância de se estudar as interações coparentais e os impactos dessas interações em outros âmbitos da vida dos pais e, também, de seus filhos. Nesse sentido, a presente tese de doutorado teve o objetivo de contribuir com o aprimoramento de um instrumento para avaliar a coparentalidade, para que ele possa ser usado por outros profissionais interessados na área, tanto em pesquisas científicas quanto no contexto interventivo, visando, em última instância, contribuir para que as mães e os pais (ou outras figuras parentais) possam desenvolver interações mais positivas e, assim, possam ter desfechos mais saudáveis.

Para fundamentar os objetivos do presente trabalho, que visam a obtenção de evidências adicionais de validade e precisão da Escala da Relação Coparental, serão discutidos: (a) o conceito de coparentalidade, (b) a lacuna de instrumentos para avaliar a coparentalidade no contexto brasileiro, (c) a área de avaliação psicológica e os conceitos de validade e precisão, (d) os três principais modelos de coparentalidade presentes na literatura científica, assim como uma comparação entre eles e (e) a relevância social de se estudar a coparentalidade, descrita em estudos que mostram relações entre interações coparentais positivas e negativas e o desenvolvimento infantil, a conjugalidade, a depressão, o estresse parental e as habilidades sociais das mães e dos pais.

Introdução

O Conceito de Coparentalidade

Coparentalidade é um termo usado para se referir à forma como os pais (ou outras figuras parentais) se relacionam para decidir como manejar seus papéis parentais (Feinberg, 2003). Além de se referir à divisão de responsabilidades e à execução instrumental das tarefas envolvidas na criação dos filhos, esse conceito também engloba os aspectos emocionais, como, por exemplo, o suporte emocional que cada membro da díade oferece ao outro e a partilha de valores relativos à criação do filho (Feinberg, 2003).

Segundo Minuchin (1982), o sistema familiar é formado por diferentes subsistemas (conjugal, parental, coparental), por meio dos quais as funções são diferenciadas e realizadas. Nesse sentido, Lamela, Figueiredo e Bastos (2013) apontam que as estruturas e os processos familiares influenciam o ajustamento psicológico dos filhos, assim como o bem-estar dos próprios pais. Esses autores afirmam que, por serem os responsáveis por estruturar as relações familiares, os pais influenciam o desenvolvimento de todos os membros da família. Assim, a relevância social de se estudar a coparentalidade se baseia nos estudos mostrando os impactos das interações positivas e negativas dos pais no desenvolvimento infantil e em questões relacionadas aos próprios membros da díade, como a harmonia conjugal, as práticas parentais, sintomas depressivos, entre outras (Barzel & Reid, 2011a; Feinberg, Brown & Kan, 2012; Kim & Teti, 2014; Kolak & Volling, 2007; McDaniel & Teti, 2012; Morrill, Hines, Mahmood & Córdova, 2010; Norlin & Broberg, 2013; Pedro & Ribeiro, 2015).

Ainda a respeito desse contexto, a família é um sistema complexo que está diretamente ligado aos processos de transformação histórica, social e cultural. Sendo assim, apresenta um contínuo processo de modificação, o que implica em alterações em sua composição e dinâmica. Importantes mudanças sociais e tecnológicas contribuíram

para que houvesse uma transformação na dinâmica da relação coparental e criaram um contexto no qual a mulher passou a assumir de forma concomitante diferentes papéis, além do papel de esposa e mãe, o que implicou, também, em mudanças na configuração do exercício da paternidade (Cúnico & Arpini, 2013; Silva, 2010).

Nesse sentido, Cúnico e Arpini (2013) fazem uma descrição da evolução histórica pela qual passou a instituição familiar no contexto brasileiro, destacando três grandes fases: a tradicional, a moderna e a contemporânea (ou pós-moderna). Segundo a revisão das autoras, o foco principal da família tradicional era a transmissão do patrimônio por meio de casamentos arranjados, que aconteciam em idade precoce. Além disso, havia a submissão dos membros da família à autoridade patriarcal.

A família moderna, por sua vez, surgiu concomitantemente à ascensão da burguesia no século XVIII, baseando-se, por esse motivo, em um sistema de valores burgueses. Esses valores englobavam uma maior valorização do papel materno e da educação dos filhos, ainda que preservando uma hierarquização entre homens e mulheres. Nesse sentido, o que se observava na maior parte das famílias era que os homens ficavam responsáveis pela produção, enquanto as mulheres eram as responsáveis pela esfera doméstica, ou seja, pelas tarefas envolvendo os cuidados com a casa e com os filhos. Assim, embora tenha havido mudanças, ainda se observava uma dependência da mulher em relação ao homem nessa configuração familiar (Cúnico & Arpini, 2013).

Cúnico e Arpini (2013) destacam a virada do século XX como sendo caracterizada pela decadência do patriarcado e, assim, da hegemonia masculina. Nesse sentido, a partir do final de 1960 e início de 1970, observou-se um aumento na quantidade de mulheres que exerciam um trabalho remunerado, especialmente entre as que faziam parte das camadas médias e altas da sociedade, visto que as mulheres de classes mais baixas já focavam no trabalho remunerado há mais tempo visando ajudar no sustento da família

(Teykal & Rocha-Coutinho, 2007). Assim, com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista, os métodos anticoncepcionais e a possibilidade de divórcio, a mulher passou a ter uma maior possibilidade de escolha. No entanto, as autoras destacam que, embora esses fatores sejam os mais citados como tendo contribuído para a “crise” dos modelos anteriores, eles são apenas parte de um movimento mais amplo de mudanças sociais, sinalizado pela busca da democracia e afirmação dos direitos de cidadania, que culminaram na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que ajudou a romper algumas concepções culturais anteriores (Cúnico & Arpini, 2013).

Nesse contexto, emerge a família contemporânea (ou pós-moderna), na qual o casamento passa a ser considerado uma livre escolha, e não mais um pacto indissolúvel. Com isso, houve um aumento no número de divórcios e, conseqüentemente, de recomposições conjugais, o que contribuiu para o surgimento de uma multiplicidade de configurações familiares. No entanto, as autoras destacam que o modelo tradicional não deixou de existir, mas que passou a coexistir com modelos referentes às novas representações familiares (Cúnico & Arpini, 2013). Todas essas transformações possibilitaram uma maior similaridade na divisão de tarefas e responsabilidades, na qual mães e pais passaram a compartilhar tarefas envolvendo os cuidados com a casa e a criação dos filhos (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005). Em função dessas mudanças, também se abriu um espaço ampliado de desenvolvimento e relacionamento para os homens, que passaram a ter a possibilidade de interagir com maior frequência com sua esposa e filhos.

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade ocorre quando as figuras parentais dividem as responsabilidades em relação à criação de uma criança e se caracteriza pelo suporte prático e emocional que cada pai oferece ao outro na organização e execução das

tarefas envolvendo a educação dos filhos. Esse autor afirma, ainda, que a relação coparental se diferencia da relação conjugal, excluindo, portanto, os aspectos do relacionamento do casal que não se refiram à criação dos filhos, como os aspectos românticos e sexuais. Considerando esta distinção, alguns autores estudando a coparentalidade destacaram que nem todos os pais que vivenciavam um relacionamento conjugal conflituoso apresentavam comportamentos coparentais negativos (Feinberg, 2003; Van Egeren, 2004). Ou seja, os casais pareciam conseguir evitar que os conflitos conjugais afetassem sua disposição para colaborar um com o outro em relação a questões envolvendo a criação dos filhos. Da mesma forma, nem todos os pais que apresentavam comportamentos coparentais negativos estavam insatisfeitos com a sua relação geral com o(a) parceiro(a), o que demonstra que esses dois contratos, embora relacionados, são distintos.

Além disso, a coparentalidade não implica que os papéis parentais devam ser divididos igualmente, baseados na quantidade de tarefas a serem realizadas. A divisão de tarefas e responsabilidades deve considerar as particularidades de cada parceiro (por exemplo, habilidades, interesses e dedicação aos filhos) e respeitar a individualidade de cada membro da díade coparental (por exemplo, diferenças nas demandas que cada um atende em relação ao trabalho remunerado), além de levar em conta os contextos sociais e culturais mais amplos que influenciam o envolvimento de cada um (Feinberg, 2003). Nesse sentido, McHale (1995) acredita que uma relação coparental funcional é aquela na qual a díade consegue articular as condições individuais de cada pai com as necessidades de seu filho.

Com base nestas considerações, pode-se dizer que uma relação coparental de boa qualidade existe quando duas pessoas possuem as habilidades práticas e socioemocionais necessárias para que sejam capazes de unir seus esforços para sustentar e criar seu filho,

entrando em consenso sobre como cumprir esse papel, considerando diferenças entre suas opiniões pessoais, experiências passadas e habilidades individuais. Portanto, a coparentalidade exige de cada pai a capacidade de encontrar formas construtivas de entender e conciliar suas diferenças, de ajudar o outro a se relacionar bem com seu filho e a habilidade de ajudar seu filho a se inserir de forma saudável na sociedade.

O estudo da relação coparental teve início no contexto de casais divorciados, devido à necessidade dos pais de manter a comunicação sobre a criança, mas posteriormente também passou a ser estudado em outros contextos, como o de casais casados (Feinberg, 2003; Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini & Bosa, 2005; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010). Independentemente de estarem vivendo juntos ou não, os pais precisam interagir, um com o outro, para criar seus filhos, o que exige a troca de informações e uma série de negociações envolvendo questões que afetam a vida da criança (Prati & Koller, 2011).

Segundo a revisão realizada por Frizzo et al. (2005), não há uma clareza na literatura científica acerca da origem desse conceito, mas, apesar desse fato, os dados da revisão realizada por Souza, Ramos, Pontes e Silva (2016) confirmam o crescimento do interesse acerca da coparentalidade e a diversidade de pesquisas sobre esse construto. Alguns autores (Baker, McHale, Strozier & Cecil, 2010; Feinberg & Kan, 2008; Lamela et al., 2010; Margolin, Gordis & John, 2001; McHale, 1995) destacam a possibilidade de aplicação desse conceito nos mais diversos tipos de famílias em que dois adultos sejam co-responsáveis por uma criança, independentemente do tipo de relação que mantenham entre si (por exemplo, mãe e avó), e ainda que não haja equivalência na autoridade e responsabilidade de cada um. Essa ampliação do conceito se explica pelas mudanças que têm ocorrido nas configurações familiares, buscando garantir o cuidado das crianças (Souza et al., 2016), e devido à possibilidade de estruturar os papéis parentais para além

de questões biológicas ou de parentesco (McHale, Kuersten-Hogan, Lauretti & Rasmussen, 2000), o que contribui para a universalidade do conceito de coparentalidade (Lamela et al., 2010). Além de definir o conceito, também é importante considerar as formas de medir a relação coparental.

Instrumentos para Avaliar a Coparentalidade

Em sua revisão sobre o conceito de coparentalidade, Frizzo et al. (2005) indicaram que os principais métodos de avaliação desse construto eram as observações, os questionários e as entrevistas, sendo o último método o mais utilizado. No entanto, os autores afirmaram não haver uma padronização nos roteiros das entrevistas e nas categorias das observações, o que dificultava a integração dos resultados encontrados por diferentes pesquisadores. Dez anos depois, Carvalho e Barham (2016) realizaram uma revisão da literatura sobre os instrumentos de autorrelato para avaliar a coparentalidade e fizeram uma comparação das evidências de validade e precisão de cada instrumento. As autoras encontraram oito instrumentos, sendo que todos eram internacionais, o que indicou uma falta de medidas de coparentalidade de origem brasileira ou adaptadas para essa população. Ao final do processo de comparação das evidências, as autoras destacaram os três instrumentos que apresentaram a maior quantidade de evidências que atendiam ou superavam os critérios mínimos de qualidade: o *Coparenting Relationship Scale (CRS)* (Feinberg et al., 2012), o *Parenting Alliance Measure (PAM)* (Konold & Abidin, 2001) e o *Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA)* (Teubert & Pinquart, 2011).

Segundo Carvalho et al. (2018), diferentemente do PAM, o CRS foi um instrumento elaborado com base no modelo de coparentalidade proposto por Feinberg, adotado como referência pelos autores. Além disso, os autores comentaram que o CI-PA foi criado para ser utilizado com mães, pais e filhos de uma faixa etária específica (adolescentes),

dificultando o uso do instrumento na elaboração e avaliação de intervenções precoces. Diante disso, os autores realizaram o processo de adaptação transcultural do CRS para uso no Brasil, de forma a propor uma versão brasileira unificada da escala. O instrumento passou pelas etapas de avaliação das equivalências semântica, conceitual, cultural (ou experiencial), idiomática (pertinência dos itens e adaptação de expressões idiomáticas e coloquias), operacional e de mensuração.

O *Coparenting Relationship Scale* (CRS) é um instrumento criado para avaliar a coparentalidade, composto por 35 itens, agrupados em sete subescalas: concordância coparental, proximidade coparental, suporte coparental, aprovação da parentalidade do parceiro, divisão do trabalho, sabotagem coparental e exposição da criança ao conflito. Para a validação da versão americana (Feinberg et al., 2012), o instrumento foi aplicado em 152 pais e 152 mães, em três momentos distintos, de acordo com a idade do filho-alvo: (a) filho com 6 meses, (b) filho com 1 ano e (c) filho com 3 anos. A análise fatorial da versão original do instrumento demonstrou uma estrutura estável ao longo do tempo. Em relação à precisão do CRS, foram encontrados valores de alfa de Cronbach entre 0,61 e 0,90 para seis das sete subescalas. As correlações entre os dois itens da subescala "divisão do trabalho" variaram de fracas a moderadas, considerando as amostras de mães e de pais, em três momentos de coleta diferentes.

A versão brasileira do instrumento, denominada de Escala da Relação Coparental (ERC), foi respondida por 171 casais, que tinham pelo menos um filho com idades entre 4 e 6 anos (Carvalho et al., 2018). Após a aplicação do instrumento, foi calculada a precisão, que revelou valores acima de 0,70, como sugerido por Urbina (2007), para quatro das sete subescalas (aprovação da parentalidade do parceiro, suporte coparental, sabotagem coparental e exposição ao conflito). Diante disso, os autores destacaram a importância da realização de uma análise fatorial do instrumento, com a finalidade de

verificar se os itens se agrupam nas mesmas subescalas da amostra estadunidense, de forma a identificar possíveis diferenças culturais. Além disso, os autores enfatizaram a necessidade de realização de novos estudos com o objetivo de buscar evidências adicionais de validade para a versão brasileira do CRS (Carvalho et al., 2018).

A adaptação e validação de instrumentos, criados em outros países, para uso no Brasil, possibilita que sejam feitas comparações entre o contexto brasileiro de coparentalidade e os contextos culturais de outros países (Pacico, 2015). A criação de uma versão brasileira de um instrumento de coparentalidade, especificamente, permitirá futuras comparações entre os resultados encontrados em diferentes países, o que irá contribuir para o aumento da compreensão acerca dos fatores universais e culturais envolvidos na relação coparental. Além disso, o uso de versões adaptadas de um mesmo instrumento na avaliação de intervenções focadas na coparentalidade permitirá a comparação dos resultados obtidos, visando o desenvolvimento de programas mais eficazes (Carvalho et al., 2018). No entanto, além de verificar a qualidade da tradução e adaptação de um instrumento, é preciso unir evidências sobre a precisão e a validade dessa nova versão. Como o presente trabalho tem como foco apresentar informações sobre o desempenho da ERC, no Brasil, serão descritos, a seguir, os tipos de evidência considerados, atualmente, como importantes indicadores de precisão e validade.

Avaliação Psicológica

Segundo a resolução 09/2018, do Conselho Federal de Psicologia:

Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (CFP, 2018).

A avaliação psicológica é, muitas vezes, considerada uma área específica da psicologia, responsável pela elaboração de instrumentos e técnicas (Primi, 2010). No

entanto, essa visão da área como sendo aplicada, técnica e voltada para a produção de instrumentos é simplista, visto que a avaliação psicológica refere-se a uma atividade complexa para compreender informações relevantes sobre um indivíduo em relação a fenômenos e processos psicológicos, com interfaces e aplicações em todas as áreas da psicologia (Anastasi & Urbina, 2000; Hutz, 2015; Primi, 2003). Nesse sentido, por meio da avaliação psicológica, busca-se conhecer o funcionamento psicológico das pessoas por meio de métodos, técnicas e instrumentos específicos, que criem condições que permitam aferir ou dimensionar os fenômenos e processos psicológicos e que possibilitem a análise e interpretação de dados relativos à uma amostra de comportamentos ou de traços psicológicos (AERA, APA, & NCME, 2014; Primi, 2010; Tavares, 2003).

Primi (2003, 2010) também enfatiza a importância da área, como parte central da ciência psicológica, à medida que possibilita que as teorias sejam operacionalizadas em termos de eventos observáveis, o que favorece as conexões entre a teoria e a prática. Além disso, a avaliação psicológica permite testar as teorias e, caso seja necessário, aprimorá-las, propulsionando a evolução do conhecimento da psicologia (Primi, 2003). Desta forma, Primi aponta que o avanço da área não implica somente no aprimoramento dos instrumentos, mas também, e sobretudo, das teorias que são usadas para explicar os processos psicológicos.

Os testes psicológicos foram definidos pela Lei nº 4.119/62 como instrumentos de mensuração de características e processos psicológicos. Nesse sentido, são meios padronizados de se obter amostras de comportamentos relevantes para o conhecimento do funcionamento cognitivo ou afetivo dos indivíduos, como forma de construir, quando necessário, uma conduta profissional envolvendo uma intervenção psicológica. Essas medidas se referem a procedimentos sistemáticos que permitem identificar diferenças individuais em relação a construtos, traços latentes, habilidades ou processos mentais e

forneem escores que devem ser interpretados com base na teoria relacionada ao conceito que se está medindo. Além disso, devido à sua função, como fase inicial de uma potencial intervenção profissional, foram considerados como técnicas de uso exclusivo do psicólogo (Anastasi & Urbina, 2000; CFP, 2018; Hutz, 2015; Primi, 2010; Urbina, 2007; Werlang, Villemor-Amaral & Nascimento, 2010).

É fundamental enfatizar que essa amostra de comportamentos deve ser avaliada de acordo com normas específicas, que informam como os escores referentes ao construto medido se distribuem na população ou, ao menos, na amostra de normatização (Hutz, 2015). Ademais, algumas das funções adicionais dos testes envolvem a obtenção de informações válidas em um curto período de tempo (em comparação com o tempo necessário para a observação direta dos comportamentos de interesse, na pessoa sendo avaliada), assim como a diminuição de divergências nas informações consideradas como indicadores de um fenômeno ou processo psicológico, por parte de diferentes profissionais (Werlang et al., 2010).

Existem dois caminhos para a obtenção de um teste psicológico: construção de uma nova medida ou adaptação de um instrumento já existente em outro país ou cultura (Pacico, 2015). A adaptação de um instrumento para uma nova cultura difere do processo de construção de um novo instrumento. Segundo o manual *The International Test Commission Guidelines for Translating and Adapting Tests* (2010), a adaptação de um instrumento implica na sua adequação para um novo contexto, por meio da obtenção de informações e evidências, a fim de verificar se há equivalência entre a versão original e a versão adaptada do teste. Ou seja, o objetivo do processo de adaptação de um instrumento é produzir versões que sejam equivalentes em diferentes culturas (Borsa, Damásio, & Bandeira, 2012).

A adaptação de um instrumento apresenta algumas vantagens em relação à criação de uma nova medida: (a) possibilidade de realização de comparações entre indivíduos ou populações de diferentes culturas (estudos transculturais), permitindo a identificação de diferenças e semelhanças, e (b) simplicidade e rapidez do procedimento, em comparação com o processo de construção de um teste, visto que não envolve algumas das etapas, como, por exemplo, a construção de itens (Pacico, 2015). Por esses motivos, as pesquisas sobre adaptação de instrumentos têm recebido grande ênfase (Gjersing, Caplehorn, & Clausen, 2010).

No entanto, Noronha e Vendramini (2003) apontam que, para que os testes sejam utilizados com segurança, devem ser realizados estudos com o objetivo de estabelecer suas propriedades psicométricas. Saur e Loureiro (2012) complementam essa ideia, ressaltando a importância da divulgação científica desses estudos. O desenvolvimento de instrumentos psicológicos com propriedades psicométricas adequadas é uma tarefa extensa que requer a realização de muitos estudos focados na obtenção de um conjunto de informações específicas (Ferreira, 2015). Em função de sua importância, a área de avaliação psicológica tem crescido ao longo dos últimos anos (Noronha & Reppold, 2010).

Para que um teste psicológico seja considerado como confiável, além de ser fundamentado em uma teoria e utilizado em condições favoráveis (por um profissional com qualificação técnica, que respeite os preceitos éticos da profissão, assim como as condições padronizadas do uso do teste), o instrumento precisa atender aos requisitos de validade e precisão, o que é explicitado na resolução nº 9/2018, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018; Pacico, 2015; Reppold & Gurgel, 2015; Werlang et al., 2010).

Evidências psicométricas.

Os parâmetros psicométricos que devem ser considerados para que um teste seja classificado como confiável e, assim, para que seu uso seja recomendado, são discutidos por diversos autores nacionais e internacionais (Noronha, 2003). No entanto, não há, na literatura científica, um consenso sobre quais evidências um instrumento deve possuir para que seja considerado válido, assim como a quantidade de evidências necessárias (Borsa et al., 2012).

Considerando-se a diversidade de passos envolvidos no processo de validação de um instrumento (Urbina, 2007), Borsa et al. (2012) sugerem que, quanto maior a quantidade de evidências apresentadas sobre um determinado instrumento, melhor. Ademais, os autores destacam a ideia apresentada por Urbina (2007), de que é importante que diferentes pesquisadores avaliem essas evidências, o que irá contribuir, ainda mais, para sua validade. Nesse sentido, destacam-se dois parâmetros que têm sido apontados como os mais importantes na verificação da legitimidade de um teste e para garantir a confiabilidade dos resultados das aplicações: a validade e a precisão (Noronha, 2003; Pasquali, 2009; Primi, 2012).

Validade.

Segundo Urbina (2007), a primeira definição do conceito de validade foi formulada pela Associação Nacional dos Diretores de Pesquisa Educacional, em 1921, e relacionava a validade à capacidade de um teste de medir o que se propunha a medir. A autora também destaca a definição proposta por Anastasi e Urbina, em 1997, de que esse conceito se referia ao conhecimento acerca do construto medido pelo teste e de quão bem ele fazia essa mensuração. No que diz respeito à operacionalização do conceito de validade, os pesquisadores costumavam se basear em três categorias de análise, nomeados por Muniz (2004) de “santíssima trindade da validade”, a saber: (a) validade de conteúdo, (b)

validade de critério e (c) validade de construto (Pasquali, 2009; Pawlowski, 2007; Primi, Muniz & Nunes, 2009). No entanto, essas categorias passaram por reformulações, que culminaram na descrição de cinco fontes de evidência de validade: (a) evidências baseadas no conteúdo ou domínio, (b) evidências baseadas na estrutura interna, (c) evidências baseadas na relação com variáveis externas, (d) evidências baseadas no processo de resposta e (e) evidências baseadas nas consequências da testagem (AERA, APA, & NCME, 1999; Nunes & Primi, 2010; Pawlowski, 2007; Primi et al., 2009).

As evidências baseadas na estrutura interna podem ser verificadas por meio de diferentes métodos, entre eles: análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória, modelagem com equações estruturais e estudos de Funcionamento Diferencial do Item (DIF), a partir da aplicação da Teoria de Resposta ao Item (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009). As evidências baseadas nas relações com variáveis externas, por sua vez, podem ser divididas em cinco subclasses: (a) validade de critério, (b) validade convergente, (c) validade discriminante, (d) testes avaliando construtos relacionados e (e) estudos experimentais ou quase experimentais (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009)¹.

Contudo, Urbina (2007) afirma que essa nova concepção também não está livre de críticas, pois, ao se definir o conceito de validade com base no grau em que os testes medem o que pretendem pedir, podem surgir dúvidas em relação às diferenças entre as definições dos conceitos de validade e precisão. Porém, a autora destaca que a precisão se refere à característica do teste de medir sem erros, e não ao fato de o teste medir o que se propõe a medir. Portanto, o processo de validação de um instrumento se baseia nas teorias psicológicas que visam definir o construto. Além disso, esse processo é

¹ Informações acerca desse processo de reformulação e sobre as fontes de evidências de validade são descritas de forma mais detalhada no Anexo A.

cumulativo, agregando questões sobre a compreensão teórica e evidências científicas que asseguram as interpretações dos escores do teste, assim como a relevância e utilidade dos usos propostos para o instrumento. Nesse sentido, a validade das inferências (ou hipóteses) pode aumentar ou diminuir (Primi et al., 2009; Urbina, 2007).

Ademais, a busca por evidências de validade de um teste é uma tarefa conjunta, que envolve tanto o criador da medida quanto os outros profissionais que a utilizem (AERA et al., 2014). Urbina (2007) destaca, ainda, que existe uma variedade de métodos por meio dos quais é possível estabelecer as bases confirmatórias para a interpretação dos escores de um teste, o que aponta para a natureza multifacetada do processo de validação de um instrumento. Por outro lado, quando um teste não possui evidências de validade, não se pode garantir que os resultados obtidos com a sua aplicação se referem ao construto que se buscou medir e também não há segurança em afirmar que as interpretações dos escores do teste são legítimas. Nesses casos, as análises tornam-se inviabilizadas, o que impossibilita a utilização do teste em práticas profissionais (Noronha, 2003; Primi et al., 2009).

Precisão.

A precisão de um teste refere-se à confiabilidade dos seus escores, ou seja, à consistência e precisão dos resultados do processo de mensuração (Urbina, 2007). Nesse sentido, diferentes nomenclaturas são utilizadas na literatura científica para se referir a esse conceito, sendo que algumas delas procuram expressar sua definição, como precisão, fidedignidade ou confiabilidade, enquanto outras se relacionam ao tipo de técnica utilizada na coleta ou análise dos dados empíricos, como estabilidade, constância, equivalência e consistência interna (Pasquali, 2009). Além disso, esse conceito se relaciona à capacidade do teste de distinguir participantes em termos de diferenças individuais, ou seja, quão bem o conjunto de itens do teste consegue produzir escores que

diferenciam indivíduos com diferentes graus de habilidade, personalidade, entre outros (Zanon & Filho, 2015).

Um fator fundamental para a compressão do conceito de precisão é o erro de medida, que se refere a uma flutuação nos escores, resultado da diferença entre os escores obtidos usando o instrumento e os “escores” verdadeiros do indivíduo que está sendo avaliado. Quanto maior a precisão de um teste, menos erro existe entre o escore obtido e verdadeiro. No entanto, para serem úteis, os escores de um teste não precisam ser totalmente verdadeiros, principalmente porque nenhuma avaliação está livre de erros (Pasquali, 2009; Primi, 2012; Urbina, 2007; Zanon & Filho, 2015). Além disso, segundo Primi (2012) e Urbina (2007), como os construtos psicológicos avaliados pelas ciências sociais e comportamentais têm uma natureza complexa e são avaliados por meio de dados comportamentais que podem ser afetados por diversos fatores imprevisíveis, essas avaliações são muito mais propensas a erros, ou seja, é preciso usar estratégias eficazes para lidar com a existência de variações que não refletem as diferenças reais na variável latente.

No entanto, como é possível estimar o tamanho do erro em uma avaliação, ou seja, o quanto o teste se afasta de uma correlação perfeita ($r = 1$), essa informação pode ser usada na análise da pertinência do uso de determinado teste. Nesse sentido, a depender do tamanho do erro, isto é, da capacidade do teste de obter dados confiáveis, seu uso pode ser limitado ou, até mesmo, impossibilitado (Pasquali, 2009; Primi, 2012; Zanon & Filho, 2015). A precisão indica, portanto, se os escores de um teste são suficientemente consistentes e se apresentam níveis aceitáveis no que se refere aos erros de mensuração (Urbina, 2007).

Além disso, a análise da precisão de um teste se relaciona à replicabilidade dos resultados de estudos, que, por sua vez, constitui uma condição de trabalho de

fundamental importância na ciência. A fim de garantir as condições necessárias para que os resultados de um teste possam ser replicados de forma adequada, é importante que o instrumento de medida seja o mais preciso possível. Nesse sentido, além de conseguir diferenciar de forma apropriada os indivíduos com diferentes níveis na habilidade ou característica latente de interesse e, considerando que a habilidade ou característica medida apresente estabilidade ao longo do tempo, o teste deve ser capaz de recuperar esses escores em momentos posteriores (Zanon & Filho, 2015).

Em relação às formas de verificar o índice de precisão de um teste, existem quatro indicadores principais: (a) consistência interna; (b) estabilidade temporal, (c) equivalência de formas paralelas e (d) precisão de avaliadores (Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015)². Na Figura 1, é apresentado um resumo dos tipos de evidências psicométricas que são relevantes para julgar se um determinado instrumento pode ser usado para obter informações precisas e válidas sobre um construto alvo.

² Os quatro indicadores de precisão estão descritos de forma mais detalhada no Anexo B.

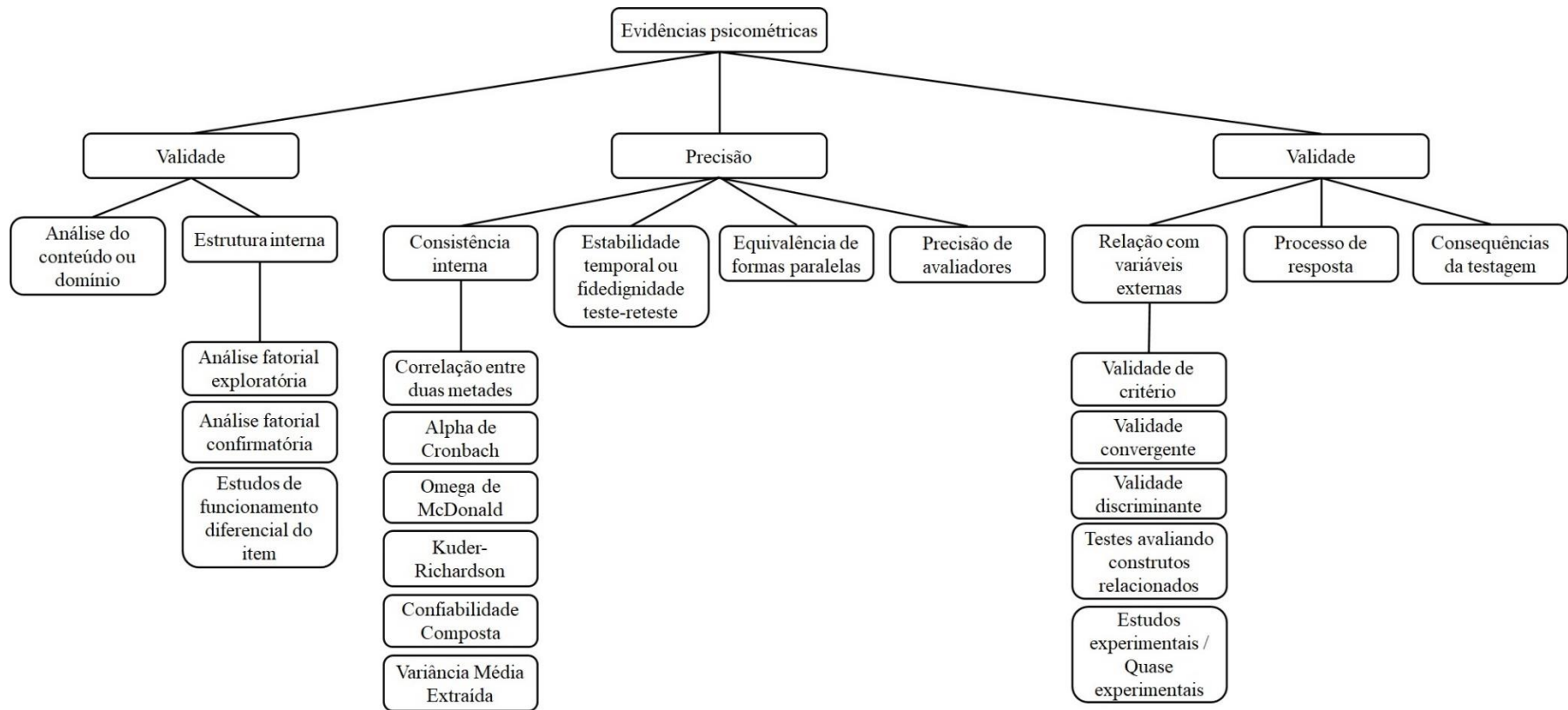


Figura 1. Resumo das evidências psicométricas que são importantes indicadores da validade e precisão de um instrumento.
 Fonte: Autora.

Tendo em vista que as evidências de validade um instrumento baseadas em sua estrutura interna se amparam nas teorias psicológicas que visam definir o construto de interesse, são apresentados, a seguir, os diferentes modelos criados para estruturar as ideias envolvendo o conceito de coparentalidade e apresentar uma compreensão mais completa acerca desse construto (Feinberg, 2002, 2003; Margolin et al., 2001; Van Egeren & Hawkins, 2004).

Modelos Teóricos sobre a Coparentalidade

Serão apresentados três modelos de coparentalidade e, depois, esses modelos serão comparados.

Modelo de Margolin, Gordis e John.

Segundo o modelo proposto por Margolin et al. (2001), a relação coparental é composta por três dimensões: (a) conflitos, (b) cooperação e (c) triangulação. A primeira dimensão se refere à quantidade de vezes em que os pais entram em conflitos acerca de questões relacionadas ao papel parental, especificamente em termos da frequência com que discutem ou discordam em assuntos que envolvem a criança, os padrões gerais ou as normas domésticas, além da quantidade de hostilidade e de comportamentos com a função de minar a parentalidade do parceiro que estão presentes nessas interações.

A dimensão da cooperação reflete a quantidade de suporte (instrumental e emocional), valorização e respeito existentes nas interações entre os membros da díade coparental, assim como o apoio que oferecem ao parceiro em momentos de estresse e sobrecarga. Esse componente reflete uma visão dos pais sobre a parentalidade como sendo uma responsabilidade compartilhada, o que contribui para que ambos estejam física e emocionalmente disponíveis para a criança (Margolin et al., 2001).

A terceira dimensão, triangulação, caracteriza-se pela presença de tentativas, por parte de um dos pais (ou de ambos), de formar alianças com o filho com o objetivo de atingir o parceiro, por meio de comportamentos que minem ou excluam o outro das interações parentais. Além disso, nessas situações é comum que um dos pais busque enviar recados ao outro por meio da criança, ao invés de conversar diretamente com o parceiro. Essa pressão para escolher um lado nos conflitos pode ser sentida tanto por filhos de pais divorciados quanto por crianças que residem com ambos os pais e esse processo pode culminar em consequências desfavoráveis ao desenvolvimento infantil (Margolin et al., 2001).

Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade, de Feinberg.

Feinberg (2003) considerou estudos anteriores, incluindo o modelo proposto por Margolin et al. (2001), para desenvolver o Modelo da Estrutura Interna da Coparentalidade, com o objetivo de descrever esse conceito para orientar o desenvolvimento de intervenções. Além da qualidade da relação emocional entre os pais, descrita por Margolin et al., Feinberg destaca a importância da forma como os pais se comportam, diante de diferenças de opiniões em relação à criação dos filhos, se os pais colaboram para resolver questões logísticas e quais os padrões de comunicação que estabelecem, no contexto familiar mais amplo. Segundo esse modelo, a coparentalidade é composta por quatro componentes: (a) concordâncias (ou discordâncias) na criação dos filhos, (b) divisão do trabalho, (c) suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro e (d) gestão familiar conjunta. Este último abrange o gerenciamento de conflitos entre os membros da díade coparental, o controle da formação de alianças entre um dos membros do casal e os filhos, excluindo o parceiro, e o equilíbrio das interações com a criança (Figura 2).

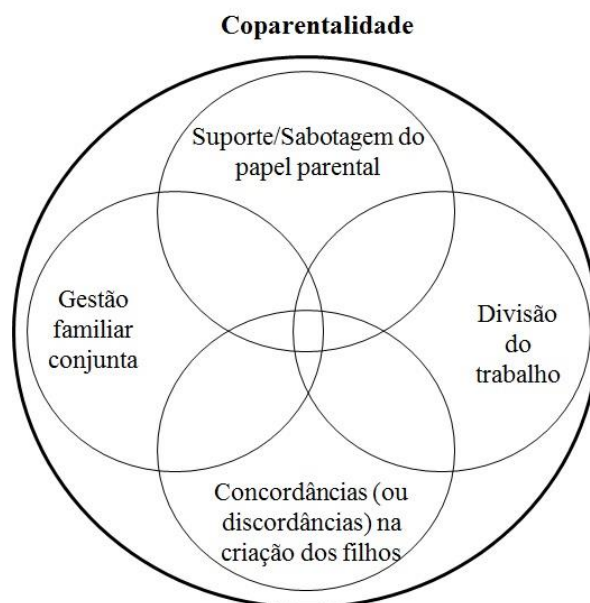


Figura 2. Os quatro componentes da coparentalidade.

Fonte: Traduzido de Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parent: Science and Practice*, 3(2), 95-131.

O primeiro componente proposto por Feinberg, concordâncias na criação dos filhos, se refere ao grau de concordância das figuras parentais em relação a diversas questões envolvidas na criação dos filhos, como as expectativas de comportamento, padrões educacionais, valores morais, necessidades emocionais e associações com pares. Esse componente é considerado como uma única dimensão, variando entre duas extremidades opostas: concordância e discordância (Feinberg, 2003).

As questões referentes à educação dos filhos que envolvem negociações por parte dos pais fazem parte de uma área na qual, com frequência, são encontradas dificuldades, visto que as mães e os pais costumam se basear nos modelos que vivenciaram nas suas próprias famílias de origem e, em muitos casos, esses modelos são diferentes. No entanto, apenas a existência de desacordos não implica necessariamente em resultados negativos, para os pais ou para os filhos. Mães e pais que procuram entender os efeitos positivos e negativos de cada abordagem, a fim de articular os dois conceitos, na maioria das vezes

conseguem manter altos níveis de suporte coparental, realizando negociações de forma respeitosa, mesmo quando mantêm opiniões divergentes. Por outro lado, quando essas negociações não ocorrem de forma positiva, essas divergências podem afetar os outros componentes da coparentalidade, assim como a consistência no uso de práticas disciplinares (Feinberg, 2003).

O segundo componente, divisão do trabalho, se relaciona à forma como são organizadas e divididas as tarefas e responsabilidades referentes à criança e, também, à casa. Além disso, esse componente envolve o manejo de questões financeiras, legais e médicas, desde que também sejam relacionadas à criança. Um ponto muito importante desse componente se refere à satisfação das figuras parentais com o resultado da divisão estabelecida, sendo que essa satisfação é influenciada pelas expectativas e crenças de cada pai sobre a participação e o envolvimento do(a) parceiro(a). Nesse sentido, também é relevante considerar o grau de flexibilidade das mães e dos pais durante as negociações envolvendo a divisão de tarefas, visto que esse fator pode contribuir para a satisfação com os resultados (Feinberg, 2003).

O terceiro componente da coparentalidade, suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro, é definido como a presença ou ausência de apoio por parte de um dos pais em relação ao outro, atestando a competência parental do parceiro, reconhecendo e respeitando as suas contribuições, aprovando suas decisões parentais e sua autoridade. Quando não há suporte, pode haver sabotagem parental. Ou seja, um dos membros da díade coparental pode fazer críticas ao parceiro, depreciar suas qualidades parentais ou tentar gerar culpa no outro. Esses comportamentos podem culminar em um clima de competição entre os pais, no qual interações positivas de um dos pais com a criança são vistas como negativas pelo cônjuge (Feinberg, 2003). Segundo Feinberg, ainda não está

totalmente claro se o suporte e a sabotagem deveriam ser conceitualizados e medidos como extremidades opostas de um mesmo continuum ou como dois construtos independentes, porém correlacionados.

O quarto componente da coparentalidade, gestão familiar conjunta, é dividido em três elementos: conflitos, coligações e equilíbrio. Em relação aos conflitos, Feinberg (2003) afirma que é papel dos pais controlar seu próprio comportamento, cuidando da forma com que se comunicam, um com o outro, evitando discutir questões envolvendo tensões intensas na frente da criança. Segundo ele, os pais devem esperar um momento no qual a criança não esteja presente, para que possam resolver esse tipo de questão. No entanto, deixar de interagir com o parceiro, ao invés de evitar apenas as discussões conflituosas, pode ser um indicativo de que a relação está comprometida e precisa passar por ajustes, pois, caso isso não ocorra, pode levar a resultados negativos, tanto para a criança quanto para os próprios membros da díade. Além disso, o autor destaca que nem todos os conflitos são prejudiciais à criança. Nos casos em que os pais conseguem manejar os conflitos de forma positiva, os impactos para os filhos podem ser benéficos (ou ao menos não prejudiciais), na medida em que a criança observa modelos de como resolver conflitos de maneira desejável, podendo aprender com o exemplo dos pais.

As coligações, por sua vez, estão relacionadas com a triangulação da criança, descrita no modelo de Margolin et al. (2001), e podem ser tanto explícitas quanto encobertas. Elas ocorrem em contextos nos quais a ocorrência de conflitos é alta e têm o objetivo de excluir o parceiro das interações familiares, usando a criança para atacar o outro. Assim como apontado por Margolin et al. (2001), Feinberg (2003) também destaca que, nesses contextos, as crianças podem tornar-se excessivamente envolvidas e sentir-se

presas no meio dos conflitos interparentais. O autor acrescenta, ainda, que é papel dos pais evitar que a criança seja incluída nessas situações conflituosas.

O terceiro aspecto da gestão familiar refere-se ao equilíbrio entre os pais nas interações com a criança, ou seja, a quantidade de tempo em que cada membro do casal se engaja em atividades com o filho em situações nas quais os três estão juntos, sendo importante considerar a qualidade dessas interações, assim como analisar se os pais contribuem de maneira equilibrada para as interações familiares. É importante destacar que Feinberg (2003) ressaltou a existência de aspectos adicionais do funcionamento familiar, relacionados à coparentalidade, mas justificou a seleção das quatro dimensões propostas no seu modelo pelo foco que receberam nas pesquisas em que ele se baseou.

Modelo de Van Egeren e Hawkins.

Van Egeren e Hawkins (2004) se basearam nos estudos de Van Egeren, de 2001, e de Feinberg, de 2003, para elaborar um modelo composto por quatro dimensões envolvendo questões afetivas e práticas: (a) solidariedade coparental, (b) suporte coparental, (c) sabotagem coparental e (d) parentalidade partilhada. A primeira dimensão, solidariedade coparental, é caracterizada pela demonstração de emoções positivas entre os parceiros, tanto nas situações em que os pais estão interagindo entre si a respeito da criança, quanto em momentos em que cada membro da díade interage individualmente com o filho. Além disso, essa dimensão está relacionada à concordância entre os pais em questões ligadas à criação dos filhos e aos esforços de cada parceiro para mostrar para a criança que as interações coparentais fazem parte de um ambiente agradável, falando sobre o outro de forma positiva para o filho, mesmo quando ele não estiver presente, por exemplo.

O apoio coparental, a segunda dimensão desse modelo, é evidenciado por comportamentos com a função de oferecer suporte ao parceiro para que ele seja capaz de cumprir as metas parentais, assim como das percepções do apoio recebido. Esse auxílio pode ser demonstrado em situações nas quais um dos membros da díade busca facilitar as interações do parceiro com a criança (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A terceira dimensão, sabotagem coparental, refere-se a ações por parte de um dos parceiros que frustram as tentativas do outro de atingir suas metas parentais, assim como a situações em que um dos cônjuges demonstre ausência de respeito acerca das decisões parentais do parceiro. Os comportamentos com a função de sabotagem podem ocorrer de forma evidente, como, por exemplo, por meio de críticas ou xingamentos direcionados ao cônjuge, ou de forma sutil, como, por exemplo, por meio de interrupções na fala do parceiro. Esse segundo tipo de comportamento costuma ser o mais comum nas interações coparentais. Assim como o apoio coparental, a sabotagem também pode ocorrer tanto na presença do parceiro (por exemplo, quando um dos cônjuges exclui o outro de alguma atividade envolvendo a criança) quanto durante sua ausência (por exemplo, quando um dos membros da díade espera o outro sair para fazer comentários negativos sobre o outro, para a criança) (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A parentalidade partilhada caracteriza a quarta dimensão do modelo e se relaciona à divisão das tarefas envolvendo os cuidados com os filhos, ao grau de responsabilidade de cada um dos pais na criação da criança e à satisfação dos membros da díade com a divisão estabelecida. Além disso, a parentalidade partilhada engloba dois elementos: a quantidade de envolvimento individual de cada pai com o filho e a parcela de interações envolvendo ambos os membros da díade, em conjunto com a criança (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Com base nos três modelos apresentados, nota-se que todos os autores consideraram tanto dimensões positivas quanto dimensões negativas que podem estar envolvidas em uma relação coparental. Além disso, ainda que recebam diferentes nomenclaturas, constata-se que os componentes de cada modelo se assemelham uns aos outros. No entanto, cada um desses modelos também possui algumas singularidades. Na Tabela 1, é apresentada uma comparação entre os componentes dos três modelos de coparentalidade.

Por ter se baseado no modelo proposto por Margolin et al. (2001), entre outros, nota-se que Feinberg (2003) considerou em seu modelo todos os componentes desse modelo anterior e, além disso, adicionou um componente referente à divisão do trabalho e um subcomponente que corresponde a um equilíbrio na gestão das interações familiares. Assim, percebe-se que Feinberg buscou elaborar um modelo com alguns aprimoramentos envolvendo a forma como os pais organizam a vida familiar, para além dos efeitos emocionais, considerando os trabalhos anteriores de outros autores da área.

Quando os modelos propostos por Van Egeren e Hawkins (2004) e por Feinberg (2003) são comparados, verifica-se que ambos possuem um componente referente à sabotagem, que seria uma forma competitiva de lidar com conflitos. No entanto, Feinberg (2003) também incluiu em seu modelo um subcomponente referente aos conflitos, no qual descreve interações envolvendo discordâncias mais sutis, que podem ter impactos nos filhos ora negativos (quando não resolvidos), ora positivos (quando resolvidos de forma construtiva).

Ademais, embora nessa primeira descrição do seu modelo Feinberg não tenha incluído a dimensão afetiva presente no componente de solidariedade coparental proposto por Van Egeren e Hawkins (2004), ao apresentarem uma atualização do modelo, Feinberg

et al. (2012) comentam sobre a inclusão de um novo componente: a proximidade coparental, que envolve percepções mais emocionais, assim como descrito por Van Egeren e Hawkins, de “crescer juntos enquanto pais” e “se tornar mais próximos por meio da parentalidade”. Diante disso, optou-se por utilizar o modelo de coparentalidade proposto por Feinberg (2003) como referência na presente pesquisa.

Tabela 1. *Comparação dos Componentes dos Três Principais Modelos de Coparentalidade*

		Modelo		
		Feinberg (2003)	Van Egeren e Hawkins (2004)	Margolin, Gordis e John (2001)
	Concordância ou discordância		Solidariedade coparental -	- Conflitos
	Divisão do trabalho		Parentalidade partilhada	-
	Suporte ou sabotagem		Suporte coparental Sabotagem coparental	Cooperação Conflitos
Gestão familiar conjunta	Conflitos		-	Conflitos
	Coligações		-	Triangulação
	Equilíbrio		Parentalidade partilhada	-
	Proximidade baseada na parentalidade		Solidariedade coparental	-

Fonte: Adaptada de Oliveira, A. R. (2019). *A Percepção de Pais e Mães sobre a Utilização de Habilidades Sociais no Contexto da Coparentalidade*, Monografia, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.

A Importância da Coparentalidade Considerando suas Relações com Variáveis externas

Diante das considerações sobre evidências que contribuem para fundamentar o uso de um instrumento, além de definir o conceito de coparentalidade e apresentar os modelos teóricos criados para definir esse construto, visando examinar a estrutura interna da ERC quando usada no Brasil, também é preciso especificar um modelo de possíveis causas e efeitos da qualidade da relação coparental, com base na literatura, que poderá guiar o

exame de evidências de validade do instrumento baseadas nas relações com variáveis externas associadas a esse construto.

Prati e Koller (2011) destacam a importância do estabelecimento de interações positivas por parte dos membros do casal, um com o outro, e, também, com os filhos, pois essas interações servem de base para o desenvolvimento saudável dos membros da família. Evidências sobre as relações entre a coparentalidade e medidas do ajustamento de cada pai e do desenvolvimento dos filhos foram sumarizadas por Carvalho e Barham (2016), com base em uma revisão da literatura. As autoras reportaram que a coparentalidade apresentou correlações positivas com a qualidade da relação conjugal (Barzel & Reid, 2011a; Feinberg et al., 2012; Kolak & Volling, 2007; Morrill et al., 2010; Norlin & Broberg, 2013), as práticas parentais (Barzel & Reid, 2011a; Morrill et al., 2010; Pedro & Ribeiro, 2015) e a regulação da criança (Kim & Teti, 2014), assim como correlações negativas com o conflito conjugal (Feinberg et al., 2012; Margolin et al., 2001), o estresse parental (Barzel & Reid, 2011a; Norlin & Broberg, 2013), sintomas depressivos de mães (Kim & Teti, 2014; McDaniel & Teti, 2012), sintomas depressivos de pais (McDaniel & Teti, 2012), problemas de comportamento dos filhos (Barzel & Reid, 2011b; Lamela, Castro, & Figueiredo, 2013) e a afetividade negativa da criança (Kim & Teti, 2014).

Feinberg (2002, 2003) acredita que a coparentalidade estaria no centro de uma complexa rede de associações entre influências individuais, familiares e contextuais, sendo que múltiplos fatores influenciam a coparentalidade e a coparentalidade, por sua vez, influencia em múltiplos resultados de pais e filhos. Diante disso, esse autor buscou sistematizar um modelo mais macroscópico dos antecedentes e consequentes da coparentalidade, baseado em estudos que mostraram correlações entre esse conceito e

outros construtos relacionados, que ele denominou de Modelo Ecológico da Coparentalidade, tentando explicitar a direção dessas relações. Feinberg indicou que existe uma ampla gama de influências individuais, familiares e extrafamiliares na coparentalidade. Algumas dessas influências são provavelmente altamente estáveis (por exemplo, características da personalidade dos pais), enquanto outras podem ter maior probabilidade de flutuar (por exemplo, estresse econômico).

Segundo esse modelo, as características individuais dos pais afetariam a suas habilidades de cooperar na criação dos filhos e de contribuir na gestão familiar. Da mesma forma, o temperamento da criança poderia afetar a relação coparental entre os pais. Por exemplo, quando um ou ambos os pais se sentem frustrados diante de dificuldades para lidar com o comportamento da criança, podem acabar culpando o parceiro por esse comportamento do filho. Ainda nesse modelo, o estresse é apontado como um provável ponto de entrada para a influência de fatores ambientais e contextuais sobre a coparentalidade (por exemplo, o estresse econômico gerado pela falta de recursos financeiros pode afetar negativamente o bem-estar dos pais, ou o estresse experienciado no trabalho pode reduzir o envolvimento familiar do pai), visto que o estresse elevado pode dificultar o funcionamento individual, reduzindo a habilidade de tolerar frustrações e, portanto, aumentando a frequência de interações interpessoais negativas com o(a) parceiro(a). Ou seja, a presença de estresse alto tende a levar ao estabelecimento de uma relação coparental mais conflituosa. No entanto, Feinberg (2002, 2003) destaca que variáveis ambientais ou contextuais também podem funcionar como fatores protetivos, como, por exemplo, o suporte social, que pode facilitar a forma como a família irá lidar com o estresse e favorecer o estabelecimento de uma relação coparental mais positiva.

Feinberg (2002, 2003) destaca, ainda, que a coparentalidade talvez ocupe um papel mediador no contexto familiar, considerando que é influenciada pelas características individuais, familiares e ambientais e, por sua vez, influencia desfechos para o desenvolvimento e bem-estar de cada membro da família. O autor destaca, ainda, sua compreensão da coparentalidade como um possível fator protetor que modera as relações risco-resultado. Esses dois papéis da coparentalidade são muito relevantes no contexto interventivo, visto que uma das estratégias gerais de prevenção seria identificar mediadores e moderadores modificáveis de desfechos importantes.

É importante destacar, ainda, que a relação coparental positiva é construída ao longo do tempo (McHale, Kuersten-Hogan & Rao, 2004). Diante disso, torna-se relevante identificar habilidades que ajudem as pessoas a lidar com dificuldades que afetam a qualidade das interações coparentais, de forma a contribuir para que elas tenham maior facilidade de se adaptar às demandas da sociedade atual (Prati & Koller, 2011). Pode-se supor que essas habilidades sejam subjacentes às correlações já reportadas na literatura, entre medidas de coparentalidade e “outras variáveis”, que dizem respeito ao relacionamento entre os pais ou entre pais e filhos. Assim, acredita-se que a coparentalidade também se correlacione com habilidades que contribuem para a construção e manutenção de bons relacionamentos, tais como as habilidades sociais, sendo que essas habilidades podem ser desenvolvidas ou aprimoradas. Na Figura 3, é apresentada uma versão adaptada desse modelo, de forma a incluir as variáveis encontradas na revisão realizada por Carvalho e Barham (2016).

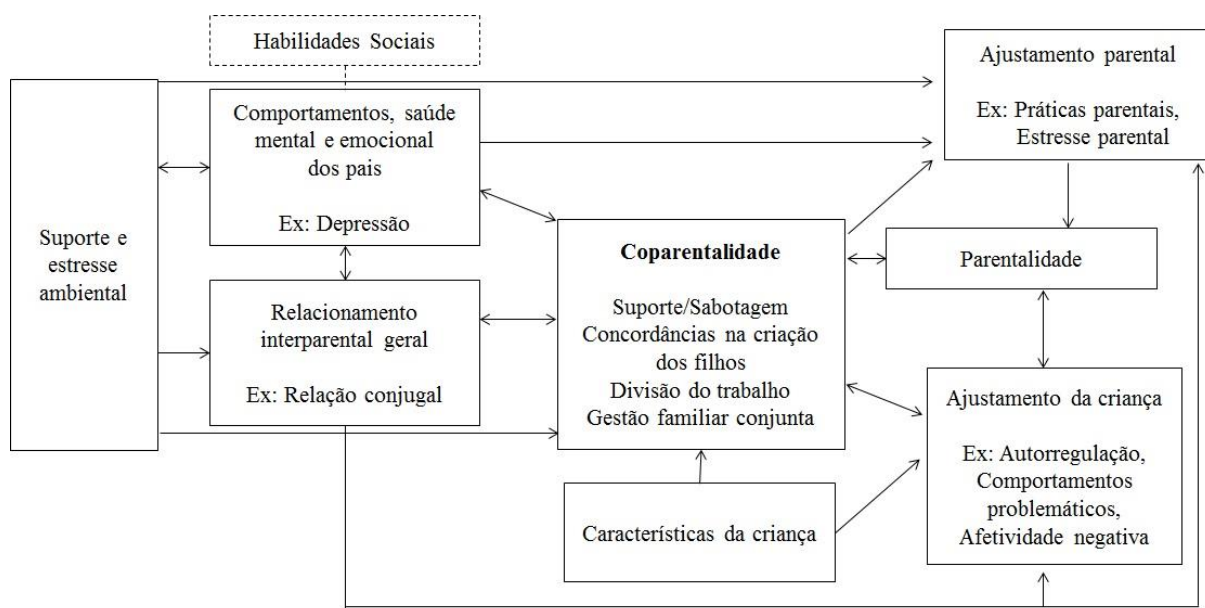


Figura 3. Modelo Ecológico da Coparentalidade. Nas caixas com linhas sólidas, variáveis já estudadas; na caixa tracejada, possíveis habilidades subjacentes.

Fonte: Adaptado de Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parent: Science and Practice*, 3(2), 95-131.

A seguir, o Modelo Ecológico da Coparentalidade é examinado à luz de evidências apresentadas em estudos sobre a qualidade da relação coparental e suas relações com variáveis externas, a fim de guiar decisões sobre evidências que também poderiam ser examinadas no contexto brasileiro.

Coparentalidade e ajustamento infantil.

Diversos pesquisadores internacionais têm buscado mostrar relações entre a coparentalidade e o ajustamento infantil. Segundo Boing (2013), de forma geral, os resultados apresentados por esses pesquisadores confirmam a hipótese do Modelo Ecológico, proposto por Feinberg, de que a relação coparental está mais fortemente ligada ao ajustamento da criança do que aos outros aspectos da relação interparental.

Correlações.

Em muitos desses estudos, o foco foi examinar possíveis associações entre a coparentalidade e o ajustamento de crianças em idade pré-escolar, incluindo comportamentos internalizantes e externalizantes. Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf e Frosch (2001), por exemplo, realizaram um estudo com 57 famílias com o objetivo de verificar como os aspectos de interações triádicas da família se relacionavam com os problemas de comportamento externalizantes de filhos em idade pré-escolar. Com base nos resultados encontrados, os autores indicaram que quanto mais altos os níveis de suporte coparental, menor a frequência de problemas de comportamento externalizantes por parte dos filhos. Por outro lado, quanto mais altos os níveis de sabotagem coparental, mais frequentes os problemas de comportamento externalizantes.

Nos anos seguintes, o interesse nesta questão aumentou, e pesquisadores de diferentes países começaram a investigar a possível influência da coparentalidade sobre o desenvolvimento infantil e bem-estar dos pais. Kim e Teti (2014), por exemplo, realizaram um estudo nos Estados Unidos com 106 mães e seus bebês com o objetivo de verificar possíveis relações entre sintomas depressivos de mães, a qualidade da coparentalidade, o sono materno e infantil, o temperamento do bebê e a disponibilidade emocional das mães. Embora não tenha sido o foco principal do estudo, os pesquisadores encontraram dados indicando que quanto maior a frequência de comportamentos positivos na relação coparental, mais desenvolvidas as habilidades de autorregulação da criança e menor a expressão de afeto negativo por parte da criança. Além disso, quanto maior a frequência de comportamentos coparentais negativos, maior a frequência de expressão de afeto negativo por parte da criança.

Na mesma época, porém no contexto europeu, em Portugal, Lamela, Castro et al. (2013) realizaram um estudo com 182 mães e pais, a fim de obter evidências de validade para a versão portuguesa de uma medida para avaliar a coparentalidade. Em consonância com estudos americanos, eles encontraram resultados apontando para a existência de uma correlação negativa entre escores no instrumento para avaliar a qualidade da coparentalidade e escores na medida de problemas de ajustamento das crianças.

Com foco mais específico em examinar a influência da relação coparental sobre o desenvolvimento infantil, Ribeiro (2014) realizou um estudo também em Portugal, com 28 mães e 33 pais, com o objetivo de entender as relações entre variáveis parentais, coparentais, problemas de comportamento e hiperatividade em crianças em idade pré-escolar. Em relação aos problemas de comportamento externalizantes, especificamente no que diz respeito à dimensão de hiperatividade, mães e pais com filhos do grupo não-normativo (com elevada probabilidade de apresentar desajustamento psicológico) apresentaram maiores níveis de sabotagem coparental e menores escores de acordo coparental, proximidade coparental e apoio coparental, em comparação com as mães e os pais com filhos do grupo normativo (com baixa probabilidade de apresentar desajustamento psicológico).

Além de comportamentos infantis externalizantes, Ribeiro (2014) também examinou fatores parentais associados com os problemas de comportamento internalizantes das crianças. As mães e os pais do grupo das crianças com pontuação não-normativa apresentaram maiores índices de sabotagem coparental e de exposição da criança ao conflito e menores níveis de acordo coparental, suporte coparental, proximidade coparental e apoio coparental, em comparação com as mães e os pais do grupo de crianças com pontuação normativa. Ademais, para a dimensão de problemas de

relacionamento com os colegas, as mães e os pais de crianças do grupo não normativo apresentaram menores índices de acordo coparental, suporte coparental, proximidade coparental e apoio coparental, quando comparados com mães e pais de crianças do grupo normativo.

A fim de entender os efeitos de conflitos irreconciliáveis entre os pais sobre o comportamento de filhos pequenos, Faria (2015) realizou outro estudo, também em Portugal, com o objetivo de testar se mães e pais divorciados ($n = 51$) diferiam de mães e pais casados ($n = 60$) nos relatos acerca da existência de sintomas internalizantes e externalizantes por parte dos filhos em idade pré-escolar. É importante lembrar, no entanto, que o fato de estar casado não significa que a relação coparental seja de boa qualidade. Unindo os resultados para os dois grupos de respondentes, Faria reportou que quanto mais frequentes os problemas emocionais da criança, menores os escores dos pais nas subescalas de acordo e suporte coparental, e maiores os escores na subescala de sabotagem coparental. Além disso, havia mais tensões a respeito da divisão de tarefas entre os pais de crianças com maiores problemas de relacionamento com os pares e escores maiores de hiperatividade.

Complementando os estudos com pais e filhos da população geral, Barzel e Reid (2011b) visaram explorar a relação entre a coparentalidade dos pais e o ajuste psicossocial dos filhos, focando em uma amostra específica de pais de crianças com diabetes infantil tipo 1 (T1D). Participaram do estudo 61 famílias com pelo menos um filho de 8 a 12 anos, com T1D. Com base nos resultados encontrados, os autores destacaram que o conflito coparental em torno das tarefas gerais de criação da criança apresentou uma relação positiva e significativa com os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes das crianças.

Além desses estudos, também já foram realizadas algumas revisões sistemáticas e metanálises para verificar o padrão mais geral de evidências sobre a associação entre a coparentalidade e outros desfechos. Na revisão sistemática realizada por Lamela e Figueiredo (2016), por exemplo, o objetivo foi de sintetizar os principais resultados de estudos empíricos sobre a existência de relações entre a coparentalidade pós-dissolução conjugal e a saúde mental das crianças. Foram analisados 11 artigos e os resultados encontrados apontaram para associações positivas e significativas entre o conflito coparental e problemas de comportamento, sintomas de ansiedade, depressão e somatização nas crianças. Também foram encontradas associações positivas e significativas entre outras dimensões específicas da coparentalidade (apoio, cooperação e acordo coparental) e a saúde mental global, autoestima e rendimento acadêmico das crianças.

Teubert e Pinquart (2010), por sua vez, realizaram uma metanálise de 59 estudos com o objetivo de examinar a relação entre a coparentalidade e o ajustamento infantil. Após a análise desses artigos, os autores concluíram que a coparentalidade apresentou uma associação significativa com os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes das crianças, mesmo após o efeito das relações conjugais e da qualidade da parentalidade individual terem sido controlados. Além disso, a coparentalidade previu mudanças no ajustamento das crianças.

Em suma, as evidências encontradas sistematicamente apontam que quanto mais positiva a relação coparental, menor a frequência de problemas de comportamento infantil externalizantes e internalizantes, em diferentes países, para crianças com pais vivendo juntos ou divorciados e na população geral ou para criar filhos com problemas crônicos de saúde. Diante das evidências sólidas obtidas com estudos de delineamento transversal,

também é importante destacar os resultados de estudos longitudinais, para avaliar a importância da relação coparental na previsão do ajustamento infantil, ao longo do tempo.

Coparentalidade como preditora do ajustamento infantil.

Além de estudos mostrando associações entre variáveis, também foram realizados estudos preditivos. Katz e Low (2004), por exemplo, realizaram um estudo com o objetivo de examinar a relação da violência conjugal, da coparentalidade e dos processos familiares com o ajustamento das crianças. Participaram do estudo 130 famílias com pelo menos um filho em idade pré-escolar e foi utilizada uma abordagem multimétodo, sendo que as observações dos processos familiares envolveram interações triádicas (mãe-pai-criança). Com base nos resultados encontrados, as autoras concluíram que a coparentalidade funcionou como um preditor do ajustamento da criança.

Murphy, Jacobvitz e Hazen (2015), por sua vez, realizaram um estudo com o objetivo de examinar o quanto cada aspecto da negatividade familiar (incluindo a competição coparental, que envolve a triangulação da relação entre os pais e a criança) contribuía para os comportamentos externalizantes da criança. Participaram do estudo 108 famílias (mãe, pai e filho primogênito), que foram observadas em interações familiares triádicas quando as crianças tinham 24 meses de idade. Os professores escolares foram os responsáveis por avaliar os comportamentos externalizantes das crianças, aos 7 anos de idade. Os resultados encontrados pelas autoras indicaram que a competição coparental funcionou como um robusto preditor dos comportamentos externalizantes das crianças.

Além dos estudos focados nos impactos da coparentalidade para a criança durante os primeiros anos de vida, também foram realizados estudos que direcionavam o olhar para os filhos adolescentes. Nesse sentido, Baril, Crouter e McHale (2007) realizaram um

estudo com 177 famílias (mães, pais e filhos adolescentes) com o objetivo de avaliar possíveis ligações entre o bem-estar do adolescente (operacionalizado em termos de comportamentos de risco e sintomas depressivos), o amor conjugal e a coparentalidade. Os dados coletados por meio de entrevistas domiciliares indicaram que o conflito coparental previu aumentos proporcionais no comportamento de risco do adolescente, ao longo de dois anos.

Feinberg, Kan e Hetherington (2007), por sua vez, realizaram um estudo ao longo de três anos, visando examinar como o conflito coparental afeta a parentalidade e o desajuste de adolescentes. Participaram do estudo 516 famílias biparentais com dois filhos adolescentes. Os resultados encontrados indicaram que o conflito coparental foi um melhor preditor da parentalidade e do ajustamento dos adolescentes, em comparação com a qualidade conjugal e as discordâncias conjugais. Além disso, o conflito coparental previu o comportamento antissocial dos adolescentes, mas não a depressão.

Em relação ao contexto brasileiro, foi encontrado apenas um estudo, realizado por Mosmann, Costa, Einsfeld, Silva e Koch (2017), para verificar a existência de associações da conjugalidade, parentalidade e coparentalidade com os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes dos filhos. Participaram do estudo 100 mães e 100 pais que tinham pelo menos um filho com idade entre 4 e 18 anos. Em relação à coparentalidade, menor aprovação coparental foi preditora de maior frequência de comportamentos internalizantes das crianças, enquanto maior competição coparental, maior exposição do filho ao conflito e menor aprovação coparental foram preditoras de maior frequência de comportamentos externalizantes.

Com base nos resultados deste conjunto de estudos longitudinais sobre os efeitos da relação coparental sobre os filhos, pode-se dizer que as evidências encontradas são

coerentes com os conceitos teóricos sobre coparentalidade. Com base nas teorias, esperava-se que a qualidade da relação coparental tivesse uma forte influência sobre o desenvolvimento socioemocional dos filhos e estas hipóteses foram confirmadas. Existe, no entanto, um terceiro nível de evidências, envolvendo os resultados de esforços para modificar a qualidade da relação coparental, para examinar a questão causal da influência da relação coparental sobre o desenvolvimento de crianças.

Intervenções.

Ainda há poucos estudos que envolvem investigações sobre o impacto de intervenções (para mães e pais), focadas na coparentalidade, sobre o ajustamento dos filhos. Feinberg, Jones, Roettger, Solmeyer e Hostetler (2014), por exemplo, visaram examinar os efeitos a longo prazo do programa *Family Foundations*, composto por nove sessões (cinco pré-natais e quatro pós-natais). Participaram do estudo 98 famílias e, além dos relatos dos pais, também foram coletados dados com os professores sobre sua percepção dos comportamentos das crianças com 5 a 7,5 anos. Os professores relataram níveis significativamente mais baixos de problemas de comportamento internalizantes entre as crianças cujos pais participaram do grupo de intervenção, em comparação com as crianças cujos pais estavam no grupo controle. Também observaram menores níveis de problemas de comportamento externalizantes para os meninos cujos pais passaram pelo programa de intervenção.

No estudo realizado por Feinberg et al. (2016), o objetivo foi de testar a eficácia dessa mesma intervenção, a curto prazo e 10 meses após o parto. Participaram desse estudo 399 casais esperando seu primeiro filho (separados de forma aleatória em grupo controle e grupo de intervenção). Os casais do grupo de intervenção tiveram melhores pontuações no pós-teste nas medidas de coparentalidade, saúde mental, parentalidade,

ajustamento da criança e violência familiar, em comparação com os casais do grupo controle.

Embora os resultados destes dois estudos envolvam apenas um programa de intervenção, demonstram que o desenvolvimento de uma relação coparental mais positiva, durante o período pré-natal e poucos meses após o nascimento do filho, parece estar associado a melhores índices de ajustamento infantil, desde o início da vida do filho e até 7 anos mais tarde. Espera-se que resultados futuros sobre este programa permitam verificar se melhorias na relação coparental favorecem efeitos que mudam definitivamente a trajetória do casal, em relação às estratégias que usam para combinar como lidar com a criação de seu filho.

Considerando esse conjunto de estudos sobre a associação entre a relação coparental e ajustamento infantil, nota-se que: (a) existe uma relação entre a capacidade de trabalhar como uma equipe para criar o filho e o ajustamento da criança, (b) existe certa estabilidade na relação entre a qualidade da coparentalidade e o ajustamento infantil, ao longo dos anos, o que talvez signifique que a qualidade das interações coparentais tende a ser similar ao longo do tempo e (c) o ensino de habilidades para as mães e os pais que são relevantes ao contexto coparental melhora o ajustamento dos filhos.

Coparentalidade e conjugalidade.

Além da relação entre a coparentalidade e o ajustamento infantil, segundo Morrill et al. (2010), também existe uma extensa literatura mostrando as associações entre a relação coparental e a conjugalidade. A relação conjugal foi muito afetada por mudanças socioculturais ao longo das últimas décadas, mas o nascimento dos filhos continua sendo um fator que pode influenciar a integridade da relação conjugal (Fernandes, 2017). Quando os pais de uma criança estão casados, ou encontram-se em união estável, a

relação conjugal e a relação coparental envolvem as mesmas duas pessoas. Assim, é importante entender como o acréscimo da relação coparental e a qualidade das interações estabelecidas podem ser influenciadas por ou influenciar outras dimensões da relação entre estas duas pessoas, no período após o nascimento do filho.

Correlações.

Iniciando com um exame de estudos de correlação, Kolak e Volling (2007) realizaram um estudo com o objetivo de verificar a qualidade da relação conjugal e a expressividade emocional dos pais como determinantes da coparentalidade, em uma amostra de 57 casais com filhos pequenos. As análises revelaram que as relações conjugais de apoio se relacionaram positivamente à cooperação coparental e negativamente à triangulação e ao conflito coparental.

Liu e Wu (2016) também realizaram um estudo nessa mesma linha, no qual visaram explorar os efeitos *crossover* da satisfação de cada membro do casal com a relação conjugal sobre a coparentalidade do outro membro do casal, em famílias chinesas, tanto nucleares quanto extensas. A coleta de dados contou com a participação de 279 casais, com filhos de 3 a 7 anos de idade. Os resultados da modelagem de equações estruturais revelaram correlações intrapessoais (para um único membro do casal) e interpessoais (entre os dois membros do casal) significativas entre a satisfação conjugal e a coparentalidade, indicando efeitos de *crossover* nas famílias nucleares e extensas. Além disso, foram encontrados resultados, tanto para as mães quanto para os pais, indicando que a satisfação conjugal se correlacionou positivamente com a integridade familiar e com a concordância sobre como disciplinar a criança e negativamente com o conflito coparental e a depreciação coparental, nas famílias nucleares e nas famílias extensas.

No contexto de um estudo mais amplo, Yuan (2016) também examinou a associação entre a qualidade da relação conjugal e a coparentalidade, em casais chineses. A amostra do estudo foi composta por 153 casais heterossexuais casados. Os resultados referentes à conjugalidade indicaram que os entrevistados que avaliaram a qualidade de sua relação conjugal de forma mais positiva tenderam a apresentar níveis mais elevados de coparentalidade positiva.

Com base nos resultados de alguns outros estudos, que tinham o objetivo principal de buscar evidências de validade para diferentes instrumentos de coparentalidade, há evidências adicionais apontando para a existência de relações entre a coparentalidade e a relação conjugal. Barzel e Reid (2011a), por exemplo, visaram examinar a estrutura e as propriedades psicométricas de um questionário para avaliar a coparentalidade geral (*Coparenting Questionnaire*) e de um questionário de coparentalidade específico para mães e pais de crianças com diabetes (*Diabetes-Specific Coparenting Questionnaire*). Participaram do estudo 61 famílias (mães, pais e seus filhos com diabetes tipo I, que tinham idades variando entre 8 e 12 anos). Os resultados indicaram que a cooperação coparental estava positivamente correlacionada com a satisfação envolvendo a relação conjugal, enquanto o conflito coparental e a triangulação coparental estavam negativamente correlacionados com a satisfação conjugal, tanto para as mães quanto para os pais.

De forma similar, Feinberg et al. (2012), realizaram um estudo com 152 casais com o objetivo de analisar as propriedades psicométricas do *Coparenting Relationship Scale*. Ao invés de avaliar a satisfação conjugal, que seria uma medida mais global, aplicaram instrumentos mais específicos para avaliar diferentes aspectos da qualidade da relação afetiva e habilidades de resolução de conflitos. Para a coleta de dados, foram realizadas

visitas domiciliares quando as crianças tinham 6 meses, 1 ano e 3 anos. Foram encontradas correlações positivas entre a coparentalidade e instrumentos que avaliavam o amor do casal, a eficácia do casal (grau de controle percebido em termos de gestão de conflitos no relacionamento com o parceiro), o sexo e romance do casal, e correlações negativas com os conflitos do casal, a argumentação ineficaz e a propensão ao divórcio.

Nos estudos anteriores, os filhos dos casais estavam na primeira ou segunda infância. Para verificar a importância da associação entre o desempenho do casal com tarefas envolvendo seus filhos e a qualidade da relação conjugal (entre casais com filhos), também é importante considerar a qualidade da relação coparental durante a pré-adolescência e adolescência dos filhos, por ser outro período que envolve altas demandas psicossociais sobre os pais. Em um estudo realizado por Pedro e Ribeiro (2015), o objetivo foi adaptar e avaliar as propriedades psicométricas da versão portuguesa do *Coparenting Questionnaire*, com uma amostra de 1133 indivíduos (530 pais e 603 mães), com filhos pré-adolescentes. Em consonância com os resultados encontrados em estudos com casais com filhos mais novos, os autores indicaram que as subescalas de amor e satisfação conjugal apresentaram correlações positivas com a cooperação coparental, assim como correlações negativas com o conflito coparental e a triangulação coparental, tanto para as mães quanto para os pais.

Com base neste conjunto de resultados, nota-se que quanto mais positivas as interações conjugais, mais positiva a relação coparental estabelecida pelos membros da díade (ou seja, maior a quantidade de apoio e concordância presentes na relação e menor a quantidade de conflitos), sendo que essas associações foram encontradas em diferentes países e fases do desenvolvimento do filho. Além desses estudos indicativos de associações, mas que não permitem a verificação da direção dessa influência, também há

uma gama de estudos longitudinais visando entender as relações preditivas entre esses dois construtos.

Conjugalidade como preditora da coparentalidade.

Além de estudos mostrando associações entre variáveis, também foram realizados estudos preditivos. Korja et al. (2016), com base em um estudo de delineamento longitudinal, buscaram verificar a contribuição de alguns comportamentos para a construção de relações mais satisfatórias entre os membros de um casal, antes e depois do nascimento de um filho. Para tanto, avaliaram a relação entre os relatos das mães e dos pais sobre a aliança e coordenação familiares, que envolvem a coparentalidade, e seus relatos sobre a satisfação conjugal. Participaram do estudo 120 famílias e os dados foram coletados durante a gravidez, quando a criança estava com 4 meses e com 18 meses de idade. Os autores encontraram resultados indicando que quanto maior a satisfação conjugal da mãe nos três momentos de medição, maior o nível de cooperação na aliança familiar e maior a coordenação familiar, quando a criança estava com 18 meses de idade. É importante destacar a diferença nos resultados para homens e mulheres, porque as percepções das mulheres acerca da relação conjugal tiveram um maior impacto do que as dos homens na previsão da qualidade do funcionamento familiar. Considerando a longa história de diferenças nos papéis sociais de membros de cada sexo, assim como as mudanças ocorrendo nas rotinas familiares, deve-se continuar a verificar a influência do sexo sobre a coparentalidade de famílias modernas.

Christopher, Umemura, Mann, Jacobvitz e Hazen (2015) também realizaram um estudo longitudinal para examinar este processo, com base em uma análise de mudanças na qualidade da relação conjugal, ao longo do tempo, como preditoras da qualidade da relação coparental e do envolvimento das mães e dos pais na parentalidade e no apoio

coparental que cada parceiro oferecia ao cônjuge. Participaram do estudo 96 casais e os dados foram coletados no período pré-natal, aos 8 meses e aos 24 meses da criança. Com base nos resultados encontrados, os autores indicaram que declínios na satisfação conjugal dos pais (homens) previam maior competição coparental e menor envolvimento do pai na parentalidade. Além disso, pais (homens) que relataram mais conflito conjugal apresentaram menor cooperação coparental, em momentos posteriores. Para as mães, quanto maior sua percepção de conflitos conjugais, menor seu apoio à parentalidade dos pais, em momentos posteriores.

Neste sentido, parece que dificuldades para lidar com a pluralidade de tarefas envolvidas em conciliar as necessidades e envolvimento de cada membro do casal, que se transformam em percepções mais negativas em relação ao parceiro (marcadas pela frequência e intensidade de conflitos conjugais), tendem a resultar em interações mais conflituosas envolvendo negociações a respeito da criação dos filhos, ao longo do tempo. Em contrapartida, os casais que lidam com estas demandas e dificuldades sem tantos ressentimentos, um em relação ao outro, tendem a manter um relacionamento coparental mais colaborativo e o nível de envolvimento do pai, junto aos filhos, é mantido.

No contexto brasileiro, foi encontrado apenas um estudo qualitativo, realizado por Grzybowski e Wagner (2010), que visou ampliar a compreensão acerca da coparentalidade após o divórcio. Participaram do estudo seis pais e sete mães, separados ou divorciados, que foram divididos em dois grupos focais nos quais foram discutidas questões relativas à coparentalidade. Com base nos resultados encontrados, as pesquisadoras apontaram para a conjugalidade e para o vínculo parental como variáveis preditoras da qualidade da coparentalidade, indicando que essas variáveis parecem marcar profundamente o exercício da coparentalidade pós-divórcio.

Coparentalidade como preditora da qualidade da relação conjugal.

Muitos pesquisadores elaboraram estudos pautados no pressuposto de que a qualidade da relação conjugal inicial afeta o desenvolvimento da coparentalidade. Com base neste modelo, a coparentalidade é investigada como parte de um sistema indireto, que começa com a saúde conjugal, é mediada por processos coparentais e, em seguida, culmina na parentalidade de cada parceiro. Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Frosch e McHale (2004), no entanto, investigaram um modelo alternativo, segundo o qual a coparentalidade funcionaria como preditora das relações conjugais (após o nascimento do filho). Para isso, realizaram um estudo longitudinal no qual examinaram as associações entre a coparentalidade e o comportamento conjugal, desde a infância até os anos pré-escolares dos filhos. Participaram do estudo 46 famílias e os dados foram coletados em duas ondas, a primeira quando os filhos estavam com 6 meses de idade e a segunda após um intervalo de 2,5 anos, quando os filhos estavam com 3 anos de idade. Os autores observaram que a coparentalidade, avaliada na primeira onda de coleta de dados, previu o comportamento conjugal, observado na segunda onda de coleta de dados.

Ainda seguindo essa mesma linha, Morrill et al. (2010) realizaram um estudo com 76 casais heterossexuais casados, que eram parte de um estudo longitudinal sobre relações conjugais, o *Marriage Checkup*. Os autores concluíram que ambos os modelos (a coparentalidade funcionando como preditora da relação conjugal e a conjugalidade funcionando como preditora da relação coparental) foram adequados, tanto para as mães quanto para os pais. Desta forma, parece que há uma relação recíproca (conjunta) e contínua entre estas variáveis, produzindo trajetórias de resultados favoráveis ou desfavoráveis, considerando o conjunto de fatores inter-relacionados.

Considerando que criar filhos exige muitos recursos (financeiros, tempo, energia, habilidades para conciliar diferentes demandas), e refletindo sobre os resultados dos estudos de Schoppe-Sullivan et al. (2004) e Morrill et al. (2010), parece que o estabelecimento e desenvolvimento da relação coparental, ao longo do tempo, é de fundamental importância para a manutenção (ou não) da qualidade da relação conjugal em casais com filhos. A colaboração de cada parceiro na criação dos filhos afeta os resultados obtidos nesta tarefa, e, especialmente quando o bem-estar do filho impacta no bem-estar dos pais, estes resultados podem afetar as percepções de cada pai sobre o outro, passando a afetar a relação conjugal.

Os resultados apresentados por Schoppe-Sullivan et al. (2004) e Morrill et al. (2010), que indicaram que a coparentalidade previu o comportamento conjugal, apontaram para a direção inversa dos resultados dos estudos de Korja et al. (2016), Christopher et al. (2015) e Grzybowski e Wagner (2010), que mostraram que a conjugalidade previu a coparentalidade. No entanto, os resultados desses dois conjuntos de estudos podem ser articulados, visto que parecem indicar uma influência recíproca entre esses dois construtos, ao longo do tempo.

Coparentalidade como mediadora.

Para fomentar programas de intervenção na área de coparentalidade, uma dúvida que surge é a natureza da influência entre as relações conjugais e a coparentalidade. Assim, vários pesquisadores buscaram examinar o papel mediador da coparentalidade em relação à conjugalidade.

Nesse sentido, Margolin et al. (2001) objetivaram verificar se a coparentalidade tinha um papel mediador na relação entre o conflito conjugal e a parentalidade. Esse estudo envolveu a participação de três amostras distintas. O primeiro grupo foi composto

por 220 mães, sem seus parceiros, e foi usado apenas para explorar a estrutura multidimensional da medida de coparentalidade. Os outros dois grupos, nomeados de amostra pré-escolar (172 famílias) e amostra pré-adolescente (75 famílias), envolveram a participação de ambos os membros do casal. As análises de regressão foram consistentes com um modelo segundo o qual a qualidade das interações na relação coparental tem um efeito mediador sobre a relação entre o conflito conjugal e a parentalidade.

Isto significa que, para casais com interações coparentais de menor qualidade, os conflitos conjugais afetariam negativamente a parentalidade, mas para pais com interações coparentais de maior qualidade, os conflitos conjugais teriam menor influência sobre a qualidade da parentalidade. Neste sentido, quanto melhor a qualidade da relação coparental, mais os pais se organizam para priorizar e atender às necessidades principais de seus filhos, mesmo durante períodos em que as demandas ou dificuldades enfrentadas por cada membro da díade afetam a qualidade da relação conjugal.

De forma similar, mas com o objetivo de entender a influência de componentes positivos da relação coparental, Holland e McElwain (2013) examinaram o papel das percepções coparentais de suporte e confiança na ligação entre a qualidade da relação conjugal e a qualidade da relação parental. A amostra do estudo consistia em 122 famílias (mães e pais com filhos entre 31 e 35 meses de idade). Tal como no estudo de Margolin et al. (2001), as percepções da coparentalidade de mães e pais foram destacadas como um elo entre a qualidade da relação conjugal e a qualidade das relações mãe-filho. Por não ser um estudo longitudinal, no entanto, não é possível estabelecer o processo que liga a qualidade da relação conjugal ao uso de comportamentos coparentais de apoio, e vice-versa.

Resumindo, esse conjunto de estudos sobre a relação entre a conjugalidade e a coparentalidade indicou que: (a) existe uma associação entre as interações que os pais estabelecem acerca do próprio relacionamento e suas interações envolvendo questões relacionadas à criação dos filhos, (b) há certa estabilidade na relação entre a conjugalidade e a coparentalidade, ao longo dos anos, sendo que tanto a relação conjugal pode afetar a relação coparental, quanto as interações coparentais podem influenciar a conjugalidade e (c) as interações coparentais podem mediar a relação entre a conjugalidade e as práticas parentais.

Coparentalidade e depressão.

Além de examinar variáveis que refletem a qualidade dos relacionamentos construídos pelos dois membros do casal, um com o outro, Feinberg (2003) incluiu variáveis no Modelo Ecológico da Coparentalidade que se referem à saúde mental (por exemplo, a depressão), que podem ter uma influência de longo prazo sobre a disponibilidade psicológica de cada adulto para investir em atividades e relacionamentos conjuntos. Embora não seja uma literatura tão extensa, em comparação aos construtos apresentados anteriormente (ajustamento infantil e conjugalidade), já existem estudos evidenciando essa relação.

Correlações.

Embora o objetivo principal de alguns estudos não tenha sido confirmar a existência de relações entre a coparentalidade e a depressão, alguns autores reportaram correlações entre essas variáveis em estudos envolvendo contextos mais amplos sobre privações que muitos pais sofrem (por exemplo, falta de sono), que poderiam resultar em um senso de desadaptação. Nesse sentido, Kim e Teti (2014) realizaram um estudo com o objetivo de examinar os sintomas depressivos das mães, a qualidade da coparentalidade, o sono

materno e infantil e o temperamento do bebê como preditores da disponibilidade emocional das mães. A amostra desse estudo foi composta por 106 mães e seus bebês, que faziam parte de um estudo maior sobre parentalidade, sono infantil e desenvolvimento infantil (*SIESTA – Study of Infants’ Emergent Sleep Trajectories*). Os resultados referentes às correlações entre a coparentalidade e a depressão indicaram que quanto maior o número de sintomas depressivos, maiores os escores de coparentalidade negativa e menores os escores de coparentalidade positiva.

Lamela, Jongenelen, Morais e Figueiredo (2017) examinaram esta mesma questão focando apenas em mães com e sem depressão, comparando mães sem sintomas de depressão (G1), mães com número elevado de sintomas de depressão e poucos sintomas somáticos inespecíficos (G2) e mães com número elevado de sintomas de depressão e muitos sintomas somáticos inespecíficos (G3), a fim de verificar se os grupos difeririam em termos da frequência de problemas parentais e coparentais. Participaram do estudo 1223 mães (G1 - 409 mães, G2 - 162 mães, G3 - 652 mães). A probabilidade de as mães relatarem conflito aberto coparental foi maior entre aquelas com elevado número de sintomas depressivos-somáticos (G3), mas não foram encontradas diferenças entre os grupos em relação às medidas de sabotagem e cooperação coparental. Embora neste estudo, realizado somente com mães, apenas o conflito coparental estivesse associado com a depressão, o padrão mais global esperado de relações entre sintomas depressivos e problemas na relação coparental foi confirmado.

Coparentalidade como preditora da depressão e vice-versa.

Os estudos longitudinais são importantes para entender o quanto os problemas de saúde mental por parte das mães e dos pais afetam a relação coparental, e o quanto a qualidade da relação coparental estabelecida influencia a saúde mental de ambos os pais.

McDaniel e Teti (2012) avaliaram os sintomas depressivos e a percepção das mães e dos pais sobre a qualidade da coparentalidade, quando o bebê estava com 1 mês e com 3 meses de idade, no contexto de um estudo sobre o sono. Participaram do estudo 150 famílias que faziam parte do Projeto *SIESTA*. Para as mães, um número maior de sintomas depressivos estava relacionado com uma menor qualidade da relação coparental, considerando informações obtidas em dois momentos distintos de coleta. Para os pais, essas mesmas correlações também foram encontradas.

Tissot, Favez, Ghisletta, Frascarolo e Despland (2016) coletaram dados similares, mas acompanharam os pais durante um período de tempo mais longo, com uma amostra de baixo risco composta por 69 famílias biparentais que residiam na Suíça. Com base na análise dos efeitos de cada variável sobre a outra, em um mesmo período da coleta de dados e ao longo do tempo, os pesquisadores relataram que os sintomas depressivos parentais eram mais propensos a influenciar a coparentalidade do que o inverso e que os sintomas depressivos maternos eram mais propensos a estar ligados a comportamentos coparentais do que os sintomas depressivos paternos. Esta diferença ligada ao gênero pode sugerir que os sintomas depressivos das mães, mais do que os dos pais, decorrem de dificuldades no próprio papel parental.

Solmeyer e Feinberg (2011) também realizaram um estudo longitudinal, incluindo um leque maior de variáveis que podem ser relevantes para compreender os efeitos do contexto de parentalidade sobre a saúde mental e bem-estar dos pais. Visaram explorar como as percepções de gênero das mães e dos pais (ou seja, suas expectativas culturais sobre o papel parental, diferenciadas por gênero), o temperamento do bebê e as dinâmicas da coparentalidade agem em conjunto para moldar os sintomas depressivos, as percepções de estresse e as percepções de eficácia parental das mães e dos pais, durante o início da

parentalidade. Participaram do estudo 139 casais que tinham tido o primeiro filho há pouco tempo, em relação ao momento da coleta de dados.

Os resultados indicaram que a sabotagem coparental emergiu como um forte preditor em todos os modelos, sendo que quanto maiores os escores de sabotagem coparental, mais elevado o número de sintomas depressivos. Além disso, houve uma interação gênero x suporte coparental no modelo predizendo sintomas depressivos. Análises dos dados obtidos no estudo de *follow-up* revelaram que, quanto maior a percepção de suporte coparental, menor o número de sintomas depressivos entre os pais. Para as mães, o efeito foi na mesma direção, mas não alcançou significância estatística (Solmeyer & Feinberg, 2011).

Em outra pesquisa longitudinal sobre a forma como a depressão parental afeta a qualidade da interação entre os pais, ao longo dos anos, Williams (2018) contou com uma amostra muito maior, que incluiu 1.459 casais (mães e pais biológicos da criança focal). Por meio de análises realizadas usando modelos de interdependência ator-parceiro (*actor-partner*), Williams observou que: (a) a depressão das mães e dos pais estava associada com avaliações mais baixas da qualidade da relação coparental para ambos os pais, e que os efeitos perduraram ao longo do tempo; (b) a depressão dos pais (homens) também esteve associada, mais especificamente, à percepção das mães sobre a coparentalidade cooperativa durante os últimos anos do estudo; e (c) as diferenças entre mães e pais existiam apenas nos primeiros anos, com o efeito da depressão sobre a coparentalidade sendo maior para os pais do que para as mães. Este conjunto de estudos é importante, por mostrar que a saúde mental de cada um dos pais influencia nas suas percepções acerca da relação coparental, com efeitos de longo prazo.

Intervenções.

Outro tipo de estudo nesse contexto se refere a investigações para avaliar o impacto de intervenções focadas na coparentalidade, sobre os sintomas depressivos das mães e dos pais. Feinberg e Kan (2008) investigaram os impactos de um programa de prevenção de problemas psicossociais, *Family Foundations*, sobre o relacionamento coparental, a saúde mental das mães e dos pais, o relacionamento entre mães/pais e filhos e a regulação emocional e fisiológica do bebê. Participaram do estudo 169 casais adultos heterossexuais que esperavam seu primeiro filho. Em relação aos impactos da intervenção, além de um aumento nos escores de suporte coparental, que era um dos focos centrais do programa *Family Foundations*, também houve uma redução significativa nos sintomas depressivos das mães, mas não dos pais. No entanto, os autores destacaram que os níveis de depressão paterna eram muito inferiores aos maternos, no início da intervenção, o que significa que teria sido muito mais difícil reduzir estes sintomas entre os pais do que entre as mães.

Em um estudo posterior, Feinberg et al. (2016) testaram a eficácia dessa mesma intervenção, 10 meses após o parto. Os participantes foram 399 casais esperando o primeiro filho. Os resultados indicaram efeitos benéficos da intervenção para a maioria dos desfechos analisados, incluindo a depressão materna e paterna. É difícil averiguar, no entanto, se foram as alterações na qualidade da relação coparental que resultaram em uma melhora nos sintomas depressivos dos participantes, ou se o programa de intervenção inclui componentes que contribuíram para melhorar tanto a coparentalidade quanto os sintomas depressivos. Organizar o uso do tempo para criar uma criança é sempre um desafio e as dificuldades podem aparecer tanto nas interações familiares quanto no âmbito do trabalho remunerado. Parece que os sintomas depressivos marcam uma reação de desamparo emocional por parte dos pais, diante das dificuldades do processo de inclusão

do papel parental em suas rotinas de vida, o que leva ao desenvolvimento de interações menos construtivas entre os membros do casal.

Em suma, com base nos estudos sobre a relação entre depressão e coparentalidade, parece que: (a) desde o início da tarefa de trabalhar com o(a) parceiro(a) para criar o filho, existe uma relação entre o estado emocional de cada um dos pais e sua capacidade de interagir construtivamente com seu parceiro para compartilhar reações, ideias, sentimentos e tarefas práticas a respeito do filho, (b) há certa estabilidade na relação entre depressão parental e a qualidade da relação coparental, ao longo dos anos, mas tanto a depressão de um dos pais pode reduzir a qualidade da relação coparental, quanto a qualidade das interações coparentais podem afetar o estado emocional de cada um dos pais e (c) o ensino de habilidades para as mães e os pais que são relevantes ao contexto coparental tem um impacto no estado emocional de ambos. No entanto, ressalta-se que, em relação ao contexto brasileiro, não foram encontrados estudos mostrando as relações entre esses dois construtos.

Coparentalidade e estresse parental.

Além da saúde mental dos pais, outro fator que Feinberg (2003) apresentou como sendo afetado pela qualidade da relação coparental foi a percepção de estresse parental. Sabe-se que os altos níveis de estresse, que surgem das demandas parentais, impactam em várias áreas da vida familiar, incluindo a qualidade da relação entre pais e filhos e o ajustamento da criança (Camisasca, Miragoli, & Di Blasio, 2014). Diante disso, destaca-se a importância de entender o quanto a qualidade da relação coparental pode modificar percepções acerca das demandas e desafios inerentes ao trabalho de criar um filho.

Correlações.

Diversos autores buscaram investigar as associações entre esses dois construtos. Durtschi, Soloski e Kimmes (2016), por exemplo, investigaram as associações entre o estresse parental de cada um dos pais, o suporte coparental e a qualidade do relacionamento conjugal. A amostra foi composta por 848 casais, participantes do estudo *Fragile Families and Child Wellbeing*, durante os primeiros três anos de parentalidade. Os pesquisadores observaram que, quanto maior o suporte coparental, menor a percepção de estresse parental, tanto para as mães quanto para os pais, quando a criança tinha 1 ano de idade.

Nesta mesma direção, Barzel e Reid (2011a), no mesmo estudo comentado previamente em relação à satisfação com a relação conjugal, indicaram que as mães e os pais que relataram níveis mais altos de coparentalidade negativa (conflitos coparentais e triangulação) reportaram níveis mais elevados de estresse parental. Além disso, as mães e os pais que relataram níveis mais altos de cooperação coparental reportaram níveis mais baixos de estresse parental. Assim, parece que pais que estão interagindo bem, um com o outro, para lidar com as demandas de criar seus filhos, percebem esta responsabilidade como menos estressante do que no caso dos pais que não aprovam as crenças e ações do(a) parceiro(a).

Em um estudo conduzido muito antes dos demais, indicadores do estresse parental também foram examinados por Abidin e Brunner (1995), com uma amostra composta por 321 mães, 191 pais e 78 professoras/cuidadoras. Os pesquisadores estavam analisando as propriedades psicométricas de um dos primeiros instrumentos construídos para avaliar a relação coparental, o *Parenting Alliance Inventory*. Os resultados encontrados indicaram que, em relação aos pais (homens), a aliança parental apresentou correlações negativas

tanto com o escore total quanto com as subescalas do instrumento de estresse parental (criança reforça pai/mãe, afeto parental, relacionamento com o cônjuge). Ao analisar os dados referentes às mães, foram encontradas correlações na mesma direção, exceto para a subescala de afeto parental, para a qual a correlação não foi significativa. Portanto, é possível observar que, até mesmo em locais e momentos históricos muito distintos, a qualidade das interações entre os pais, sobre seu filho, afeta as percepções de cada um dos pais acerca das demandas do papel parental.

Além dos resultados obtidos em estudos com casais da população geral, alguns pesquisadores investigaram a coparentalidade em contextos específicos que envolvem ainda mais dificuldades, como o de mães e pais de crianças com deficiência. May, Fletcher, Dempsey e Newman (2015) exploraram as relações entre a qualidade da coparentalidade, a autoeficácia parental específica para o autismo e o estresse parental. A amostra do estudo incluiu 80 mães e 72 pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (idade < 13). Os autores encontraram uma correlação inversamente proporcional entre a aliança coparental e o estresse parental, tanto para as mães quanto para os pais.

Em outro estudo realizado com mães e pais de filhos com deficiência, Norlin e Broberg (2013) visaram examinar as ligações entre os fatores de relacionamento do casal (qualidade conjugal e qualidade da coparentalidade) e o bem-estar individual, incluindo o estresse parental. Participaram do estudo 236 mães e 187 pais de crianças com deficiência intelectual. No contexto investigado, pode-se dizer que a dificuldade para criar o filho seria significativamente maior do que no contexto de pais com filhos com desenvolvimento típico. Portanto, permite verificar se a relação entre a qualidade da relação coparental e as percepções de estresse funciona apenas em situações com demandas esperadas e para as quais já existem normas sociais sobre como agir, ou se esta

relação existe em contextos menos comuns. Em consonância com os demais estudos, os resultados encontrados apontaram que, quanto maior a qualidade da relação coparental, menores as percepções de estresse parental, tanto para as mães quanto para os pais. Confirma-se, portanto, a associação entre o espírito colaborativo ou desaprovador da relação estabelecida entre os pais, por um lado, e, por outro lado, suas reações emocionais, expressas em termos de estresse, diante de tarefas parentais.

Coparentalidade como preditora do estresse parental e vice-versa.

Além dos resultados mostrando associações entre essas variáveis, alguns estudos também visaram entender a direção dessas relações. No estudo realizado por May et al. (2015), citado acima, os resultados encontrados também indicaram que os níveis de estresse parental relatados pelas mães e pelos pais com filhos com deficiência foram elevados e semelhantes e compartilhavam relações preditivas com a qualidade da relação coparental e com a autoeficácia parental. Os resultados do estudo de Norlin e Broberg (2013), também realizado no contexto de mães e pais de crianças com deficiência, apontaram para relações na direção inversa, sendo que a qualidade da coparentalidade, medida do tempo 1, foi preditora do bem-estar (que incluía uma medida de estresse parental), no tempo 2.

Alguns outros pesquisadores buscaram compreender as relações entre esses construtos especificamente no contexto paterno. Bronte-Tinkew, Horowitz e Carrano (2009) visaram examinar se o estresse e a irritação parentais (que se referem a frustrações e aborrecimentos experienciados pelos pais em decorrência de suas percepções em relação aos filhos e das demandas envolvidas na parentalidade) estavam associados ao envolvimento paterno e à coparentalidade e se essa associação era influenciada pelo status socioeconômico do pai. A amostra do estudo foi composta por 2.139 pais que

participavam da pesquisa *Fragile Families and Child Wellbeing* (linha de base e *follow-up*, após 12 meses).

Os resultados obtidos indicaram que a influência da irritação dos pais (homens) e do estresse na paternidade, tanto sobre o engajamento paterno quanto sobre o suporte coparental, foi mais negativa para os homens com renda familiar abaixo da linha da pobreza (Bronte-Tinkew et al., 2009). É possível notar como percepções negativas e dificuldades para suportar as demandas constantes da parentalidade, somadas com outros fatores contextuais negativos (dificuldades financeiras, neste caso), agem em conjunto. Ou seja, quanto mais negativas as percepções dos pais, menor seu engajamento em tarefas relacionadas à criação dos filhos e menor o suporte na relação coparental.

Fagan e Lee (2013) também realizaram um estudo focado no pai, no qual, dentro outras questões, examinaram associações longitudinais entre as percepções dos pais sobre a qualidade do relacionamento coparental (tomada de decisões de forma compartilhada, presença de conflitos) e o estresse paterno. A coleta de dados foi realizada com 6.100 pais, participantes do estudo *Early Childhood Longitudinal Study - Birth Cohort*. Os pesquisadores encontraram associações positivas entre o estresse paterno quando a criança tinha 1 ano e o conflito coparental quando a criança tinha 2 anos de idade; e entre o conflito coparental quando a criança tinha 1 ano e o estresse paterno aos 2 anos da criança.

Este estudo ajuda a refletir sobre os impactos, ao longo do período de um ano, da forma como os pais lidam com as dificuldades inerentes ao papel parental. Com base nas evidências reportadas, é possível observar que formas negativas de enfrentar as dificuldades do papel parental com o parceiro (contestando e entrando em conflitos com o outro) intensificam percepções de estresse, entre pais de filhos na primeira infância. Ao

mesmo tempo, os pais que experienciam o papel parental de forma mais negativa (relatando maior estresse) também tendem a discutir mais com o(a) parceiro(a), um padrão mantido ao longo de um ano. Ou seja, neste estudo, as reações negativas ao papel parental estavam se mantendo, ao longo do tempo. Seria importante, no entanto, seguir os resultados deste estudo longitudinal, porque foca nas evidências referentes a um dos períodos da parentalidade com demandas mais intensas, que seria durante a primeira infância do filho, para entender se os pais aprendem a colaborar melhor, ao longo do tempo, ou se o padrão inicial de relacionamento tende a ser mantido.

Coparentalidade como moderadora ou mediadora.

Também foram realizados estudos para examinar o papel mediador ou moderador da coparentalidade em relação ao estresse parental. Assim, Camisasca et al. (2014) exploraram os efeitos mediadores e moderadores da aliança parental na relação entre o ajustamento conjugal (representado pelas dimensões consenso diádico, satisfação diádica, coesão diádica e expressão afetiva) e o estresse materno e paterno. Participaram do estudo 236 famílias italianas com filhos entre 6 e 11 anos. Análises de regressão foram consistentes com um modelo de coparentalidade como mediador (levando os casais a terem, ou não, problemas com estresse), mas não como um moderador (efeito de amortecer ou intensificar o estresse parental) da relação entre ajustamento conjugal e estresse parental. No caso das mães, a aliança parental mediou as relações entre duas dimensões do ajustamento conjugal (consenso diádico e coesão diádica) e o estresse parental. No caso dos pais, a aliança parental serviu como mediadora da relação entre a satisfação diádica e o estresse parental. Esses resultados apontam para a importância da forma como os pais lidam um com o outro, que tende a ser colaborativa e respeitosa ou agressiva e depreciativa.

Ademais, nos resultados encontrados por May et al. (2015), realizado com mães e pais de crianças com deficiência, a modelagem de equações estruturais demonstrou que as relações entre as percepções de autoeficácia parental e o estresse parental foram mediadas pela qualidade da coparentalidade. Com base neste resultado, pode-se dizer que a importância da qualidade da relação coparental é evidente também em contextos parentais pouco comuns, contribuindo para a melhor saúde mental (percepções de estresse menos intensas) de cada um dos pais, enquanto criam seu filho.

Durtschi et al. (2016), por sua vez, apontaram para um efeito moderador da percepção de suporte coparental sobre a associação entre o estresse parental e a qualidade da relação conjugal, para as mães. O suporte coparental dos pais reduziu significativamente os efeitos do estresse parental das mães sobre a qualidade do relacionamento conjugal. Aparentemente, uma relação coparental de boa qualidade fortalece as mães psicologicamente, na hora de lidar com situações parentais estressantes, de forma que a relação com seus parceiros continua mais positiva, a despeito das dificuldades.

Com base nesse conjunto de resultados sobre a associação entre o estresse parental e a coparentalidade, nota-se que: (a) existe uma relação entre o estado emocional de cada um dos pais, em termos de estresse, e as interações que estabelecem com o(a) parceiro(a) acerca da criação dos filhos, (b) há certa estabilidade na relação entre o estresse parental e a coparentalidade, ao longo dos anos, sendo que tanto o estresse de um dos pais pode reduzir a qualidade da relação coparental, quanto a qualidade das interações coparentais pode afetar o estado emocional (estresse) de cada um dos pais e (c) as interações coparentais mediaram a associação entre o ajustamento conjugal e percepções de autoeficácia parental, e também funcionaram como moderadoras das relações entre

estresse parental e conjugalidade, especialmente para as mães. No entanto, destaca-se que, no contexto brasileiro, não foram encontrados estudos evidenciando as relações entre a coparentalidade e o estresse parental.

Coparentalidade e habilidades sociais.

Situações envolvendo interações interpessoais estão presentes nos mais diversos contextos de nossas vidas, sendo um deles o familiar. Diante disso, é importante que o indivíduo tenha um amplo repertório de habilidades sociais, para que seja capaz de agir de forma a cumprir diferentes tarefas, em conjunto com outras pessoas, em cada um desses contextos (Cia, Pereira, Del Prette & Del Prette, 2006; Del Prette & Del Prette, 2010). Além disso, também é importante considerar a influência da cultura no estabelecimento e na manutenção dos diferentes padrões de relacionamento, que podem levar a resultados específicos (de competência ou de disfunção) no desenvolvimento (Leme, Del Prette, Koller & Del Prette, 2016).

Em relação especificamente ao contexto familiar, o aumento da participação do pai nos cuidados com os filhos (Cia et al., 2006) implicou na necessidade de uma maior comunicação entre as mães e os pais, para organizar e negociar as tarefas envolvendo os cuidados com a criança. Além disso, algumas mudanças que ocorrem nesse contexto, como o crescimento e amadurecimento dos filhos, exigem uma reorganização, por parte dos pais, na forma como exercem a coparentalidade (Augustin & Frizzo, 2015).

Van Egeren e Hawkins (2004) afirmaram que a coparentalidade envolve as habilidades dos membros da díade para resolver problemas, administrar conflitos e fornecer apoio em relação à percepção do parceiro sobre seu papel parental. Nesse sentido, quando os pais compreendem o período após o nascimento do bebê como sendo uma fase de adaptação que requer a busca por uma nova organização familiar, podem

entender as dificuldades que enfrentam como problemas precisando ser resolvidos e não como indicadores de dificuldades intrínsecas de uma das partes. Esse foco na resolução de problemas, por sua vez, pode favorecer o desenvolvimento e o uso de habilidades pessoais e familiares (Gillham & Seligman, 1999).

Além disso, considerando a demanda para encontrar formas de intervir para prevenir ou reduzir danos aos relacionamentos e para favorecer o desenvolvimento e bem-estar de pais e filhos, torna-se importante identificar habilidades, tais como as habilidades sociais, que contribuam para a construção e manutenção de bons relacionamentos e que facilitem a adaptação às demandas da sociedade atual (Prati & Koller, 2011). Segundo Lindsey, Caldera e Colwell (2005), programas focados em melhorar a coparentalidade podem se beneficiar de componentes relacionados às habilidades sociais. O ensino deste repertório permite que os pais adotem estratégias efetivas direcionadas à expansão das redes de suporte social no ambiente externo à família, assim como utilizem estratégias de comunicação, um com o outro, levando a melhorias na qualidade dos processos coparentais.

Nesse sentido, algumas intervenções focadas na coparentalidade já contêm tópicos relacionados às habilidades sociais. O programa *Family Foundations*, por exemplo, inclui tópicos sobre autorregulação, resolução de conflitos, gerenciamento de problemas e comunicação produtiva (Feinberg & Kan, 2008). O *Promoting Strong African American Families Program* (Beach et al., 2014) e uma versão adaptada do programa *Incredible Years* (Linares, Montalto, Li, & Oza, 2006), por sua vez, abordam questões de comunicação e resolução de conflitos.

No entanto, embora existam evidências apontando para a relação entre a coparentalidade e as habilidades sociais da criança (Cabrera, Scott, Fagan, Steward-

Streng & Chien, 2012), não foram encontrados estudos mostrando a existência de associações entre as habilidades sociais das mães e dos pais e a qualidade da relação coparental.

Justificativa

A coparentalidade é central para a qualidade das interações que ocorrem no sistema familiar. As interações estabelecidas pelos pais a respeito da criação dos filhos estão relacionadas a outros comportamentos e estados emocionais dos próprios pais, como a conjugalidade, depressão, estresse parental e habilidades sociais e, também, ao ajustamento dos filhos. Além disso, existe uma grande quantidade de estudos focando em entender as relações conjugais e a parentalidade, mas os estudos acerca da coparentalidade ainda são escassos.

Assim, diante da relevância das relações coparentais para o bem-estar de todos os membros da família e considerando a escassez de instrumentos de coparentalidade com um conjunto de evidências de validade e precisão para o contexto brasileiro, foi objetivo do presente estudo contribuir com evidências de validade e precisão para a ERC, visando colaborar com o aprimoramento de um instrumento para avaliar a coparentalidade, que pode ser usado tanto no contexto interventivo quanto em pesquisas científicas.

Ademais, segundo dados do IBGE (2017), a maior parte dos divórcios no Brasil ocorre entre casais com filhos menores de idade (45,8%). Diante disso, ainda que se pretenda contribuir para que o instrumento possa ser aplicado de forma ampla na população, considerando-se a importância da elaboração de intervenções preventivas para reduzir problemas de ajustamento psicossocial por parte dos pais e seus filhos, objetivou-se examinar evidências no âmbito de uma amostra composta por mães e pais com filhos de até 6 anos de idade. Os padrões de relacionamento estabelecidos neste período afetam

todos os membros da família em períodos posteriores. Portanto, o período quando os filhos são pequenos pode ser especialmente interessante para a realização de programas de intervenção.

Objetivo Geral

Contribuir com evidências de validade (baseadas na estrutura interna e nas relações com variáveis externas) e precisão para a Escala da Relação Coparental.

Objetivos Específicos

1. Avaliar evidências de validade da ERC baseadas na sua estrutura interna (análise fatorial confirmatória e testes de invariância).
2. Avaliar a precisão de cada subescala da ERC.
3. Avaliar evidências de validade da ERC baseadas nas relações com variáveis externas³: (a) validade discriminante (por meio de correlações com um instrumento de desejabilidade social) e (b) testes avaliando construtos relacionados (por meio de correlações com instrumentos avaliando comportamentos pró-sociais da criança, comportamentos problemáticos da criança, a qualidade da relação conjugal, depressão, estresse parental e habilidades sociais das mães e dos pais).

Hipóteses

A hipótese do estudo referente ao objetivo específico de avaliar evidências de validade discriminante da ERC, para o contexto brasileiro, é descrita abaixo.

³ A validade convergente do instrumento não será avaliada, pois não existem outros instrumentos de coparentalidade adaptados e validados para a população brasileira.

- Hipotetiza-se que não existam correlações estatisticamente significativas entre a medida de desejabilidade social e as dimensões positivas e negativas do instrumento de coparentalidade, ou que os coeficientes de correlação encontrados estejam abaixo de 0,20.

As hipóteses referentes ao objetivo específico de avaliar evidências de validade da ERC com base nas relações com testes avaliando construtos relacionados, para o contexto brasileiro, são sumarizadas abaixo⁴:

- Hipotetiza-se que existam correlações positivas entre as dimensões referentes às habilidades pró-sociais da criança e as dimensões positivas da coparentalidade e correlações negativas com as dimensões negativas da coparentalidade.
- Hipotetiza-se que existam correlações negativas entre as dimensões referentes aos comportamentos problemáticos da criança e as dimensões positivas da coparentalidade, bem como correlações positivas com as dimensões negativas da coparentalidade.
- Hipotetiza-se que existam correlações positivas entre as dimensões referentes à qualidade da relação conjugal e as dimensões positivas da coparentalidade e correlações negativas com as dimensões negativas da coparentalidade.
- Hipotetiza-se que existam correlações negativas entre a medida de depressão e as dimensões positivas da coparentalidade e correlações positivas com as dimensões negativas da coparentalidade

⁴ Para todos os casos, são esperadas correlações estatisticamente significativas com coeficientes de magnitude (em valores absolutos) entre 0,20 a 0,50.

- Hipotetiza-se que existam correlações negativas entre as dimensões referentes ao estresse parental e as dimensões positivas da coparentalidade e correlações positivas com as dimensões negativas da coparentalidade
- Hipotetiza-se que existam correlações positivas entre as dimensões referentes às habilidades sociais das mães e dos pais e as dimensões positivas da coparentalidade e correlações negativas com as dimensões negativas da coparentalidade

Método

Delineamento da Pesquisa

A presente pesquisa seguiu um delineamento quantitativo, descritivo, correlacional e de contato único.

Participantes

Participaram do presente estudo 238 mães e 195 pais, totalizando 433 participantes, todos com pelo menos 18 anos de idade, e que tinham pelo menos um filho com até 6 anos de idade. Os pais precisavam ser capazes de ler e responder os instrumentos, impressos, o que exigia alfabetização de, no mínimo, Ensino Fundamental 1. Como apresentado anteriormente, essa faixa etária dos filhos foi escolhida visando verificar a possibilidade de utilização do instrumento, em pesquisas futuras, na elaboração e avaliação de programas de intervenção, de caráter preventivo, focados na relação coparental, visto que a quantidade de conflitos entre os membros do casal costuma aumentar após o nascimento dos filhos. Para responder aos questionários, os participantes foram instruídos a pensar no(a) seu filho(a) de até 6 anos de idade. Caso tivessem mais de um filho nesta faixa etária, foram orientados a pensar no filho que mais os preocupasse, visando obter uma amostra com maior variabilidade de comportamentos (ou seja, que

incluísse comportamentos problemáticos). Os participantes deveriam ter tido a criança focal após os 18 anos de idade.

A idade das mães variou entre 21 e 56 anos, com uma média de idade de 33,0 anos ($DP = 6,18$ anos), e a idade dos pais variou entre 22 e 51 anos, com uma média de idade de 35,3 anos ($DP = 6,02$ anos). Tendo em vista que os objetivos do estudo envolvem explorar a forma como pais em diversos contextos de vida se relacionam e se comunicam em relação aos cuidados da criança, embora a amostra tenha sido selecionada por conveniência, buscou-se variabilidade nos perfis sociodemográficos dos participantes, assim como nas configurações familiares. Na Tabela 2, são apresentados os dados sociodemográficos dos participantes. Como houve uma grande variabilidade de profissões entre os participantes, a lista completa encontra-se no Anexo C.

Embora a porcentagem de participantes divorciados e com filhos com deficiência na presente amostra seja pequena, em comparação à porcentagem de pessoas com esse perfil presentes na população geral, optou-se por mantê-los na amostra, visto que um dos principais motivos para preparar intervenções sobre a relação coparental seria o de ajudar mães e pais a estabelecerem e conservarem uma relação de boa qualidade. Acredita-se que esses dois fatores (dissolução conjugal ou demandas advindas da necessidade de cuidados adicionais com o filho) podem contribuir para um aumento na quantidade de dificuldades enfrentadas pelos membros da díade coparental. Além disso, destaca-se a dificuldade de recrutar homens, o que converge com dados da literatura da área, visto que em estudos sobre parentalidade as amostras costumam ser compostas, em sua maioria, por mães. Diante disso, ressalta-se a importância da presença significativa de homens na amostra da presente pesquisa, possibilitando o acesso às percepções tanto das mães quanto dos pais em diferentes questões relacionadas ao contexto familiar.

Tabela 2. *Características Sociodemográficas dos Participantes, por Sexo*

Característica	Níveis	Mães	Pais
		(n=238) (%)	(n=195) (%)
Estado civil	Solteiro	6,8	5,6
	Casado/união estável	84,8	89,7
	Recasado	3,4	1,0
	Separado/Divorciado	5,1	3,6
Reside com parceiro?	Sim	87,8	92,3
	Não	12,2	7,7
Reside com a criança?	Sim	100	94,9
	Não	0	5,1
Tempo que correside	Desde o nascimento	99,1	95,7
	Menos tempo	0,9	4,3
Dias por semana com a criança	1 a 6	2,5	10,3
	7	97,5	89,7
Escolaridade	1º grau incompleto	8,1	7,9
	1º grau completo	2,6	5,2
	2º grau incompleto	8,1	7,9
	2º grau completo	33,3	27,2
	Superior incompleto	5,6	11,5
	Superior completo	42,3	40,3
Profissão	Trabalha fora de casa	78,2	99,0
	Não trabalha fora de casa	21,8	1,0
Número de filhos	1	50,9	50,5
	2	32,6	33,2
	3	11,3	15,3
	4 ou mais	5,2	1,1
Renda familiar mensal	Até 2 SM ¹	31,2	15,6
	De 2 a 4 SM	25,4	33,0
	De 4 a 10 SM	30,7	36,9
	De 10 a 20 SM	11,7	13,4
	Acima de 20 SM	1,0	1,1
Sexo da criança	Feminino	48	51,4
	Masculino	52	48,6
Tipo de escola da criança	Pública	58	36,9
	Particular	42	63,1
A criança possui necessidade especial?	Sim	3,8	1,5
	Não	96,2	98,5
Idade da criança alvo (em anos)	Média	4,0	4,0
	DP	1,45	1,48

¹ SM = salários mínimos

Instrumentos

É preciso obter uma amostra grande de participantes para realizar uma análise fatorial, de no mínimo 200 participantes e no mínimo 5 participantes por item do instrumento em questão (Dancey & Reidy, 2019; Tornimbeni, Pérez, & Olaz, 2008). Porém, o tamanho da amostra pode ser muito menor para uma análise de correlação (Dancey & Reidy, 2019). Levando isto em consideração, para que a aplicação de instrumentos não ficasse longa e cansativa, todos os participantes responderam ao questionário para a caracterização da amostra, à escala usada para avaliar a relação coparental e à dois ou três dos instrumentos avaliando outros construtos (desejabilidade social, satisfação conjugal, estresse parental, depressão, habilidades sociais e comportamentos sociais dos filhos). Foi realizado um revezamento entre os instrumentos, de forma que cada um deles foi preenchido por amostras de tamanho e composição equivalentes. Desta forma, com exceção da Escala da Relação Coparental, o número de participantes que responderam aos demais instrumentos foi insuficiente para possibilitar a realização de uma AFC para cada um deles.

Questionário sociodemográfico.

Este instrumento foi elaborado para a presente pesquisa e contém algumas perguntas sobre o perfil sociodemográfico dos participantes (idade, sexo, escolaridade, renda, profissão, número de filhos, entre outras), a fim de descrever a composição da amostra.

Escala da Relação Coparental.

A Escala da Relação Coparental – ERC (Feinberg et al., 2012, traduzida e adaptada para uso no Brasil por Carvalho et al., 2018) é um instrumento de autorrelato que foi criado para medir a qualidade da coparentalidade. Possui 35 itens, divididos em sete

subescalas: Concordância coparental (exemplo: *Meu companheiro e eu temos as mesmas metas para nosso filho*), Proximidade coparental (exemplo: *O meu relacionamento com meu companheiro é mais forte agora do que antes de termos um filho*), Suporte coparental (exemplo: *Quando eu estou no meu limite no papel de mãe, meu companheiro me dá o suporte extra que preciso*), Apoio à parentalidade do parceiro (exemplo: *Meu companheiro demonstra que percebe os sentimentos e necessidades do nosso filho*), Divisão do trabalho (exemplo: *Meu companheiro não se preocupa em dividir de forma justa o cuidado do nosso filho*), Sabotagem coparental (exemplo: *Meu companheiro demonstra que não confia nas minhas habilidades como mãe*) e Exposição da criança ao conflito (exemplo: *Um ou ambos falam coisas cruéis ou que magoam o outro na frente do seu filho*). As correspondências entre os componentes do modelo teórico proposto por Feinberg e as subescalas do instrumento encontram-se descritas no Anexo D, assim como os itens que compõem cada subescala. Para cada item do instrumento, os participantes devem indicar o quanto o comportamento descrito é verdadeiro sobre sua relação com seu(sua) parceiro(a), em uma escala de pontuação tipo Likert de 7 pontos, variando de 0 (*não é verdadeiro sobre nós*) a 6 (*muito verdadeiro sobre nós*). Apenas para a subescala de Exposição da criança ao conflito, os respondentes utilizam uma escala de frequência que varia de 0 (*nunca*) a 6 (*muito frequentemente – várias vezes ao dia*).

A consistência interna (alfa de Cronbach) de seis das sete subescalas do instrumento original variou de 0,61 a 0,90 e, para a subescala "divisão do trabalho", as correlações entre os dois itens variaram de fracas a moderadas (considerando as respostas de mães e pais em três períodos diferentes da coleta de dados). A estrutura fatorial americana do instrumento foi confirmada e demonstrou-se estável ao longo do tempo (em três momentos diferentes, sempre com a mesma amostra). Além disso, o instrumento apresentou correlações dentro dos valores esperados com instrumentos que avaliavam o

amor do casal, a eficácia do casal, a qualidade do casamento, o sexo e romance do casal, os conflitos do casal, a argumentação ineficaz e a propensão ao divórcio, que são indicadores de evidências baseadas nas relações com variáveis externas (Feinberg et al., 2012). Os coeficientes de precisão das subescalas da ERC e uma análise fatorial confirmatória para a presente amostra serão apresentados nos resultados, por fazerem parte dos objetivos do estudo.

Escala de Desejabilidade Social.

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne – EDS (Crowne & Marlowe, 1960) é uma escala de autorrelato usada para avaliar a propensão dos respondentes a darem respostas consideradas como socialmente aceitáveis, encobrendo comportamentos muito prováveis de terem acontecido. A versão reduzida desse instrumento, desenvolvida por Reynolds (1982), que foi utilizada no presente estudo, é composta por 13 itens (selecionados entre os 33 itens da versão original) e foi traduzida e adaptada para uso no Brasil por Ribas, Moura e Hutz (2004). Os respondentes devem indicar se apresentam os comportamentos descritos em cada um dos itens, selecionando entre as opções de resposta “*verdadeiro*” e “*falso*” (exemplo: *Estou sempre disposta a admitir, quando eu cometo um erro*). O instrumento possui evidências satisfatórias no que se refere à análise fatorial e à precisão (consistência interna e teste-reteste), tanto na versão original quanto na versão adaptada. O valor de alfa para a presente amostra foi de 0,61.

Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares.

A Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR) é uma versão brasileira do *Preschool and Kindergarten Behavior Scale* (PKBS), que foi desenvolvido por Merrell, em 2002. É uma escala composta por três fatores que avaliam as habilidades

sociais, sendo eles a cooperação social (exemplo: *É aceito e querido pelas outras crianças*), a independência social (exemplo: *Joga ou brinca independentemente*) e a interação social (exemplo: *Pede ajuda de adultos quando necessário*), e dois fatores que avaliam os comportamentos problemáticos de pré-escolares, sendo eles os comportamentos externalizantes (exemplo: *Tem acessos de birra ou raiva*) e os comportamentos internalizantes (exemplo: *É ansioso ou tenso*). O instrumento pode ser respondido pelos pais e mães ou pelos professores. Cada um dos 76 itens deve ser avaliado em uma escala de frequência tipo likert de quatro pontos, que varia de “nunca” a “frequentemente”.

Assim como a versão original, a versão brasileira do instrumento (validada por Dias, Freitas, Del Prette, & Del Prette, 2011), composta por 74 itens, apresentou evidências satisfatórias em relação à consistência interna e à estrutura fatorial. Em relação à amostra da presente pesquisa, foram encontrados os seguintes valores de alfa: Cooperação Social = 0,79; Independência Social = 0,79; Interação Social = 0,74; Habilidades Sociais – Escore Total = 0,88; Comportamentos Externalizantes = 0,91; Comportamentos Internalizantes = 0,84, Comportamentos Problemáticos – Escore Total = 0,93.

Escala de Ajustamento Diádico.

A Escala de Ajustamento Diádico (EAD) ou *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), de Spanier (1976), foi traduzida para o contexto brasileiro por Magagnin et al. (2003). Esta escala de autorrelato é composta por 32 itens, divididos em quatro fatores: consenso (exemplo: *Manejar finanças de família*), satisfação (exemplo: *Alguma vez se arrependeu de ter casado?*), coesão (exemplo: *Você e seu cônjuge se dedicam a interesses juntos?*) e expressão de afeto (exemplo: *Não mostrar amor*). As escalas de pontuação do

instrumento variam conforme o grupo de itens. No presente estudo, optou-se por utilizar a mesma pontuação (4 pontos) para duas opções de resposta do item 32 (“*Quero desesperadamente que a minha relação dê certo e faria quase qualquer coisa para ver isso acontecer*” e “*Quero muito que a minha relação dê certo e vou fazer todo o possível para isso acontecer*”), pois surgiram dúvidas entre os participantes sobre estas duas frases e acredita-se que a primeira frase não seja um indicativo de uma relação conjugal de maior qualidade, em comparação à segunda frase.

Existem evidências satisfatórias para a versão original do teste, em relação à estrutura fatorial e à precisão (consistência interna e teste-reteste) (Magagnin et al, 2003). Na amostra da presente pesquisa, o valor de alfa foi de 0,88 para o fator Consenso; 0,83 para o fator Satisfação; 0,77 para o fator Coesão, 0,44 para o fator Expressão de afeto e 0,92 para o Escore Total. Devido à baixa precisão do fator “Expressão de afeto”, ele não foi considerado nas análises correlacionais.

Inventário de Depressão de Beck.

O Inventário de Depressão de Beck – BDI-II (Beck Depression Inventory; Beck, Steer, & Brown, 2012) é um questionário de autorrelato utilizado para avaliar a intensidade de sintomas depressivos (exemplo: *Não tenho mais nenhum prazer nas coisas que costumava gostar*). Para cada um dos 21 itens, os respondentes devem escolher uma entre quatro opções de resposta (apenas dois itens possuem uma variedade maior de opções de resposta).

A versão original do instrumento apresentou evidências satisfatórias de precisão (consistência interna e teste-reteste), de correlação com avaliações baseadas em entrevistas clínicas e com um segundo instrumento para a avaliação da depressão, além de um alto grau de concordância nos diagnósticos realizados e um poder discriminativo

entre os graus de depressão. A versão brasileira do instrumento, adaptada por Gorenstein, Pang, Argimon e Werlang (2011), também apresentou evidências satisfatórias de consistência interna e um alto poder discriminativo entre indivíduos com e sem depressão. O valor de alfa para a presente amostra foi de 0,91.

Índice de Estresse Parental.

O Índice de Estresse Parental (IEP), ou Parenting Stress Index (PSI), é um instrumento de autorrelato usado para avaliar a intensidade do estresse nas interações pai-filho e mãe-filho. Foi criado por Abidin, em 1995, e validado para a população de Portugal por Santos, em 1997. Sua versão reduzida, utilizada no presente estudo, é composta por 36 itens (selecionados entre os 101 itens da versão completa), divididos em três subescalas: sofrimento parental (exemplo: *Com frequência, eu tenho a sensação de que não manejo as coisas muito bem*), interações disfuncionais com o filho (exemplo: *Quando faço alguma coisa para o meu filho, eu sinto que meus esforços não são reconhecidos por ele*) e criança difícil (exemplo: *Meu filho parece chorar ou fazer birra mais frequentemente que a maioria das crianças*). Para cada item, os participantes devem indicar o quanto concordam ou discordam do comportamento descrito, usando uma escala de pontuação tipo Likert de 5 pontos. Apenas os itens 22, 32 e 33 possuem formas de avaliação diferentes. Além disso, em alguns itens, os participantes também podem selecionar a opção de resposta “*não se aplica*”.

O IEP não apresenta estudos de validação para a população brasileira, mas a versão portuguesa, com algumas adaptações linguísticas, foi utilizada por Minetto (2010), em um estudo realizado no Brasil. Os valores de alfa para a amostra da presente pesquisa foram: 0,81 para o fator Sofrimento Parental; 0,79 para o fator Interações Disfuncionais com o Filho, 0,82 para o fator Criança Difícil e 0,88 para o Escore Total.

Inventário de Habilidades Sociais.

O Inventário de Habilidades Sociais (IHS2-Del Prette) de Del Prette & Del Prette (2018) é um instrumento brasileiro de autorrelato, usado para avaliar o desempenho social do respondente. O IHS2 é composto por 30 itens, divididos em cinco fatores: conversação assertiva (exemplo: *Em uma conversação com amigos, tenho dificuldade em encerrar a minha participação, preferindo aguardar que outros o façam*), expressão de sentimento positivo (exemplo: *Em minha casa, expesso sentimentos de carinho através de palavras e gestos a meus familiares*), autocontrole/enfrentamento (exemplo: *Quando um familiar me critica injustamente, expesso meu aborrecimento diretamente a ele*), desenvoltura social (exemplo: *Em uma situação de grupo, quando alguém é injustiçado, reajo em sua defesa*) e abordagem afetivo-sexual (exemplo: *Ao sentir desejo de conhecer alguém a quem não fui apresentado, eu mesmo me apresento a essa pessoa.*).

Cada um dos itens do instrumento descreve uma situação social e uma forma de reagir diante da situação. Os respondentes devem avaliar a frequência com a qual reagem da forma descrita, usando uma escala de pontuação tipo Likert de cinco pontos que varia de “nunca ou raramente” a “sempre ou quase sempre”. Possui evidências satisfatórias de consistência interna, estrutura fatorial, estabilidade temporal (teste-reteste) e validade convergente. Além disso, essa estrutura apresentou invariância configural e escalar entre sexos e entre duas faixas de idade (18-38 e 39-50 anos), capacidade discriminativa adequada dos itens e sensibilidade em detectar modificações produzidas por intervenções. Na amostra da presente pesquisa, foram encontrados os seguintes valores de alfa para cada fator: Conversação Assertiva = 0,63; Expressão de Sentimento Positivo = 0,78; Autocontrole/Enfrentamento = 0,70; Desenvoltura Social = 0,62; Abordagem Afetivo-

sexual = 0,52; Escore Geral = 0,80. Devido à baixa precisão do fator “Abordagem Afetivo-sexual”, ele não foi considerado nas análises correlacionais.

Procedimento de Coleta de Dados

Primeiramente, a pesquisadora entrou em contato com os responsáveis pelas Secretarias da Educação Infantil Municipal de três cidades do interior de São Paulo e com diretores de escolas de educação infantil particulares desses mesmos municípios. O objetivo dessa etapa foi obter autorização para entrar em contato com mães e pais de alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e das escolas particulares, a fim de convidá-los para participar da presente pesquisa. Após a obtenção das autorizações, o projeto foi enviado para aprovação do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos.

Após a aprovação do Comitê de Ética, a pesquisadora entrou em contato com as mães e os pais (em reuniões escolares, e por meio do envio de convites, via os filhos), apresentou os objetivos da pesquisa e os convidou para participar da mesma. As mães e os pais que demonstraram interesse em participar foram convidados a comparecer na escola de seus filhos em dias e horários preestabelecidos, para a aplicação dos instrumentos. Como alguns participantes se mostraram interessados em participar do estudo, mas relataram não ter disponibilidade para participar nos dias e horários da coleta presencial, optou-se por incluir a possibilidade de que recebessem os instrumentos para preencher em suas casas, via envelopes lacrados, e os retornassem preenchidos, visto que esse método já estava previsto para os participantes que não haviam sido convidados por meio das escolas, mas sim por meio de indicações (técnica bola se neve). Na Tabela 3, apresenta-se a quantidade de participantes recrutados por meio das escolas e da técnica bola e neve, assim como a quantidade de respostas presenciais e via envelope.

Tabela 3. *Respondentes por Sexo, Método de Coleta e Estratégia de Recrutamento*

Recrutamento	Mulheres (n = 238)		Homens (n = 195)	
	Presencial	Envelope	Presencial	Envelope
Via escola	155	39	86	46
Bola de neve	--	44	--	63

Com base nas informações apresentadas, destaca-se que 55,7% dos dados foram coletados presencialmente e 44,3% foram coletados via envelope. Além disso, 75,3% dos participantes foram recrutados via escolas enquanto 24,7% foram recrutados por meio de indicações (técnica bola de neve). Em relação ao cálculo da taxa de resposta via escolas, algumas observações são importantes. Por meio dos 2678 convites entregues nas escolas, a pesquisadora buscou convidar o pai e a mãe de cada criança para participar da pesquisa. No entanto, notou-se que, em algumas escolas, nem todos os convites deixados pela pesquisadora haviam sido distribuídos entre os alunos, pois, quando a pesquisadora retornou às escolas, percebeu que parte dos convites ainda encontrava-se na secretaria. É provável que algumas diretoras tenham preferido evitar a possibilidade de faltar convites e, por isso, pediram uma quantidade maior do que a quantidade de mães e pais que os receberiam ou tenham tido dificuldades para enviar todos os convites, devido à falta dos alunos nos dias das entregas, por exemplo.

Ademais, em alguns casos, apenas um (ou nenhum) dos membros da díade coparental pode ter tido acesso ao convite, o que pode ter acontecido no caso de pais divorciados, quando os convites não foram entregues aos pais pelos filhos, entre outras possibilidades. Assim, para calcular a taxa de resposta, foi necessário fazer uma estimativa da quantidade de mães e pais que tiveram acesso ao convite e optou-se por

considerar uma pessoa por convite. Assim, a taxa de resposta para os participantes recrutados por meio das escolas foi de 12,17%.

A pesquisadora entregou, para cada participante, duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os questionários a serem preenchidos. Nas coletas presenciais, a pesquisadora estava presente durante toda a aplicação para tirar as dúvidas que surgiram. Nas coletas via envelope, a pesquisadora se mostrava disponível por telefone ou e-mail para tirar qualquer dúvida que surgisse. Depois da aplicação dos instrumentos, para oferecer algo em retorno aos participantes, foi entregue um folheto com definições de coparentalidade, exemplos de efeitos de uma relação coparental positiva sobre as crianças e sobre o próprio casal, segundo a literatura, e indicações de leituras (Anexo E).

Local da Coleta de Dados

No caso da coleta de dados presencial, a aplicação dos instrumentos foi realizada na escola dos filhos dos participantes. Para a coleta de dados via envelope, os participantes receberam os instrumentos em suas próprias residências e os enviaram de volta, preenchidos.

Análise dos Dados

Ao longo do período de coleta de dados, cada questionário preenchido foi examinado para avaliar se as respostas pareciam válidas, excluindo dados de participantes que apresentaram muitos problemas (por exemplo, dificuldades na compreensão das instruções e dos itens). Depois de eliminar instrumentos inválidos, os itens que requeriam inversão tiveram sua pontuação invertida. Além disso, os casos do IEP em que os participantes selecionaram a opção de resposta “*não de aplica*” receberam a pontuação mínima (1 ponto), representando que discordavam totalmente da afirmação do item.

Após a digitação dos dados, foi verificado o número de casos de valores omissos para os itens de todos os instrumentos aplicados neste estudo. Nos casos em que a quantidade de dados omissos para cada item não chegou a 10%, foram realizadas a estimação e a substituição desses dados por meio do método EM (*Expectation Maximization*). Foram excluídos os itens em que a quantidade de dados omissos excedia esse critério (itens 22 e 32 do IEP).

Análise fatorial confirmatória.

A análise fatorial confirmatória (AFC) da ERC foi efetuada por meio do software MPlus (Muthén & Muthén, 2014). Para a realização de uma AFC com resultados confiáveis, é necessário aplicar o instrumento em 5 a 10 respondentes, por item do instrumento (Tornimbeni, Pérez, & Olaz, 2008); a amostra do presente estudo atende esse critério. Como nem todas as categoriais da escala de resposta tinham sido usadas pelos respondentes, optou-se por unir as categoriais 0 e 1 (tornou-se 1) e as categoriais 5 e 6 (tornou-se 5), de forma que a análise pudesse ser realizada.

Inicialmente, verificou-se o poder discriminativo dos itens da ERC, a existência de valores extremos (*outliers*) e a normalidade da distribuição dos escores para cada fator, de acordo com a estrutura da versão original do instrumento. Em seguida, foram verificadas as cargas fatoriais para cada item, que deveriam estar acima de 0,40 para que o item fosse mantido, como forma de avaliar a qualidade do modelo fatorial (Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009). Além disso, a fim de testar a estrutura americana de sete fatores proposta por Feinberg et al. (2012), foram considerados os seguintes índices de ajuste: (a) $X^2/gl < 5$, (b) *Comparative Fit Index* (CFI) > 0,90, (c) *Tucker Lewis Index* (TLI) > 0,90 e (d) *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA) < 0,08 (Hooper, Coughlan, & Mullen, 2008; Hu & Bentler, 1999; Kline, 2011; Marsh, Hau, & Wen, 2009;

Tabachnick & Fidell, 2007). Para a efetivação das análises, foi utilizado o estimador WLSMV (*weighted least square mean and variance adjusted*), por não assumir variáveis normalmente distribuídas e ser próprio para variáveis categóricas (ordinais) (Brown, 2006).

Invariância.

Em seguida, foi verificada a invariância de medida da ERC nas duas amostras distintas (mães e pais), também utilizando o software MPlus, visto que alguns dos participantes da presente pesquisa compõem díades coparentais, não sendo, portanto, independentes⁵. A invariância permite verificar o grau de equivalência entre a configuração e os parâmetros de determinado instrumento psicométrico, para diferentes grupos (Damásio, 2013; Sass, 2011). Dessa forma, é possível determinar se a estrutura fatorial é apropriada para amostras com características diferentes, que poderiam influenciar as respostas dos indivíduos, como, por exemplo, em relação ao gênero (Laros, 2012). Os diferentes fatores culturais, contextuais e desenvolvimentais que podem influenciar os construtos psicológicos têm sido cada vez mais reconhecidos e, com isso, houve um aumento no interesse de demonstrar, de forma empírica, a equivalência da estrutura fatorial de determinado instrumento em diferentes amostras, ao invés de assumir que a estrutura é invariante (Laros, 2012). Nesse sentido, a verificação da invariância é fundamental para que algumas conclusões possam ser formuladas em relação à elaboração e uso de um instrumento psicométrico (Cheung & Rensvold, 2002; Damásio, 2013).

⁵ Em alguns casos, ambos os membros do casal participaram da pesquisa enquanto, em outros, apenas um dos membros do casal optou por participar. Portanto, a amostra do presente estudo foi dividida entre mulheres e homens. Essa divisão visou evitar um efeito de homogeneidade das respostas, visto que os membros de um casal provalmente compartilham as mesmas condições de vida, o que poderia resultar em uma maior homogeneidade das respostas do que existiria, caso as amostras fossem separadas.

Caso haja viés para um dos grupos, as diferenças encontradas podem estar relacionadas a parâmetros não equivalentes do instrumento, e não a diferenças reais nos níveis da variável latente (Damásio, 2013; Sass, 2011). Ou seja, caso a invariância não seja testada, não se pode inferir equivalência na configuração e nos parâmetros de um instrumento em diferentes populações (Sass, 2011; Vandenberg & Lance, 2000; Damásio, 2013). Por outro lado, caso a invariância se confirme, pode-se concluir que o instrumento está medindo o mesmo construto nas diferentes amostras. Com isso, as comparações dos escores fatoriais dos grupos podem indicar diferenças em relação às características subjacentes avaliadas pelo fator (Laros, 2012). No presente estudo foram testadas as invariâncias configural, métrica e escalar da ERC.

A invariância configural é o modelo inicial testado, a fim de avaliar se a estrutura fatorial do instrumento é equivalente entre diferentes grupos. É verificado se o número de fatores e a distribuição dos itens por fator varia entre amostras diferentes. Como se trata do modelo inicial, não é possível comparar esse modelo a um modelo prévio. Diante disso, para que a invariância seja verificada, são avaliados os mesmos índices de ajuste considerados em uma AFC (X^2/gl , CFI, TLI e RMSEA). Caso os índices estejam adequados, conclui-se que a estrutura proposta é aceitável para os grupos testados e parte-se para a avaliação da invariância métrica da medida (Borsa & DeSousa, 2018; Damásio, 2013).

A invariância métrica (equivalência de cargas fatoriais) significa que a magnitude das cargas fatoriais dos itens é equivalente nos diferentes grupos. Ou seja, se os pesos de regressão dos itens são similares em determinado fator, em amostras distintas, isto indica que os participantes dos dois grupos apresentam a mesma importância para a avaliação do construto (Borsa & DeSousa, 2018; Damásio, 2013). Para que esse tipo de invariância

seja verificado, avalia-se o quanto a suposição de igualdade de parâmetros para os diferentes grupos implica em uma piora nos índices de ajuste, em comparação ao modelo anterior (Damásio, 2013; Vandenberg & Lance, 2000). Nesse caso, utiliza-se o teste de diferença do *Comparative Fit Index* (ΔCFI) e do *Root-Mean-Square Error of Approximation* ($\Delta RMSEA$). Para se assumir invariância métrica, o modelo testado não deve apresentar piora nos índices de ajuste superior a 0,01, quando comparado ao modelo anterior (Milfont & Fischer, 2010). Caso as diferenças sejam inferiores ao critério, conclui-se que os itens do instrumento estão sendo respondidos da mesma maneira pelos diferentes grupos e segue-se para a verificação da invariância escalar da medida.

A invariância escalar (ou equivalência de interceptos) verifica se os escores obtidos por um grupo podem ser comparados com os escores de outro grupo ou se existem vieses de resposta impossibilitando essa comparação. Neste caso, é verificado se os escores estão relacionados ao nível de traço latente, independentemente do grupo (Borsa & DeSousa, 2018; Damásio, 2013). Para avaliar esse tipo de equivalência, são utilizados os mesmos critérios usados para estabelecer a invariância métrica: ΔCFI e $\Delta RMSEA$ inferiores a 0,01 (Milfont & Fischer, 2010).

Precisão.

Para verificar a precisão de cada fator da Escala da Relação Coparental, com base na estrutura proposta após a realização da AFC, foram considerados os seguintes indicadores: alfa de Cronbach, ômega de McDonald, confiabilidade composta e variância média extraída. Os coeficientes variam de 0 a 1. Valores de alfa e de confiabilidade composta acima de 0,70 foram considerados como evidências de que a subescala apresenta uma boa precisão (Hair et al., 2009; Urbina, 2007) e valores entre 0,60 e 0,70 foram considerados como aceitáveis (Bagozzi & Yi, 1988; Hair, Babin, Money &

Samouel, 2005). Em relação ao ômega, comparou-se os valores encontrados aos valores de alfa (Revelle & Zinbarg, 2009). Para a VME, valores iguais ou superiores a 0,50 indicaram um ajuste adequado do modelo (Fornell & Larcker, 1981).

Relações com variáveis externas.

Inicialmente, foi verificada a normalidade da distribuição dos escores para cada fator dos vários instrumentos aplicados, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (pois o tamanho de todas as amostras era superior a 50) e dos valores de assimetria e curtose. Se o resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov era significativo ($p < 0,05$), a distribuição dos escores da amostra não era considerada normal.

Além disso, valores de assimetria e curtose maiores que 2 ou menores que -2 também foram considerados como indicativos da ausência de normalidade (Gravetter & Wallnau, 2014). Nas Tabelas 4, 5, 6, 7, 8 e 9 são apresentados os resultados referentes à análise dos valores de assimetria e curtose, considerando as amostras específicas de respondentes que preencheram a Escala da Relação Coparental e cada uma das demais escalas (desejabilidade social, ajustamento infantil, conjugalidade, estresse parental, depressão e habilidades sociais).

Tabela 4. *Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total da Escala de Desejabilidade Social (EDS), para Mães e Pais*

	Mães (n = 130)			Pais (n = 63)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	X	X	✓	✓	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	X	X	X	X	X
Sabotagem	X	X	X	✓	✓	X
Conflito	X	X	X	X	X	X
ERC-Total	✓	X	X	X	X	X
<i>Escala de Desejabilidade Social</i>						
EDS-Total	✓	✓	X	✓	✓	X

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Tabela 5. Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR), para Mães e Pais

	Mães (n = 61)			Pais (n = 56)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	X	X	✓	✓	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	✓	X	X	X	X
Sabotagem	X	X	X	X	X	X
Conflito	X	X	X	X	X	X
ERC-Total	✓	X	X	✓	X	X
<i>Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares</i>						
Cooperação Social	✓	✓	X	✓	✓	X
Independência Social	✓	✓	X	✓	X	X
Interação Social	✓	X	X	✓	✓	X
Habilidades Sociais-Total	✓	✓	X	✓	X	X
Comportamentos Externalizantes	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Comportamentos Internalizantes	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Comportamentos Problemáticos-Total	✓	✓	✓	✓	✓	✓

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Tabela 6. Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores da Escala de Ajustamento Diádico (EAD), para Mães e Pais

	Mães (n = 60)			Pais (n = 59)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	✓	X	✓	✓	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	✓	X	X	X	X
Sabotagem	X	X	X	✓	✓	X
Conflito	X	X	X	✓	X	X
ERC-Total	✓	✓	✓	✓	X	X
<i>Escala de Ajustamento Diádico</i>						
Consenso	✓	✓	X	✓	✓	✓
Satisfação	✓	X	X	✓	✓	X
Coesão	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EAD-Total	✓	✓	✓	✓	✓	✓

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Tabela 7. Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total no Inventário de Depressão de Beck (BDI-II), para Mães e Pais

	Mães (n = 63)			Pais (n = 59)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	X	X	✓	X	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	✓	X	✓	X	X
Sabotagem	X	X	X	✓	✓	X
Conflito	✓	✓	X	X	X	X
ERC-Total	✓	X	X	X	X	X
<i>Inventário de Depressão de Beck</i>						
BDI-Total	✓	✓	✓	X	X	X

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Tabela 8. Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores do Índice de Estresse Parental (IEP), para Mães e Pais

	Mães (n = 65)			Pais (n = 58)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	X	X	✓	✓	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	X	X	X	X	X
Sabotagem	X	X	X	✓	✓	X
Conflito	X	X	X	✓	X	X
ERC-Total	✓	✓	X	X	X	X
<i>Índice de Estresse Parental</i>						
Sufrimento Parental	✓	✓	X	✓	✓	✓
Interações Disfuncionais	✓	✓	X	✓	✓	X
Criança Difícil	✓	✓	X	✓	✓	✓
IEP-Total	✓	✓	X	✓	✓	✓

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Tabela 9. Resultados das Análises dos Critérios Indicativos de Normalidade para os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos fatores do Inventário de Habilidades Sociais (IHS2), para Mães e Pais

	Mães (n = 63)			Pais (n = 58)		
	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov	Assimetria	Curtose	Kolmogorov-Smirnov
<i>Escala da Relação Coparental</i>						
Concordância	✓	✓	X	✓	✓	X
Proximidade	✓	X	X	✓	✓	X
Suporte	✓	✓	X	✓	✓	X
Apoio	✓	X	X	X	X	X
Sabotagem	X	X	X	✓	✓	X
Conflito	X	X	X	X	X	X
ERC-Total	✓	X	X	✓	X	X
<i>Inventário de Habilidades Sociais</i>						
Conversação Assertiva	✓	✓	X	✓	✓	✓
Expressão de Sentimento Positivo	✓	✓	X	✓	✓	X
Autocontrole Enfrentamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Desenvoltura Social	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Abordagem Afetivo-Sexual	✓	✓	X	✓	✓	✓
Escore Geral	✓	✓	✓	✓	✓	✓

✓ = valores dentro do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

X = valores fora do critério indicativo de normalidade da distribuição dos resultados

Com base nos resultados das análises dos critérios de normalidade, notou-se que os escores nas subescalas do instrumento de coparentalidade e das demais variáveis examinadas neste estudo não apresentaram uma distribuição dentro da faixa de normalidade para a maioria das amostras analisadas. Portanto, as relações entre os construtos de interesse foram analisadas por meio de correlações de Spearman. Apenas as correlações entre o Escore Total da ERC e o fator Coesão da EAD e o Escore Total da ERC e o Escore Total da EAD foram calculadas por meio da correlação de Pearson. Na Tabela 10, são apresentados as médias e os desvios-padrão para os fatores de cada instrumento, em cada amostra, após dividir pelo número de itens que compuseram cada escore (total ou por subescala).

Validade discriminante.

A correlação entre os escores da ERC e os escores no instrumento de desejabilidade social foi verificada, para determinar a validade discriminante do instrumento, que seria evidenciada por um valor de correlação de $r < 0,20$ (Nunes & Primi, 2010).

Testes avaliando construtos relacionados.

As correlações entre os escores na ERC e nos instrumentos utilizados para medir os comportamentos sociais das crianças, a satisfação conjugal, o estresse parental, a depressão e as habilidades sociais foram examinadas para avaliar a associação entre a coparentalidade e outros construtos que, de acordo com a literatura, deveriam ser relacionados, que seriam evidenciado por valores de correlação entre 0,20 e 0,50 (Nunes & Primi, 2010).

Tabela 10. Média e Desvio Padrão Para Cada Fator dos Instrumentos de Coparentalidade, Desejabilidade Social, Ajustamento Infantil, Conjugalidade, Depressão, Estresse Parental e Habilidades Sociais

Instrumento	Subescala	Mães		Pais	
		Média	DP	Média	DP
ERC	Escore Total	3,40	0,61	3,55	0,50
	Concordância	4,65	1,49	4,68	1,36
	Proximidade	4,86	1,13	4,89	1,05
	Suporte	4,50	1,48	4,64	1,42
	Apoio	4,90	1,13	5,27	0,95
	Sabotagem	0,58	1,02	0,76	1,14
	Conflito	0,89	1,09	0,92	1,07
	EDS	Escore Total	0,66	0,17	0,68
PKBS-BR	Habilidades Sociais-Total	2,45	0,32	2,46	0,29
	Cooperação Social	2,33	0,38	2,33	0,33
	Independência Social	2,61	0,31	2,62	0,37
	Interação Social	2,41	0,45	2,40	0,41
	Comportamentos Problemáticos-Total	0,86	0,35	0,86	0,45
	Comportamentos Externalizantes	0,81	0,43	0,84	0,47
	Comportamentos Internalizantes	0,92	0,36	0,88	0,49
	EAD	Escore Total	3,76	0,51	3,81
EAD	Consenso	4,14	0,60	4,16	0,69
	Satisfação	3,98	0,56	4,13	0,47
	Coesão	3,31	0,98	3,37	0,90
BDI-II	BDI-Total	0,57	0,39	0,34	0,40
IEP	Escore Total	1,98	0,45	1,90	0,44
	Sofrimento parental	2,39	0,62	2,26	0,72
	Interações disfuncionais	1,49	0,47	1,41	0,43
	Criança difícil	2,03	0,60	2,00	0,62
	Escore Geral	2,64	0,47	2,62	0,45
IHS2	Conversação assertiva	2,79	0,53	2,93	0,51
	Expressão de sentimento positivo	3,19	0,58	2,92	0,72
	Autocontrole/Enfrentamento	2,2	0,88	2,16	0,86
	Desenvoltura social	2,42	0,79	2,54	0,74

Nota: ERC: mães $n = 238$, pais $n = 195$

Aspectos Éticos

A coleta de dados foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos (parecer nº 1.540.455). Os participantes foram informados sobre as condições e objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F), antes do início da aplicação dos instrumentos. Buscou-se respeitar a privacidade dos participantes durante a coleta de dados, optando-se, sempre que possível, por locais silenciosos e com pouca circulação de pessoas. Além disso, o sigilo da identidade dos participantes na apresentação dos resultados foi respeitado. Foram tomados todos os cuidados para a realização de pesquisa com seres humanos em acordo com a resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012.

Resultados

Análise Fatorial Confirmatória

Inicialmente, foi detectada a existência de cinco itens com um baixo poder discriminativo na ERC, ou seja, itens nos quais mais de 80% dos participantes escolheram a mesma opção de resposta (item 1 – “Muito verdadeiro sobre nós”; itens 12, 13, 21 e 22 – “Não é verdadeiro sobre nós”). No entanto, optou-se por manter esses itens nas análises, após uma análise individual de cada um dos itens. Notou-se que o item 1 (*Eu acredito que meu companheiro é um bom pai*) pode ter uma função tranquilizadora, no sentido de indicar ao participante que, embora possa haver problemas, as coisas estão indo bem, de forma geral.

Em relação aos itens 12 [*Meu companheiro faz piadas ou comentários sarcásticos (maldosos, “de gozação”) sobre a maneira como eu sou como mãe*], 13 (*Meu companheiro demonstra que não confia nas minhas habilidades como mãe*), 21 (*Quando nós três estamos juntos, meu companheiro compete comigo pela atenção do nosso filho*)

e 22 [*Meu companheiro sabotou (prejudicou) meu papel de mãe*], identificou-se que todos pertencem ao fator “Sabotagem Coparental” e uma maior variabilidade nas respostas a esses itens indicaria a presença de níveis mais elevados de conflitos. Diante disso, era esperado não haver muita variabilidade nesses itens, especialmente devido à homogeneidade na amostra do presente estudo, que possuía, por exemplo, uma baixa porcentagem de participantes divorciados, que seriam os participantes com maior probabilidade de apresentar níveis mais altos de conflito.

Além disso, a média para esse fator em uma amostra composta por participantes divorciados ($M = 7,15$; $DP = 3,28$), relatada em uma pesquisa realizada por Lamela, Figueiredo, Bastos e Feinberg (2015), foi maior do que a média encontrada na presente pesquisa ($M = 1,41$; $DP = 2,70$), considerando os mesmos itens, o que indica a sensibilidade do instrumento à presença de uma quantidade maior de sabotagem entre os membros da díade coparental, quando os conflitos resultaram em divórcio. Esses dados reforçam a ideia de que o baixo poder discriminativo encontrado na presente pesquisa está relacionado à homogeneidade da amostra, e não a um problema com os itens do instrumento.

Em relação aos valores extremos (*outliers*), notou-se que o número de casos estava dentro da porcentagem esperada para uma curva normal, onde 5% dos valores se encontram mais de dois desvios-padrões acima ou abaixo da média. Além disso, com base em um exame da distribuição de escores em cada subescala, foi possível notar que os valores extremos indicavam uma relação coparental de baixa qualidade. Diante disso, optou-se por mantê-los, considerando a importância do uso, em todas as análises planejadas, de uma amostra o mais representativa possível da população de pais de crianças na primeira infância, incluindo, portanto, pessoas com dificuldades nas relações

coparentais. Em relação à normalidade da distribuição das respostas, os valores de assimetria e curtose de todos os fatores estavam dentro dos critérios esperados para uma análise fatorial (-2 a +2 e -7 a +7, respectivamente) de acordo com Kline (2011) e Marôco (2014).

Em seguida, foi testado, na amostra brasileira, o modelo fatorial apresentado por Feinberg et al. (2002), composto por sete fatores⁶. Para isso, foram verificadas as cargas fatoriais (que deveriam ser > 0,40) e o item 5 foi excluído por apresentar um valor abaixo do esperado (0,36). Com isso, o fator “Divisão do trabalho” ficaria composto por apenas um item e, por esse motivo, foi excluído do modelo. Após essa exclusão, as cargas fatoriais para o modelo variaram entre 0,40 e 1,02. Destaca-se que valores acima de 1, embora não desejáveis, são possíveis e podem ocorrer devido a diversos fatores, como a presença de outliers e flutuações na amostra, por exemplo (Kolenikov & Bollen, 2010; Muthén & Muthén, 2014). Na Tabela 11, são apresentados os índices de ajuste do modelo para a amostra brasileira, após a exclusão do fator Divisão do Trabalho, juntamente com os valores de referência.

⁶ A estrutura proposta foi de sete fatores, porém, no estudo de validação de Feinberg et al. (2012), um dos fatores, “Divisão do Trabalho”, apresentou indicadores baixos de precisão (as correlações entre os dois itens da subescala variaram de fracas a moderadas).

Tabela 11. *Estrutura Interna da Escala da Relação Coparental: Valores de Referência e Índices de Ajuste para a Amostra Brasileira*

	Valores de Referência	Valores na Amostra Brasileira
CMIN/DF	< 5	2,11
CFI	> 0,90	0,94
TLI	> 0,90	0,94
RMSEA	< 0,08	0,05

Nota: CMIN/DF = qui-quadrado/graus de liberdade, CFI = *Comparative Fit Index*, TLI = *Tucker Lewis Index* e RMSEA = *Root-Mean-Square Error of Approximation*

Os valores obtidos para cada indicador de ajustamento global foram comparados com os valores de referência e os quatro índices considerados revelaram um bom ajuste do modelo. A magnitude das correlações entre as dimensões apresentou grande amplitude, variando de -0,26 (fraca) a 0,83 (forte) (Dancey & Reidy, 2019). Destaca-se que, embora as correlações entre alguns dos fatores sejam altas, representa-se melhor o modelo por fatores correlacionados do que por modelos com fator de segunda ordem ou bifactor. Na Figura 4, é apresentada a estrutura final do instrumento, após a realização da análise fatorial confirmatória.

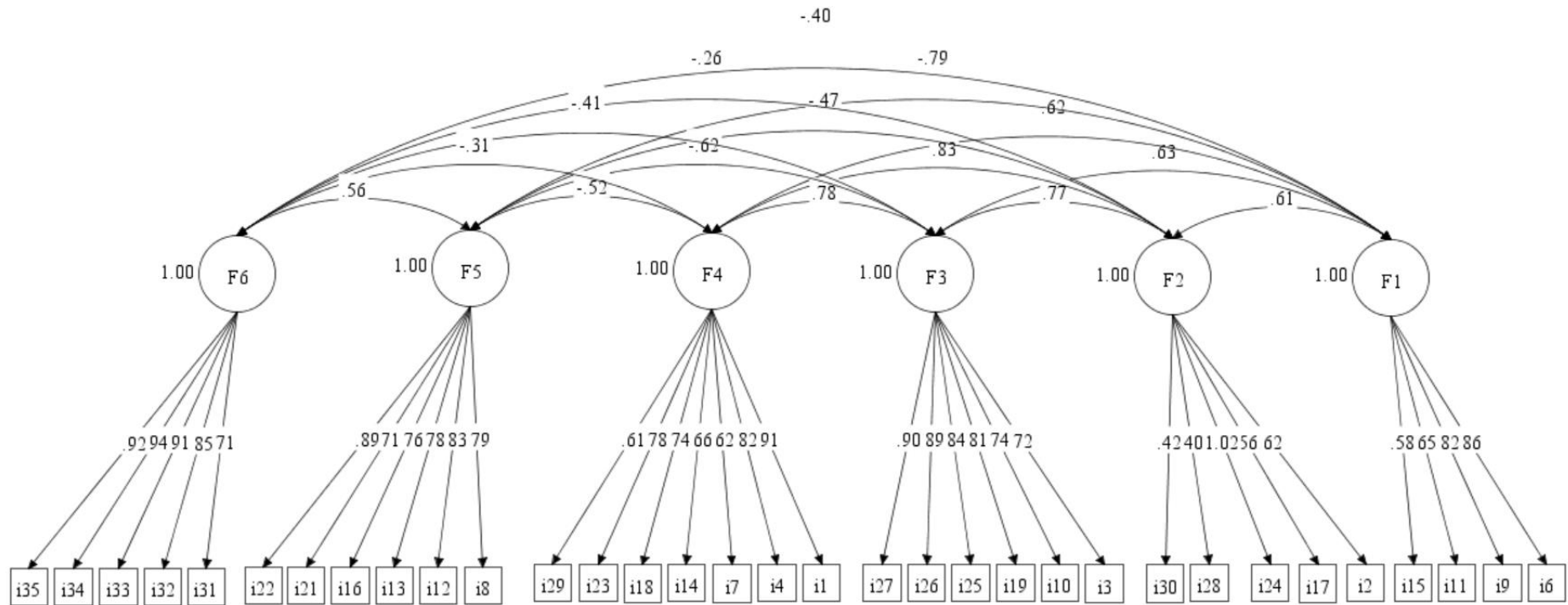


Figura 4. Estrutura fatorial final da Escala da Relação Coparental, na amostra brasileira.

Nota: F1 = Concordância Coparental, F2 = Proximidade Coparental, F3 = Suporte Coparental, F4 = Apoio à Parentalidade do Parceiro, F5 = Sabotagem Coparental, F6 = Exposição da Criança ao Conflito

Invariância

Na Tabela 12, são apresentados os índices de ajuste para a invariância configural e as diferenças (delta) nos índices de ajuste CFI e RMSEA, visando verificar as invariâncias métrica e escalar.

Tabela 12. *Índices de Ajuste e Valores de Delta Para as Invariâncias Configural, Métrica e Escalar*

	CMIN/DF	TLI	CFI	Δ CFI	RMSEA	Δ RMSEA
Invariância Configural	1,59	0,934	0,940	--	0,052	--
Invariância Métrica	1,56	0,937	0,941	0,001	0,051	0,001
Invariância Escalar	1,52	0,941	0,940	0,001	0,049	0,002

Nota: CMIN/DF = qui-quadrado/graus de liberdade, TLI = *Tucker Lewis Index*, CFI = *Comparative Fit Index*, e RMSEA = *Root-Mean-Square Error of Approximation*

Os resultados indicaram invariância configural da ERC entre as duas amostras (mães e pais), pois todos os índices de ajuste considerados estavam dentro dos critérios esperados. Além disso, os resultados também apontaram para a existência de invariância métrica e escalar, já que os valores de delta foram inferiores a 0,01 em todos os casos.

Precisão

As subescalas do instrumento apresentaram valores de precisão que variaram de $\alpha = 0,60$ a $\alpha = 0,88$. Em relação à confiabilidade composta, os valores variaram entre 0,76 e 0,94. Por fim, para a variância média extraída, foram encontrados valores entre 0,42 e 0,76. Na Tabela 13, são apresentados o número de itens, os valores do alfa de Cronbach, do ômega de McDonald, da confiabilidade composta e da variância média extraída para cada um dos fatores do instrumento de coparentalidade.

Tabela 13. *Escala da Relação Coparental: Número de Itens, Valor do Coeficiente Alfa de Cronbach, do Ômega de McDonald, da Confiabilidade Composta e da Variância Média Extraída para Cada Fator*

Fator	Número de itens	Alfa de Cronbach	Ômega de McDonald	Confiabilidade Composta	Variância Média Extraída
Concordância coparental	4	0,71	0,72	0,82	0,54
Proximidade coparental	5	0,60	0,63	0,76	0,42
Suporte coparental	6	0,86	0,87	0,92	0,67
Apoio à parentalidade do parceiro	7	0,79	0,81	0,89	0,55
Sabotagem coparental	6	0,79	0,81	0,91	0,63
Exposição da criança ao conflito	5	0,88	0,89	0,94	0,76
Escore Total	33	0,76	0,79	0,98	0,60

Com base nos resultados apresentados na Tabela 13, é possível concluir que cinco dos seis fatores do instrumento e o escore total apresentaram valores de alfa considerados satisfatórios ($> 0,70$) e um dos fatores (Proximidade coparental) apresentou um valor considerado aceitável ($> 0,60$). Nota-se, ainda, que todos os valores de ômega foram superiores aos valores de alfa. Em relação à confiabilidade composta, todos os valores estavam acima do valor mínimo esperado ($> 0,70$). Por fim, considerando a variância média extraída, cinco fatores e o escore total apresentaram valores acima do critério ($> 0,50$), enquanto o fator “Proximidade coparental” apresentou um valor abaixo do esperado. Diante disso,

optou-se por calcular a correlação entre os itens desse fator (Tabela 14), como um recurso para identificar os itens que pudessem estar contribuindo para esse valor abaixo do critério.

Tabela 14. *Matriz de Correlações Entre os Itens do Fator Proximidade Coparental, da Escala da Relação Coparental*

	Item				
	2	17	24	28	30
2. O meu relacionamento com meu(minha) companheiro(a) é mais forte agora do que antes de termos um(a) filho(a).	1	-	-	-	-
17. Eu me sinto satisfeita(o) e mais próxima(o) do(a) meu(minha) companheiro(a) quando eu o(a) vejo brincar com nosso(a) filho(a).	0,44	1	-	-	-
24. Nós estamos crescendo e amadurecendo juntos por meio de nossas experiências como pais.	0,64	0,58	1	-	-
28. O estresse de ter filhos faz com que eu e o(a) meu(minha) companheiro(a) nos distancie(mos).	0,14	0,13	0,19	1	-
30. Ter filhos nos dá um foco para o futuro.	0,38	0,34	0,50	0,11	1

Nota-se que seis das correlações foram fracas e quatro foram moderadas, sendo que o item 28 apresentou as menores correlações com os demais itens, variando entre 0,11 e 0,19. No entanto, optou-se por manter o item 28 no instrumento, com base em considerações apresentadas, mais adiante.

Relações com Variáveis Externas

Validade discriminante.

A fim de verificar evidências referentes à validade discriminante da ERC, os seis fatores confirmados na AFC foram correlacionados com o instrumento de desejabilidade social e as análises são apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15. *Coefficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total da Escala de Desejabilidade Social*

	EDS-Total	
	Amostra	
	Mães (n = 130)	Pais (n = 63)
ERC-Total	ns	ns
Concordância	ns	ns
Proximidade	ns	ns
Suporte	ns	ns
Apoio	ns	ns
Sabotagem	ns	-0,28*
Conflito	ns	-0,43**

EDS-Total: Escore total no instrumento de desejabilidade social

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base nos resultados apresentados na Tabela 15, nota-se que, para as mulheres, não foram encontradas correlações estatisticamente significativas. Para os homens, por sua vez, foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre escores em dois dos seis fatores da ERC (sabotagem e conflito) e o escore total da Escala de Desejabilidade Social.

Testes avaliando construtos relacionados.

A fim de verificar evidências referentes a relações entre a ERC e outros testes avaliando construtos relacionados, os seis fatores do instrumento foram correlacionados com instrumentos que avaliam o ajustamento infantil, a conjugalidade, o estresse parental, a depressão e as habilidades sociais.

Coparentalidade e ajustamento infantil.

Foram realizadas correlações de Spearman entre os fatores da ERC e as subescalas do instrumento de ajustamento infantil, apresentadas nas Tabelas 16 (para habilidades sociais) e 17 (para comportamentos problemáticos).

Tabela 16. Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores de Habilidades Pró-Sociais da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR)

PKBS-BR: Habilidades Pró-Sociais								
	Cooperação Social		Independência Social		Interação Social		Habilidades Pró-Sociais-Total	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
ERC-Total	ns	0,30*	ns	ns	ns	ns	ns	0,27*
Concordância	0,29*	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Proximidade	0,27*	ns	0,33**	ns	0,34**	ns	0,35**	ns
Suporte	ns	0,35**	ns	ns	ns	ns	ns	0,29*
Apoio	0,37**	ns	ns	ns	ns	ns	0,33*	ns
Sabotagem	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Conflito	ns	ns	ns	ns	ns	-0,30*	ns	ns

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

Mães $n = 61$, Pais $n = 56$

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Tabela 17. Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental e os Escores nos Fatores de Comportamentos Problemáticos da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares (PKBS-BR)

PKBS-BR: Comportamentos Problemáticos						
	Comportamentos Externalizantes		Comportamentos Internalizantes		Comportamentos Problemáticos-Total	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
ERC-Total	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Concordância	-0,33*	-0,30*	-0,30*	-0,37**	- 0,36**	-0,36**
Proximidade	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Suporte	ns	-0,26*	ns	ns	ns	-0,28*
Apoio	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Sabotagem	ns	0,33*	0,35**	0,36**	ns	0,37**
Conflito	ns	0,35**	ns	0,41**	ns	0,40**

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

Mães $n = 61$, Pais $n = 56$

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base nos resultados apresentados na Tabela 16, observa-se que, para as mães, os comportamentos coparentais positivos (especificamente, a proximidade, o apoio e a concordância) estavam correlacionados positiva e significativamente aos comportamentos de cooperação social da criança. Em relação aos pais (homens), foram encontradas correlações positivas e significativas envolvendo os fatores de suporte coparental e o escore total de coparentalidade com os fatores de cooperação social e o escore total das habilidades sociais da criança. Além disso, foi encontrada uma correlação negativa e significativa entre a subescala de exposição da criança ao conflito e a subescala de interação social da criança.

Em relação aos comportamentos problemáticos da criança, apresentados na Tabela 17, nota-se que, para as mães, o fator concordância coparental estava negativa e significativamente associado aos comportamentos externalizantes, internalizantes e o escore total dos comportamentos problemáticos dos filhos e o fator sabotagem coparental estava positivamente relacionado aos comportamentos internalizantes da criança. Para os pais, os fatores concordância e suporte coparental estavam relacionados negativamente aos comportamentos externalizantes e ao escore total dos comportamentos problemáticos dos filhos e os fatores sabotagem e exposição da criança aos conflitos apresentaram relações positivas com esses mesmos fatores referentes ao comportamento infantil. Ademais, o fator concordância coparental estava negativamente associado aos comportamentos internalizantes da criança e os fatores sabotagem coparental e exposição da criança aos conflitos estavam positivamente associados a esses comportamentos infantis.

Coparentalidade e conjugalidade.

Foram verificadas as correlações de Pearson ou Spearman entre os fatores da ERC e o instrumento de conjugalidade, apresentadas na Tabela 18.

Tabela 18. *Coefficientes de Correlação de Pearson e Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores da Escala do Ajustamento Diádico (EAD)*

	Escala do Ajustamento Diádico							
	Consenso		Satisfação		Coesão		EAD-Total	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
ERC-Total	0,36**	0,34**	0,45**	0,41**	0,39**	0,54**	0,42**	0,47**
Concordância	0,43**	0,48**	0,48**	0,50**	0,36**	0,40**	0,51**	0,52**
Proximidade	0,31*	0,33*	0,45**	0,32*	0,32*	0,41**	0,43**	0,40**
Suporte	0,52**	0,58**	0,71**	0,66**	0,64**	0,56**	0,71**	0,65**
Apoio	0,35**	0,41**	ns	0,41**	0,25*	0,40**	0,37**	0,47**
Sabotagem	ns	-0,42**	-0,38**	-0,54**	-0,29*	-0,29*	-0,32*	-0,47**
Conflito	-0,44**	-0,64**	-0,33**	-0,55**	ns	-0,46**	-0,33**	-0,62**

EAD-Total: Escore total no instrumento de conjugalidade

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

Mães $n = 60$, Pais $n = 59$

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base nos resultados apresentados na Tabela 18, observa-se que, para os pais (homens), foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre todos os fatores da ERC e todos os fatores da Escala de Ajustamento Diádico. Para as mães, quase todas as correlações foram estatisticamente significativas, com exceção de três: (a) entre os fatores apoio da ERC e satisfação da EAD, (b) entre os fatores sabotagem da ERC e consenso da EAD e (c) entre os fatores conflito da ERC e coesão da EAD.

Coparentalidade e depressão.

Foram realizadas as correlações de Spearman entre os fatores da ERC e o instrumento de depressão, apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19. *Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e o Escore Total no Inventário de Depressão de Beck (BDI-II)*

	BDI-II-Total	
	Amostra	
	Mães	Pais
ERC-Total	ns	ns
Concordância	-0,38**	-0,31*
Proximidade	ns	-0,28*
Suporte	-0,26*	-0,34**
Apoio	ns	ns
Sabotagem	ns	0,36**
Conflito	0,33**	0,39**

BDI-II-Total: Escore total no instrumento de depressão

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

n mães = 63, n pais = 59

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base nos resultados apresentados na Tabela 19, é possível observar, para as mães, a existência de uma relação negativa e significativa entre os fatores concordância e suporte coparental da ERC e sintomas depressivos, assim como uma associação positiva e significativa entre o fator conflito da ERC e o escore no instrumento de depressão. Em relação aos pais

(homens), foram encontradas correlações negativas entre os fatores concordância, proximidade e suporte coparental e os escores no BDI-II e associações positivas entre os fatores sabotagem e conflito da ERC e os sintomas depressivos.

Coparentalidade e estresse parental.

Foram realizadas as correlações de Spearman entre os fatores da ERC e o instrumento de estresse parental, apresentadas na Tabela 20.

Tabela 20. *Coeficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores do Índice de Estresse Parental (IEP)*

	Índice de Estresse Parental							
	Sofrimento parental		Interações disfuncionais		Criança difícil		IEP-Total	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
ERC-Total	ns	-0,27*	ns	ns	ns	ns	ns	-0,30*
Concordância	ns	ns	-0,38**	ns	-0,31*	-0,31*	-0,37**	-0,26*
Proximidade	ns	-0,31*	ns	ns	-0,33**	ns	-0,28*	-0,28*
Suporte	ns	-0,30*	ns	ns	-0,24*	ns	-0,24*	-0,32*
Apoio	ns	ns	ns	-0,26*	-0,25*	ns	ns	-0,31*
Sabotagem	ns	0,33*	0,25*	ns	0,24*	0,28*	ns	0,36**
Conflito	ns	ns	ns	ns	0,36**	ns	0,34**	ns

IEP-Total: Escore total no instrumento de estresse parental

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

n mães = 65, n pais = 58

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base nos resultados apresentados na Tabela 20, observa-se que, para as mães, a maior parte das correlações estatisticamente significativas encontradas foi entre os fatores do instrumento de coparentalidade e o fator criança difícil e o escore total do instrumento de estresse parental. Em relação aos pais (homens), a maior parte das correlações estatisticamente significativas observadas foi entre os fatores da ERC e o fator sofrimento parental e o escore total do IEP.

Coparentalidade e habilidades sociais.

As correlações de Spearman entre os fatores da ERC e o instrumento de habilidades sociais são apresentadas na Tabela 21.

Tabela 21. *Coefficientes de Correlação de Spearman entre os Escores nos Fatores da Escala da Relação Coparental (ERC) e os Escores nos Fatores do Inventário de Habilidades Sociais (IHS2)*

	Inventário de Habilidades Sociais									
	Conversaçoã assertiva		Expressão de sentimento positivo		Autocontrole / enfrentamento		Desenvoltura social		IHS2 Escore Geral	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
ERC-Total	-0,32**	ns	ns	0,30*	Ns	0,35**	ns	ns	ns	ns
Concordância	ns	ns	ns	ns	Ns	ns	ns	ns	ns	ns
Proximidade	ns	ns	ns	ns	Ns	ns	ns	ns	ns	ns
Suporte	ns	ns	ns	0,34**	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Apoio	-0,38**	ns	ns	0,44**	ns	ns	-0,33**	ns	-0,35**	0,34**
Sabotagem	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Conflito	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns

IHS2 Escore Total: Escore total no instrumento de estresse parental

ERC-Total: Escore total no instrumento de coparentalidade

Mães $n = 63$, Pais $n = 58$

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

ns = correlação não estatisticamente significativa

Com base na análise dos resultados apresentados na Tabela 21, nota-se uma quantidade mínima de correlações significativas entre as habilidades sociais e a coparentalidade. Dentre as correlações estatisticamente significativas, a dimensão da relação coparental que parece estar mais associada às habilidades sociais seria o apoio à parentalidade do(a) parceiro(a), que se correlacionou negativamente com os fatores conversação assertiva, desenvoltura social e o escore geral do Inventário de Habilidades Sociais, para as mães, e positivamente com o fator expressão de sentimentos positivos e o escore geral do IHS2, para os pais. Além disso, a fator suporte coparental também se correlacionou positivamente com o fator expressão de sentimentos positivos, na amostra composta pelos pais (homens).

Discussão

A relação coparental é central na construção da vida familiar. Ao longo do tempo, essa relação guia atividades e decisões tomadas pelos pais, enquanto criam seus filhos, com efeitos sobre a saúde física e mental de cada membro da família (Baril et al., 2007; Feinberg et al., 2016; Katz & Low, 2004; Norlin & Broberg, 2013; Solmeyer & Feinberg, 2011). Portanto, precisamos de procedimentos válidos para avaliar a qualidade desse relacionamento, a fim de preparar e avaliar iniciativas para promover uma relação coparental saudável no contexto brasileiro. Diante dessas considerações, foi objetivo geral desse trabalho investigar evidências psicométricas para a Escala da Relação Coparental, com mães e pais brasileiros. A seguir, serão analisadas as evidências apresentadas nos resultados a respeito da(s): (a) estrutura interna da ERC (análise fatorial confirmatória e invariância), (b) precisão de cada subescala da ERC e (c) relações com variáveis externas (validade discriminante e testes avaliando construtos relacionados).

Estrutura Interna da ERC

Análise fatorial confirmatória.

Com base nos resultados da análise fatorial confirmatória realizada, nota-se que os mesmos seis fatores confirmados no estudo de Feinberg et al. (2012), com pais e mães americanos, foram confirmados com mães e pais brasileiros. O fator “Divisão do Trabalho” já apresentava baixa confiabilidade na amostra americana, sendo, inclusive, omitido de análises posteriores (Kan & Feinberg, 2015). Além disso, assim como na presente amostra, esse fator também apresentou problemas na análise fatorial realizada com uma amostra de mães portuguesas, sendo excluído da estrutura final para Portugal (Lamela, Morais & Jongenelen, 2018).

No entanto, embora esse fator tenha sido excluído da estrutura fatorial do instrumento, destaca-se a importância da divisão do trabalho no contexto da coparentalidade e sugere-se que ele seja mantido na escala, por enquanto, considerando a relevância dos problemas causados por insatisfações com essa divisão, especialmente entre pais com filhos pequenos. Assim, recomenda-se que os itens já existentes sejam reformulados e que sejam criados e testados novos itens para compor esse fator. Além disso, os problemas apresentados por esses itens podem refletir uma dificuldade do instrumento de captar algumas nuances relevantes ao conceito de coparentalidade, como por exemplo, o grau de flexibilidade das mães e dos pais em relação às negociações envolvendo a divisão de tarefas, o que também aponta para a importância de que esse fator seja revisto.

A opção de usar uma versão culturalmente adaptada de um instrumento que também é usado em outros países é importante, porque permite que profissionais brasileiros possam aproveitar um leque maior de informações sobre a relação coparental, produzidas no cenário internacional. A confirmação da estrutura americana em uma amostra

brasileira, no presente estudo, aponta para a possibilidade de articular informações sobre como promover relações coparentais de boa qualidade, bem como, de realizar comparações transculturais, em estudos futuros, permitindo identificar possíveis semelhanças e diferenças nos comportamentos coparentais apresentados por mães e pais de diferentes países.

Invariância.

Os resultados referentes à verificação de invariância nas amostras de mães e pais sugerem que a forma de entender comportamentos que envolvem a relação coparental é a mesma nas duas amostras (ou seja, é equivalente) e que não há vieses de resposta ao instrumento por parte das mães, em comparação com pais. Esses resultados permitem que sejam realizados estudos de comparação entre os grupos por meio da aplicação da ERC, sendo que possíveis diferenças encontradas estarão relacionadas a diferenças reais nos comportamentos coparentais avaliados, e não a parâmetros não equivalentes do instrumento (Damásio, 2013; Sass, 2011). Junto com a AFC, estas também são evidências de que o instrumento apresenta validade baseada em sua estrutura interna.

Precisão.

Em relação à precisão (alfa de Cronbach, ômega de McDonald, confiabilidade composta e variância média extraída), pode-se afirmar que as evidências obtidas (ver Tabela 13) são coerentes com a ideia de que os itens de cada fator medem uma mesma dimensão do construto, ou seja, apontam para uma homogeneidade no conteúdo dos itens que compõem cada fator. Destaca-se, ainda, que os valores de alfa encontrados na presente amostra (0,60 a 0,88) foram semelhantes aos valores encontrados na amostra americana (0,66 a 0,94 para as mães e 0,61 a 0,93 para os pais) (Feinberg et al., 2012) e em uma amostra de mães portuguesas (entre 0,70 e 0,94). Além disso, os valores de precisão obtidos com o ômega foram maiores do que aqueles obtidos com o alfa, o que

corroborar os resultados apontados por Revelle e Zinbarg (2009). Assim, com base na literatura, o ω representaria o maior valor de precisão que se pode obter, sendo que valores elevados e muito próximos entre o ω e o α seriam indicativos de uma boa confiabilidade, considerando ambos os indicadores.

Em relação à variância média extraída, apenas o valor do fator Proximidade Coparental ficou um pouco abaixo do esperado, o que pode indicar que, em média, existe uma porcentagem maior de erro nos itens desse fator do que de variância explicada pela estrutura fatorial. Considerando a menor confiabilidade observada para o fator Proximidade Coparental, foram verificadas as correlações entre os itens (ver Tabela 14). Notou-se que o item 28 (*o estresse de ter filhos causa distanciamento entre os membros da díade*) apresentou correlações muito baixas com os demais itens (*fortalecimento da relação após o nascimento da criança, sentir satisfação ao ver o companheiro brincar com o filho, crescer juntos por meio da parentalidade, ter um maior foco no futuro após a parentalidade*). Mas, de forma geral, todos os itens desse fator apresentaram correlações baixas entre si.

Assim, seria importante analisar qualitativamente esse item, visando identificar possíveis problemas. Os relatos de alguns participantes acerca do item 28 (*o estresse de ter filhos causa distanciamento entre os membros da díade*) indicaram que eles estavam considerando apenas um distanciamento físico, mas não psicológico ou emocional. Embora alguns participantes também tenham feito comentários em relação aos demais itens do mesmo fator, estes não envolviam deixar de considerar a qualidade emocional da relação coparental para avaliar uma questão de proximidade física. A existência desta segunda forma de interpretar o item provavelmente contribuiu para reduzir a magnitude das correlações entre os demais itens do fator e o item 28. Para o uso da ERC no Brasil, seria interessante testar uma versão modificada do item 28, trocando a palavra

“*distanciamento*” por “*distanciamento emocional*”, para evitar esta interpretação alternativa. Vale destacar, no entanto, que os demais índices de confiabilidade para esse fator estavam acima dos critérios mínimos exigidos, o que aponta para a confiabilidade do fator.

Relações com Variáveis Externas

Validade discriminante.

Desejabilidade social

Os resultados das correlações entre o instrumento de coparentalidade e a medida de desejabilidade social indicam que os pais parecem se preocupar com avaliações de terceiros em relação à existência de dificuldades na relação coparental que estabelecem com suas parceiras, especificamente em questões envolvendo conflitos e sabotagem. Ou seja, parece que os homens deixam de falar dos aspectos negativos relacionados à coparentalidade para dar respostas socialmente aceitas, indicando uma possível manipulação das respostas. No estudo realizado por Feinberg et al. (2012) utilizando as versões americanas dos mesmos instrumentos, também foi encontrada uma correlação significativa para os pais entre o fator “sabotagem coparental” e o escore total do instrumento de desejabilidade social, o que apresenta convergência com os resultados encontrados para a amostra brasileira.

Esse resultado também pode ser discutido com base na coexistência de diferentes modelos familiares, sendo que em alguns deles há uma maior divisão das tarefas e responsabilidades parentais enquanto, em outros, um dos pais ainda acaba sendo o principal responsável pelos cuidados com os filhos. Diante disso, essas associações negativas encontradas para os pais podem indicar a opção por respostas socialmente desejáveis como uma tentativa de esconder a coexistência dessas diferentes configurações

familiares. Por outro lado, pode ser que os pais estejam mais ativamente presentes e, por isso, se sentem mais expostos e ameaçados em relação a um possível julgamento pela existência de conflitos com a parceira. É importante considerar que a amostra da presente pesquisa possui um alto nível educacional, então também seria importante verificar a desejabilidade social em uma amostra de pais com baixa escolaridade, mas esses dados parecem apontar para uma mudança nos papéis de gênero referentes à parentalidade.

Em relação às mulheres, a ausência de correlações estatisticamente significativas entre o instrumento de coparentalidade e a medida de desejabilidade social indicam que as mulheres não se preocupam em dar respostas socialmente aceitas, sendo, portanto, fiéis à sua real percepção. Na amostra americana, as correlações entre os escores de coparentalidade e desejabilidade social encontradas não foram significativas apenas para as subescalas de proximidade e suporte coparental, o que difere dos resultados encontrados com a amostra brasileira, no qual nenhuma das correlações foi significativa.

De forma geral, a comparação entre esses resultados aponta para a existência de semelhanças entre as amostras brasileira e americana de pais (homens) e de diferenças entre as amostras de mães, sendo que as mães brasileiras parecem se sentir mais confortáveis para reportar suas percepções acerca da relação coparental que estabelecem com seus companheiros. As diferenças entre as correlações para a amostra americana e a amostra brasileira, no entanto, são favoráveis ao uso da ERC, no Brasil. Destaca-se que a maioria das correlações, tanto para as mães quanto para os pais brasileiros, não foram significativas e esses resultados são indicadores de evidências de validade discriminante da Escala da Relação Coparental. Correlações muito baixas com uma medida de desejabilidade social são evidências muito importantes para o uso de um instrumento de autorrelato, como no caso da ERC, por indicar que as informações obtidas com o mesmo tendem a ser acuradas.

Embora os resultados observados com os pais e as mães brasileiros sejam muito bons, será importante continuar a monitorar a relação entre escores na ERC e em um instrumento de desejabilidade social. Em comparação com a composição da população geral de pais brasileiros, na amostra de pais (incluindo mulheres e homens) que participaram da presente pesquisa, parece que havia uma subrepresentação de pais divorciados, pais de filhos com deficiência, pais com renda baixa, ou pais com baixa escolaridade, por exemplo. No geral, é mais difícil criar filhos nessas condições, o que pode aumentar o risco de uso de estratégias interpessoais negativas. Por exemplo, a porcentagem de participantes separados ou divorciados na amostra desse estudo foi de apenas 4,35%, o que pode sugerir uma subrepresentação de respondentes que enfrentam maiores dificuldades na relação coparental.

Assim, as subamostras do presente estudo parecem não ter captado suficiente variedade nos comportamentos avaliados, contribuindo para que haja um trancamento de variância, o que, por sua vez, reduz a probabilidade de aparecerem correlações significativas, caso existam. Diante disso, torna-se importante refletir sobre formas de recrutar participantes com diferentes repertórios e habilidades, principalmente aqueles com maiores dificuldades.

Correlações com testes avaliando construtos relacionados.

Ajustamento infantil.

a. PKBS-BR - Comportamentos Pró-Sociais.

Com base nos resultados das correlações entre o instrumento de coparentalidade e a escala de comportamentos pró-sociais de pré-escolares, parece haver uma relação entre a percepção das mães e dos pais acerca da coparentalidade que estabelecem com seus(suas) parceiros(as) e os comportamentos sociais positivos da criança. Além disso,

os coeficientes de correlação estavam dentro dos critérios esperados para indicar relações com variáveis externas (entre 0,20 e 0,50). Esses resultados corroboram os dados de estudos anteriores, que apontaram para relações positivas entre a coparentalidade positiva (ou suas dimensões) e indicadores positivos de ajustamento da criança, como a autorregulação (Kim & Teti, 2014), a saúde mental global, a autoestima e o rendimento acadêmico (Lamela & Figueiredo, 2016). Será importante investir em estudos para avaliar intervenções visando favorecer o desenvolvimento de relações coparentais positivas e estudos longitudinais, para verificar se a qualidade dessa relação é um fator impactante para o desenvolvimento das habilidades pró-sociais dos filhos.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar o fato de que a maior parte das correlações não foram significativas, o que diverge do esperado. Uma possível explicação para a diferença entre a hipótese do estudo e os resultados encontrados, tanto para as mães quanto para os pais, seria a falta de variabilidade nas subamostras do presente estudo, nos comportamentos referentes aos construtos avaliados. Nesse sentido, o tamanho das subamostras pode ter contribuído para que não houvesse uma representatividade muito grande dos comportamentos referentes aos construtos avaliados, como discutido em relação à questão de correlações entre a qualidade da relação coparental e a desejabilidade social.

b. PKBS-BR - Comportamentos Problemáticos.

Enquanto os comportamentos pró-sociais das crianças estavam ligeiramente mais relacionados à percepção das mães do que dos pais acerca da coparentalidade (Tabela 16), os comportamentos problemáticos dos filhos apresentaram uma relação com mais componentes da percepção dos pais do que das mães sobre a relação coparental (Tabela 17). No entanto, os coeficientes de todas as correlações significativas estavam dentro dos critérios esperados (0,20 a 0,50).

As relações significativas encontradas entre o instrumento de coparentalidade e a escala de comportamentos problemáticos de pré-escolares convergem com os resultados de Faria (2015), indicando que a subescala de sabotagem coparental apresentou correlação positiva com a dimensão de problemas emocionais da criança (comportamentos internalizantes). Além disso, os resultados tanto de estudos internacionais (Murphy et al., 2015; Schoppe-Sullivan et al., 2001) quanto nacionais (Mosmann et al., 2017) indicaram que a sabotagem, o conflito e a competição coparental eram preditores dos comportamentos externalizantes das crianças. Ademais, os resultados desses estudos também apontaram para correlações negativas e significativas entre comportamentos coparentais positivos, como o acordo, o suporte e a aprovação, e comportamentos internalizantes e externalizantes da criança (Faria, 2015; Mosmann et al., 2017; Schoppe-Sullivan et al., 2001), que também foram encontradas no presente estudo. Ou seja, parece haver uma relação entre a percepção das mães e, especialmente, dos pais acerca da coparentalidade estabelecida com seus(suas) parceiros(as) e os comportamentos problemáticos apresentados pelos filhos.

No entanto, assim como no caso dos comportamentos pró-sociais, algumas correlações entre os comportamentos coparentais e os comportamentos problemáticos dos filhos não foram estatisticamente significativas. Acredita-se que a baixa variabilidade nos comportamentos referentes aos construtos avaliados possivelmente dificultou a obtenção das correlações esperadas.

Conjugalidade.

Os resultados das correlações entre o instrumento de coparentalidade e a medida de conjugalidade indicam que, quanto mais positiva a relação estabelecida entre os pais para a criação dos filhos, mais positiva a relação entre eles enquanto casal, e vice-versa. Além disso, esse conjunto de correlações significativas corrobora os dados de diversos outros

estudos indicando a existência de relações entre a coparentalidade e a conjugalidade (Barzel & Reid, 2011a; Feinberg et al., 2012; Holland & McElwain, 2013; Kolak & Volling, 2007; Liu & Wu, 2016; Margolin et al., 2001; Pedro & Ribeiro, 2015; Yuan, 2016).

Ademais, considerando-se todas as correlações estatisticamente significativas, nota-se que os coeficientes estavam na direção esperada e que a maior parte estava dentro do critério (entre 0,20 e 0,50), mas uma parcela dessas correlações (28%) apresentou valores acima de 0,50. No entanto, resultados semelhantes foram encontrados na maioria dos estudos citados anteriormente, nos quais algumas das correlações encontradas entre a relação coparental e a relação conjugal também ficaram acima desse critério (Barzel & Reid, 2011a; Feinberg et al., 2012; Holland & McElwain, 2013; Kolak & Volling, 2007; Margolin et al., 2001).

Diante disso, considerando os critérios propostos por Dancey e Reidy (2019), de que correlações moderadas são aquelas que variam entre 0,40 e 0,69, sugere-se que essas correlações acima de 0,50, mas abaixo de 0,70, seriam indicações de que tratam-se de conceitos relacionados, ou seja, evidências de validade da ERC baseada em relações com testes avaliando construtos relacionados, ao invés de indicar que ambos os instrumentos estariam avaliando um mesmo construto. Além disso, por serem conceitos relacionados, que muitas vezes envolvem as mesmas duas pessoas (mãe/esposa e pai/esposo), a coparentalidade e a conjugalidade acabam sendo abordadas de forma conjunta em diferentes programas de intervenção (Epstein et al., 2015; Shapiro, Nahm, Gottman & Content, 2011). Destaca-se, ainda, que no contexto clínico, especialmente na terapia de famílias e de casais, as interligações entre a coparentalidade e a conjugalidade aparecem de forma frequente, o que também contribui para explicar as altas correlações encontradas entre esses dois construtos.

Depressão.

Com base nos resultados das correlações entre o instrumento e coparentalidade e a medida de depressão, parece haver uma associação entre a qualidade da coparentalidade estabelecida pelos membros da díade e a presença de sintomas depressivos, sendo que quanto mais positiva é a relação coparental, menor a quantidade de sintomas experienciados, enquanto a existência de conflitos nas interações envolvendo a criação dos filhos está relacionada ao aparecimento de uma maior quantidade de sintomas depressivos.

Neste sentido, pode ser importante zelar pela qualidade das interações estabelecidas entre os membros da díade, em relação ao filho, desde o nascimento da criança, visando o estabelecimento de um padrão positivo de interações, uma vez que este padrão tende a afetar o bem-estar emocional das mães e dos pais. Ademais, esse conjunto de resultados converge com dados de pesquisas anteriores, indicando relações nessa mesma direção entre esses dois construtos, e indicando que problemas na relação coparental tendem a predizer problemas posteriores de saúde mental, por parte das mães e dos pais (Feinberg & Kan, 2008; Kim & Teti, 2014; Lamela et al., 2017; McDaniel & Teti, 2012; Solmeyer & Feinberg, 2011).

Destaca-se, ainda, que todas as correlações estatisticamente significativas estavam dentro dos critérios esperados, para que fossem consideradas evidências de validade com base nas relações com variáveis externas. Por fim, lembra-se que a falta de variabilidade nas respostas pode ser um fator que explica o por quê de parte das correlações avaliadas não terem sido significativas. Em estudos futuros, seria interessante verificar se a diferença entre homens e mulheres encontrada na presente pesquisa continuará aparecendo, a respeito da abrangência das ligações entre diferentes componentes da qualidade da relação coparental e sintomas de depressão.

Estresse parental.

Os resultados das correlações entre o instrumento e coparentalidade e a medida de estresse parental indicam que a percepção das mães acerca da coparentalidade estabelecida com seus parceiros parece estar mais relacionada a comportamentos emitidos pela criança, considerados negativos e que divergem das suas expectativas iniciais, enquanto para os pais, a visão acerca da coparentalidade parece se relacionar a frustrações referentes ao próprio comportamento no papel paterno.

Ademais, o conjunto de correlações estatisticamente significativas encontradas converge com os dados de estudos anteriores, nos quais foram encontradas associações entre comportamentos coparentais e indicadores de estresse parental (Abidin & Brunner, 1995; Barzel & Reid, 2011a; Bronte-Tinkew et al., 2009; Durtschi et al., 2016; Fagan & Lee, 2013; May et al., 2015; Norlin & Broberg, 2013). No entanto, a maior parte das correlações testadas na presente pesquisa não foi significativa e esse resultado diverge das hipóteses do estudo acerca da existência de correlações negativas entre as dimensões positivas da coparentalidade e o estresse parental, bem como correlações positivas entre as dimensões negativas da coparentalidade e o estresse parental, no contexto brasileiro.

Assim como nos casos das demais variáveis, parece que a falta de variabilidade nos comportamentos referentes aos construtos avaliados, nas subamostras do presente estudo, pode ter dificultado a obtenção das correlações significativas esperadas. No geral, a falta de variabilidade envolveu a questão de ter poucos participantes apontando problemas no relacionamento coparental. No entanto, para melhor entender a relação funcional entre as interações coparentais positivas e percepções menores de estresse, seria interessante realizar estudos qualitativos para averiguar se o discurso de mães e pais que indicam maior uso de comportamentos coparentais positivos inclui falas que indicam repertórios construtivos para lidar com as dificuldades relacionadas ao filho.

Habilidades sociais.

Os resultados das correlações entre o instrumento de coparentalidade e a medida de habilidades sociais indicam que pais com um maior repertório para expressar sentimentos positivos avaliam de forma mais positiva tanto o suporte que recebem de suas parceiras no papel coparental, quanto o apoio que oferecem a elas para que exerçam a função de mães, e vice-versa. Em relação às mães, destaca-se que todas as correlações significativas encontradas divergiram da direção esperada. No entanto, em um estudo anterior na área de parentalidade também foram encontradas relações inesperadas envolvendo as habilidades sociais.

Medeiros (2018) realizou um estudo com 142 mães e pais, no qual examinou a relação entre jornada de trabalho, habilidades sociais, ajuste entre trabalho e família e a satisfação dos respondentes com diferentes aspectos de suas vidas. Inesperadamente, quanto maiores as habilidades sociais de conversação das mulheres, menor sua satisfação na relação com os filhos, sendo que, para os homens, essa relação foi positiva.

Uma hipótese explicativa para as correlações negativas encontradas para as mães no presente estudo seria a de que mulheres com um maior repertório assertivo e de desenvoltura social podem expressar descontentamentos mais facilmente e talvez sejam mais exigentes em relação à parentalidade do parceiro, enquanto mulheres com menor repertório podem ter dificuldade de expressar descontentamentos e talvez sejam menos exigentes em relação à parentalidade do parceiro.

Outra hipótese seria a de que as mães com um maior repertório nessas habilidades sociais solicitam o envolvimento do pai em determinadas responsabilidades e tarefas relacionadas à criação dos filhos e, com isso, acabam avaliando de forma menos positiva o apoio e envolvimento dos parceiros, por não terem sido espontâneos. Mulheres com menores repertórios assertivos e de desenvoltura social podem deixar seus parceiros

decidirem como se envolver em tarefas relacionadas aos cuidados com os filhos e, assim, fazer uma avaliação mais positiva acerca desse envolvimento.

Além disso, essas correlações negativas também podem ser explicadas pelos estereótipos de gênero. As mulheres podem não valorizar seu próprio repertório de habilidades sociais por terem crenças e percepções, baseadas em construções culturais, de que seriam habilidades mais relacionadas ao papel dos homens (Leme, Del Prette, Koller & Del Prette, 2016). Assim, será importante realizar um estudo qualitativo para obter informações visando entender a diferença na direção da relação entre habilidades sociais e a qualidade da relação coparental, para homens e mulheres.

Em relação à baixa quantidade de correlações significativas entre as duas variáveis (coparentalidade e habilidades sociais), o que divergiu das hipóteses do estudo, foram levantadas algumas hipóteses explicativas, sendo que a primeira delas seria a falta de variabilidade nos comportamentos referentes aos construtos avaliados, como já comentado anteriormente. Uma segunda hipótese se refere às características da versão do inventário de habilidades sociais utilizada na presente pesquisa, relativas ao contexto avaliado. O fato de não focar em um contexto específico e, portanto, de avaliar as habilidades sociais de forma mais geral, pode dificultar a obtenção de correlações significativas, na medida em que o instrumento inclui tanto habilidades que podem estar relacionadas de forma mais direta à coparentalidade quanto habilidades que podem não ter essa relação.

Sugere-se, portanto, a realização de análises mais aprofundadas das habilidades descritas em cada item do instrumento, considerando sua relevância e aplicabilidade, especificamente no contexto coparental. O comportamento de fazer exposições ou palestras, por exemplo, pode não ter uma relação direta com a coparentalidade, enquanto a habilidade de expressar sentimentos positivos parece mais diretamente relacionada a

esse contexto. Nesse sentido, seria importante realizar novos estudos, com o objetivo de compreender a percepção de mães e pais acerca da relevância de cada habilidade social no contexto de negociação de tarefas envolvendo a criação dos filhos, o que irá permitir a realização de novas análises correlacionais, incluindo apenas o conjunto das habilidades consideradas mais relevantes para a coparentalidade.

Conclusões

Atualmente, existe uma carência na literatura científica nacional de estudos que analisem evidências psicométricas de instrumentos criados para avaliar a coparentalidade, assim como a associação entre a coparentalidade e outros construtos relacionados. Nesse sentido, a presente pesquisa pôde contribuir com informações acerca dessa temática importante, mas ainda pouco explorada, por meio da apresentação de evidências de validade, baseadas na estrutura interna e nas relações com variáveis externas, e precisão para a Escala da Relação Coparental. Ou seja, os resultados da presente pesquisa apontam para o potencial de uso da Escala da Relação Coparental no Brasil. Destaca-se, no entanto que as evidências psicométricas se referem a uma amostra de mães e pais brasileiros com alta escolaridade e com filhos de até 6 anos de idade.

Em relação à AFC, a confirmação de uma estrutura fatorial similar à estrutura original americana (os mesmos seis fatores encontrados para a versão original da ERC) e a invariância da estrutura em relação ao sexo do participante indicam que, além de haver uma sustentação teórica, existe a possibilidade de que sejam realizadas comparações entre os resultados obtidos por meio do instrumento, para ambos os sexos e em diferentes culturas. Além disso, destaca-se que os valores de precisão encontrados apontaram para a confiabilidade dos seis fatores mantidos após a AFC.

Em relação às associações entre a coparentalidade e os demais construtos avaliados, de maneira geral, foram encontradas algumas das correlações esperadas, apontando tanto

para evidências de validade discriminante da ERC, por meio de correlações com o instrumento de deseabilidade social, quanto para evidências de validade baseadas nas relações com testes avaliando o ajustamento da criança, a relação conjugal, o estresse parental, a depressão e as habilidades sociais. Ademais, alguns dos resultados encontrados divergiram do esperado (correlações não significativas ou na direção oposta), o que contribui para a percepção de algumas das limitações do estudo, bem como para a formulação de novas perguntas de pesquisa visando aprofundar os conhecimentos envolvendo esses construtos.

Algumas limitações podem contribuir para explicar a existência de correlações não significativas e que apontam para a necessidade de que os dados sejam interpretados com cautela. A primeira delas refere-se à falta de variabilidade nos comportamentos referentes aos construtos avaliados, já comentada anteriormente, que dificulta a obtenção de correlações significativas. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre formas de recrutar, intencionalmente, um número maior de participantes com habilidades e percepções variadas, de forma que a amostra inclua um conjunto de pessoas que apresentem uma distribuição de escores mais próxima a uma distribuição normal (valores altos, médios e baixos), em todos os construtos. Além disso, o número de participantes que responderam aos instrumentos avaliando construtos relacionados à coparentalidade pode ser considerado pequeno para fixar o valor das correlações, o que irá impossibilitar a generalização dos resultados, neste momento.

Diante disso, para que a ERC possa ser utilizada com outras amostras, aponta-se a importância de que sejam realizados novos estudos sobre as propriedades psicométricas do instrumento, com amostras diversificadas, que incluam, por exemplo, mães e pais com filhos de outras faixas etárias e mães e pais com baixa escolaridade. Além disso, os resultados encontrados no presente estudo apontam para novas possibilidades de

pesquisa, visando explorar a existência das correlações entre esses construtos em amostras maiores e mais representativas. Também podem ser realizados estudos futuros visando buscar novas evidências de validade para a ERC, por meio da avaliação da estabilidade temporal do instrumento, da análise da invariância da estrutura considerando a idade e o sexo do filho, da análise de associações entre a coparentalidade e outros construtos, ainda não estudados, da realização de correlações com outros tipos de medidas, como as observacionais e, mais a longo prazo, de pesquisas visando criar normas para guiar a interpretação dos resultados. Ademais, sugere-se que sejam realizados estudos para testar as evidências psicométricas da versão breve do instrumento, visto que versões reduzidas envolvem um menor tempo de aplicação e, por isso, costumam ser especialmente importantes em contextos ou estudos nos quais são aplicados grupos de instrumentos.

Destaca-se, ainda, a necessidade de que sejam realizados estudos longitudinais para testar os modelos envolvendo a coparentalidade, como, por exemplo, o Modelo Ecológico proposto por Feinberg, visando entender se as diferentes variáveis se relacionam da mesma forma, no Brasil, assim como estudos com o objetivo de entender se existem mudanças nas associações entre esses dois construtos ao longo do tempo. Também são necessários estudos qualitativos, que permitam compreender as especificidades dos comportamentos coparentais e das demais variáveis relacionadas, como, por exemplo, estudos com mães e pais divorciados para entender a sabotagem coparental, que pode estar associada à tentativa de um dos pais de minimizar o esforço do outro.

Por fim, seria interessante que os pesquisadores focados no estudo da coparentalidade buscassem se articular, de forma a compartilhar os dados coletados, o que possibilitaria a criação de um banco de dados mais completo e que envolva uma variabilidade maior de características e comportamentos (por exemplo, participantes

casados e divorciados, em relações heterossexuais e homoafetivas, com filhos com desenvolvimento típico e com filhos com deficiência), o que, por sua vez, contribuirá para um entendimento mais completo e profundo sobre a coparentalidade e suas relações com outros construtos.

Tendo em vista as evidências apontando para as ligações entre uma relação coparental positiva e o ajustamento e bem-estar dos pais e de seus filhos, torna-se importante, também, pensar nas implicações para a prática profissional em psicologia. Nesse sentido, a existência de um instrumento de medida para avaliar a coparentalidade com evidências satisfatórias de validade e precisão, no contexto brasileiro, poderá ser útil na identificação de mães e pais com dificuldades na relação coparental, que poderiam se beneficiar de programas de intervenção focados no fortalecimento dessas interações acerca da criação dos filhos, assim como na avaliação da eficácia dessas intervenções.

Os efeitos positivos de intervenções internacionais focadas na coparentalidade já foram descritos na literatura (Feinberg, Jones, Kan & Goslin, 2010; Lamela, Castro & Figueiredo, 2010; Shapiro et al., 2011) e, no Brasil, alguns esforços tem sido feitos nessa direção. O programa *Family Foundations*, por exemplo, está passando por um processo de adaptação para uso no Brasil (Guerra, 2018). Além disso, a ERC também pode ser útil em contextos específicos, como o judiciário, podendo ser usada com mães e pais em processo de litígio, de forma a identificar aqueles com maiores dificuldades em manter interações coparentais positivas, após o divórcio, e que poderiam se beneficiar de auxílio profissional.

Em suma, embora seja observado um interesse crescente acerca do estudo da coparentalidade, são necessários esforços contínuos e conjuntos entre os pesquisadores interessados na área, de forma que se possa ampliar a compreensão sobre a coparentalidade, assim como suas relações. Acredita-se que as evidências de validade e

precisão da ERC, apresentadas no presente estudo, indicam o potencial de uso do instrumento no Brasil, tanto no contexto de pesquisas científicas quanto no contexto interventivo, para trabalhar algumas das habilidades mais específicas na relação coparental que estão associadas com outros desfechos importantes para cada membro do casal, para a relação conjugal (entre os casais que co-residem) e para o desenvolvimento de seus filhos. Em uma época na qual homens e mulheres com filhos dependentes estão trabalhando fora, o fortalecimento de suas habilidades de trabalhar em equipe para criar seus filhos seria uma contribuição prática, mas, para além disso, também pode enriquecer a qualidade da experiência de conviver com outras pessoas, na vida pessoal.

Referências

- Abidin, R. R. & Brunner, J. F. (1995) Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24(1), 31-40. Doi: 10.1207/s15374424jccp2401_4
- Anastasi A. & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (1999). *Standards for Educational and Psychological Testing*. Washington, DC: AERA.
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (2014). *Standards for Educational and Psychological Testing*. Washington, DC: AERA
- Augustin, D. & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: estabilidade e mudança no 1º e 6º ano de vida. *Interação em Psicologia*, 19(1), 13-24. Doi: 10.5380/psi.v19i1.29239
- Bagozzi, R. P., & Yi, Y. (1988). On the evaluation of structural equation models. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 16(1), 74–94. Doi:10.1007/BF02723327
- Baker, J., McHale, J., Strozier, A., & Cecil, D. (2010). Mother-grandmother coparenting relationships in families with incarcerated mothers: a pilot investigation. *Family Process*, 49(2), 165-184. Doi: 10.1111/j.1545-5300.2010.01316.x.
- Baril, M. E., Crouter, A. C., & McHale, S. M. (2007), Processes linking adolescent well-being, marital love, and coparenting. *Journal of Family Psychology*, 21(4), 645-654. Doi: 10.1037/0893-3200.21.4.645
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011a). A preliminary examination of the psychometric properties of the coparenting questionnaire and the diabetes-specific coparenting questionnaire in families of children with Type I Diabetes. *Journal of Pediatric Psychology*, 36(5), 606-617. Doi:10.1093/jpepsy/jsq103
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011b). Coparenting in relation to children's psychosocial and diabetes-specific adjustment. *Journal of Pediatric Psychology*, 36(5), 618-629. Doi: 10.1093/jpepsy/jsr022
- Beach, S. R. H., Barton, A.W., Lei, M. K., Brody, G. H., Kogan, S. M., Hurt, T. R., Fincham, F. D., & Stanley, S. M. (2014). The effect of communication change on long-term reductions in child exposure to conflict: Impact of the Promoting Strong African American Families (ProSAAF) Program. *Family Process*, 53(4), 580–595. Doi: 10.1111/famp.12085.
- Beck, A. T., Steer, R. A., & Brown, G. K. (2012). *Inventário de Depressão de Beck (BDI-II - 1ª edição)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Boing, E. (2013). *Relações entre Coparentalidade, Funcionamento Familiar e Estilos Parentais em uma Perspectiva Intergeracional*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432. Doi: 10.1590/1982-43272253201314

- Borsa, J. C. & DeSousa, D. A. (2018). Invariância de medida e evidências de validade externa da *Peer Aggressive Behavior Scale* (PAB-S). *Psico*, 49(2), 178-186. Doi: 10.15448/1980-8623.2018.2.27433
- Bronte-Tinkew, J., Horowitz, A., & Carrano, J. (2009). Aggravation and stress in parenting: Associations with coparenting and father engagement among resident fathers. *Journal of Family Issues*, 31(4), 525-555. Doi: 10.1177/0192513X09340147
- Brown, T. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York: Guildford.
- Cabrera, N. J., Scott, M., Fagan, J., Steward-Streng, N., & Chien, N. (2012). Coparenting and children's school readiness: A mediational model. *Family Process*, 51(3), 307-324. Doi: 10.1111/j.1545-5300.2012.01408.x.
- Camisasca, E., Miragoli, S., & Di Blasio, P. (2014). Is the relationship between marital adjustment and parenting stress mediated or moderated by parenting alliance? *Europe's Journal of Psychology*, 10(2), 235–254. Doi: 10.5964/ejop.v10i2.724
- Carvalho, T. R. & Barham, E. J. (2016). Instrumentos para avaliar a coparentalidade: uma comparação de suas propriedades psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 15(2), 207-215. Doi: 10.15689/ap.2016.1502.0
- Carvalho, T. R., Barham, E. J., Souza, C. D., Boing, E., Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2018). Cross-cultural adaptation of an instrument to assess coparenting: Coparenting Relationship Scale. *Psico-USF*, 23(2), 215-227. Doi: 10.1590/1413-82712018230203
- Cheung, G. W. & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 9(2), 233–255. Doi: 10.1207/S15328007SEM0902_5
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of parenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636-3651. Doi: 10.1007/s10826-015-0172-0
- Cia, F., Pereira, C. S., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2006). Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 73-81. Doi: 10.1590/S1413-73722006000100009
- Conselho Federal de Psicologia (2018). Resolução nº 9/2018. Disponível em <http://www.pol.org.br>.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354. Doi: 10.1037/h0047358
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40. Doi inexistente
- Damásio, B. F. (2013). Contribuições da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFCMG) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18(2), 211-220. Doi: 10.1590/S1413-82712013000200005
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2019). *Estatística sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2010). *Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia, Educação e Trabalho*. Petrópolis: Vozes.

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2018). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS2-Del-Prette)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dias, T. P., Freitas, L. C., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2011). Validação da Escala de Comportamentos Sociais de Pré-escolares para o Brasil. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 447-457. Doi: 10.1590/S1413-73722011000300012.
- Dunn, T. J., Baguley, T., & Brunsten, V. (2013). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105(3), 399-412. Doi:10.1111/bjop.12046
- Durtschi, J. A., Soloski, K. L., & Kimmes, J. (2016). The dyadic effects of supportive coparenting and parental stress on relationship quality across the transition to parenthood. *Journal of Marital and Family Therapy*, 43(2), 308-321. Doi: 10.1111/jmft.12194
- Epstein, K., Pruett, M. K., Cowan, P., Cowan, C., Pradhan, L., Mah, E., & Pruett, K. (2015). More than one way to get there: pathways of change in coparenting conflict after a preventive intervention. *Family Process*, 54(4), 610-618. Doi: 10.1111/famp.12138
- Fagan, J. & Lee, Y. (2013). Longitudinal associations among fathers' perceptions of coparenting, partner relationship quality, and paternal stress during early childhood. *Family Process*, 53(1), 80-96. Doi: 10.1111/famp.12055.
- Faria, A. M. (2015). *Efeitos da Estrutura Familiar, Parentalidade e Coparentalidade no Ajustamento Psicológico em Crianças em Idade Pré-escolar*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/7172>
- Fernandes, C. I. L. (2017). Ser pai: o ajustamento diádico e a vinculação pré e pós-natal paterna ao bebê. Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/3071>
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195. Doi: 10.1023/a:1019695015110
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parent: Science and Practice*, 3(2), 95-131. Doi: 10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parent: Science and Practice*, 12(1), 1-21. Doi: 10.1080/15295192.2012.638870
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Hostetler, M. L., Roettger, M. E., Paul, I. M., & Ehrenthal, D. B. (2016). Couple-focused prevention at the transition to parenthood, a randomized trial: Effects on coparenting, parenting, family violence, and parent and child adjustment. *Prevention Science*, 17(6), 751-764. Doi: 10.1007/s11121-016-0674-z
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Kan, M. L., & Goslin, M. C. (2010). Effects of Family Foundations on parents and children: 3.5 years after baseline. *Journal of Family Psychology*, 24(5), 532-542. Doi: 10.1037/a0020837
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Roettger, M. E., Solmeyer, A., & Hostetler, M. L. (2014). Long-term follow-up of a randomized trial of Family Foundations: Effects on

- children's emotional, behavioral, and school adjustment. *Journal of Family Psychology*, 28(6), 821-831. Doi: 10.1037/fam0000037
- Feinberg, M. E. & Kan, M. L. (2008). Establishing Family Foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology*, 22(2), 253-263. Doi: 10.1037/0893-3200.22.2.253
- Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Hetherington, E. M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69(3), 687-702. Doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x
- Ferreira, H. G. (2015). *Propriedades Psicométricas de um Instrumento para Avaliar o Envolvimento de Idosos em Atividades Prazerosas*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equations models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing*, 18(1), 39-50. Doi:10.2307/3151312
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(3), 84-94. Doi: 10.7322/jhgd.19774
- Gillham, J. E., & Seligman, M. E. P. (1999). Footsteps on the road to a positive psychology. *Behaviour Research and Therapy*, 37(1), S163-S173. Doi: 10.1016/S0005-7967(99)00055-8
- Gjersing, L., Caplehorn, J. R. M., & Clausen, T. (2010). Cross-cultural adaptation of research instruments: Language, setting, time and statistical considerations. *BMC Medical Research Methodology*, 10(13), 2-10. Doi: 10.1186/1471-2288-10-13
- Gorenstein, C., Pang, W. Y., Argimon, I. L., & Werlang, B. S. G. (2011). *Inventário Beck de Depressão-II. Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gravetter, F. and Wallnau, L. (2014). *Essentials of Statistics for the Behavioral Sciences*. Wadsworth, Belmont, CA.
- Grzybowski, L. S. & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87. Doi: 10.1590/S0102-37722010000100010
- Guerra, L. L. L. (2018). *Programa de intervenção em coparentalidade para casais em transição para a parentalidade*. Projeto de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Hair, J.F.; Babin, B.; Money, A.H., & Samouel, P. (2005). Análise fatorial. In Hair, J.F.; Babin, B.; Money, A.H., & Samouel, P. *Análise multivariada de dados* (5.ed, cap. 3. Pp. 89-112). Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6th. ed.). Bookman: Porto Alegre.
- Holland, A. S. & McElwain, N. L. (2013). Maternal and paternal perceptions of coparenting as a link between marital quality and the parent-toddler relationship. *Journal of Family Psychology*, 27(I), 117-126. Doi: 10.1037/a0031427

- Hooper, D., Coughlan, J., & Mullen, M. R. (2008). Structural Equation Modelling: Guidelines for determining model fit. *The Electronic Journal of Business Research Methods*, 6, 53-60. Doi inexistente
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cut-off criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1-55. Doi: 10.1080/10705519909540118
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica – métodos, técnicas e testes. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 11-21). Porto Alegre: Artmed.
- International Test Commission. (2010). *International Test Commission guidelines for translating and adapting tests*. Recuperado de https://www.intestcom.org/files/guideline_test_adaptation_brasilian_portuguese.pdf
- Kan, M. L. & Feinberg, M. E. (2015). Impacts of a Coparenting-Focused Intervention on Links between Pre-birth Intimate Partner Violence and Observed Parenting. *Journal of Family Violence*, 30(3), 363–372. Doi: 10.1007/s10896-015-9678-x
- Katz, L. F. & Low, S. M. (2004). Marital violence, coparenting, and family-level processes in relation to children’s adjustment. *Journal of Family Psychology*, 18(2), 372-382. Doi: 10.1037/0893-3200.18.2.372
- Kim, B., & Teti, D. M. (2014). Maternal emotional availability during infant bedtime: An ecological framework. *Journal of Family Psychology*, 28(1), 1–11. Doi: 10.1037/a0035157
- Kline, R. B. (2011). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling* (3^a ed.). Nova Iorque: The Guilford Press.
- Kolak, A. M., & Volling, B. L. (2007). Parental expressiveness as a moderator of coparenting and marital relationship quality. *Family Relations*, 56(5), 467-478. Doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00474.x.
- Kolenikov, S. & Bollen, K. A. (2012). Testing Negative Error Variances: Is a Heywood Case a Symptom of Misspecification? *Sociological Methods & Research*, 41(1), 124-167. Doi: 10.1177/0049124112442138
- Konold, T. R., & Abidin, R. R. (2001). Parenting alliance: A multifactor perspective. *Assessment*, 8(1), 47-65. Doi: 10.1177/107319110100800105
- Korja, R., Piha, J., Otava, R., Lavanchy-Scaiola, C., Ahlqvist-Björkroth, S., Aromaa, M., Råihä, H. & STEPS-study (2016). Mother’s marital satisfaction associated with the quality of mother-father-child triadic interaction. *Scandinavian Journal of Psychology*, 57(4), 305-312. Doi: 10.1111/sjop.12294.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: Preliminary evaluation of the effectiveness of a group intervention for divorced parents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 334-344. Doi: 10.1590/S0102-79722010000200016
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Medida da aliança parental: validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 40(6), 215-219. Doi: 10.1590/S0101-60832013000600002
- Lamela, D. & Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children’s mental health: A systematic review. *Jornal de Pediatria*, 92(4), 331-342. Doi: 10.1016/j.jped.2015.09.011

- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 19-28. Doi: 10.1590/S0102-79722013000100003
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2015). Typologies of Post-divorce Coparenting and Parental Well-Being, Parenting Quality and Children's Psychological Adjustment. *Child Psychiatry & Human Development*, 47(5), 716–728. Doi:10.1007/s10578-015-0604-5
- Lamela, D., Jongenelen, I., Morais, A., & Figueiredo, B. (2017). Cognitive-affective depression and somatic symptoms clusters are differentially associated with maternal parenting and coparenting. *Journal of Affective Disorders*, 219, 37-48. Doi: 10.1016/j.jad.2017.05.006
- Lamela, D., Morais, A. & Jongenelen, I. (2018). Validação Psicométrica da Escala da Relação Coparental em Mães Portuguesas. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 585-600. Doi: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5564
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216. Doi: 10.1590/S1413-73722010000100022
- Laros, J. A. (2012). O uso da análise fatorial: algumas diretrizes para pesquisadores. Em L. Pasquali (Org.), *Análise fatorial para pesquisadores* (pp. 141-160). Brasília: LabPAM Saber e Tecnologia.
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., Koller, S. H., & Del Prette, A. (2016). Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 181-193. Doi: 10.1590/1807-03102015aop001
- Linares, L. O., Montalto, D. M., Li, M., & Oza, V. S. O. (2006). A promising parenting intervention in foster care. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(1), 32-41. Doi: 10.1037/0022-006X.74.1.32
- Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations*, 54(3), 346-359. Doi: 10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x
- Liu, C. & Wu, X. (2016). Dyadic effects of marital satisfaction on coparenting in Chinese families: Based on the actor-partner interdependence model. *International Journal of Psychology*, 1-8. Doi: 10.1002/ijop.12274.
- Magagnin, C., Körbes, J. M., Hernandez, J. A. E., Cafruni, S., Tailor Rodrigues, M. T., & Zarpelon, M. (2003). Da conjugalidade à parentalidade: gravidez, ajustamento e satisfação conjugal. *Aletheia*, 17-18, 41-52. Doi inexistente
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21. Doi: 10.1037//0893-3200.15.1.3
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marsh, H. W., Hau, K. T., & Wen, Z. (2009). In search of golden rules: Comment on hypothesis-testing approaches to setting cut-off values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 11(3), 320-341. Doi: 10.1207/s15328007sem1103_2

- May, C., Fletcher, R., Dempsey, I. & Newman, L. (2015). Modeling relations among coparenting quality, autism-specific parenting self-efficacy, and parenting stress in mothers and fathers of children with ASD. *Parenting: Science and Practice, 15*(2), 119–133. Doi: 10.1080/15295192.2015.1020145
- McDaniel, B. T., & Teti, D. M. (2012). Coparenting quality during the first three months after birth: The role of infant sleep quality. *Journal of Family Psychology, 26*(6), 886-895. Doi: 10.1037/a0030707
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology, 31*(6), 985-996. Doi: 10.1037/0012-1649.31.6.985
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A., & Rasmussen, J. L. (2000). Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology, 14*(2), 220-236. Doi: 10.1037//0893-3200.14.2.220
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*(3), 221-234. Doi: 10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed.
- Medeiros, T. J. (2018). *Jornadas de Trabalho e Habilidades Sociais: Bem-Estar de Profissionais com Filhos Pré-Escolares*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Milfont, T. L., & Fischer, R. (2010). Testing measurement invariance across groups: Applications in crosscultural research. *International Journal of Psychological Research, 3*(1), 111-121. Doi: 10.21500/20112084.857
- Minetto, M. F. J. (2010). *Práticas Educativas Parentais, Crenças Parentais, Estresse Parental e Funcionamento Familiar de Pais de Crianças com Desenvolvimento Típico e Atípico*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Minuchin S. Famílias: funcionamento e tratamento. (JA Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas; 1982. (Original publicado em 1974).
- Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S., & Córdova, J. V. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process, 49*(1), 59-73. Doi: 10.1111/j.1545-5300.2010.01308.x
- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G. M., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia, 34*(4), 487-498. Doi: 10.1590/1982-02752017000400005
- Muniz, J. (2004). La validación de los tests. *Metodología de las Ciencias del Comportamiento, 5* (2), 121-141. Doi inexistente
- Murphy, S. E., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2015). What's so bad about competitive coparenting? Family-level predictors of children's externalizing symptoms. *Journal of Child and Family Studies, 25*(5), 1684-1690. Doi: 10.1007/s10826-015-0321-5
- Muthén, L. K. & Muthén, B. O. (2014). *Mplus user's guide*. (Seventh Ed.). Los Angeles: Muthén & Muthén.

- Norlin, D., & Broberg, M. (2013). Parents of children with and without intellectual disability: Couple relationship and individual well-being. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(6), 552-566. Doi: 10.1111/j.1365-2788.2012.01564.x.
- Noronha, A. P. P. (2003). Estudos de validade e de precisão em testes de inteligência. *Paidéia*, 13(26), 163-169. Doi: 10.1590/S0103-863X2003000300005.
- Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 192-201. Doi: 10.1590/S1414-98932010000500009
- Noronha, A. P. P., & Vendramini, C. M. M. (2003). Parâmetros psicométricos: Estudo comparativo entre teste de inteligência e de personalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 177-182. Doi: 10.1590/S0102-79722003000100018.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. Em Santos et al. (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp. 101-127). Brasília: CFP.
- Oliveira, A. R. (2019). *A Percepção de Pais e Mães sobre a Utilização de Habilidades Sociais no Contexto da Coparentalidade*. Monografia, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Pacico, J. C. (2015). Como é feito um teste? Produção de itens. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 55-70). Porto Alegre: Artmed.
- Pasquali, L. (2009). Psicometria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(spe), 992-999. Doi: 10.1590/S0080-62342009000500002
- Pawlowski, J. (2007). *Evidências de Validade e Fidedignidade do Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve NEUPSILIN*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. Doi: 10.1590/1678-7153.201528113
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118. Doi: 10.1590/S0103-56652011000100007.
- Primi, R. (2003). Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. *Avaliação Psicológica*, 2(1), 67-77. Doi inexistente
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35. Doi: 10.1590/S0102-37722010000500003.
- Primi, R. (2012). Psicometria: fundamentos matemáticos da teoria clássica dos testes. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 297-307. Doi inexistente
- Primi, R., Muniz, M., Nunes, C. H. S. S. (2009). Definições Contemporâneas de Validade de Testes Psicológicos. In: C. S. Hutz. (Org.). *Avanços e Polêmicas em Avaliação Psicológica* (pp. 243-265). São Paulo: Casa do Psicólogo
- Reppold, C. T. & Gurgel, L. G. (2015). Testes psicológicos disponíveis no Brasil – o Satepsi. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 175-188). Porto Alegre: Artmed.

- Revelle, W., & Zinbarg, R. E. (2009). Coefficient alpha, beta, and the glb: Comments on Sijtsma. *Psychometrika*, 74 (1), 145-154. DOI: 10.1007/s11336-008-9102-z
- Reynolds, W. M. (1982). Development of reliable and valid short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 38(1), 119-125. Doi: 10.1002/1097-4679(198201)38:1<119::AID-JCLP2270380118>3.0.CO;2-I
- Ribas Jr, R. C., Moura, M. L. S., & Hutz, C. S. (2004). Adaptação brasileira da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne. *Avaliação Psicológica*, 3(2), 83-92. Doi inexistente
- Ribeiro, C. M. (2014). *Coparentalidade, Parentalidade e Sintomas de Externalização e Internalização em Crianças em Idade Pré-escolar*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal
- Sass, D. A. (2011). Testing measurement invariance and comparing latent factor means within a confirmatory factor analysis framework. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 29(4), 347-363. Doi: 10.1177/0734282911406661
- Saur, A. M., & Loureiro, S. R. (2012). Qualidades psicométricas do Questionário de Capacidades e Dificuldades: revisão da literatura. *Estudos em Psicologia*, 29(4), 619-629. Doi: 10.1590/S0103-166X2012000400016.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C. & Frosch, C. A. (2001). Coparenting, family process, and family structure: Implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 526-545. Doi: 10.1037//0893-3200.15.3.526
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Frosch, C. A., & McHale, J. L. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 194-207. Doi: 10.1037/0893-3200.18.1.194
- Shapiro, A. F., Nahm, E. Y., Gottman, J. M., & Content, K. (2011). Bringing Baby Home Together: Examining the impact of a couple-focused intervention on the dynamics within family play. *American Journal of Orthopsychiatry*, 81(3), 337-350. Doi: 10.1111/j.1939-0025.2011.01102.x
- Sijtsma, K. (2009). On the use, the misuse, and the very limited usefulness of Cronbach's alpha. *Psychometrika*, 74(1), 107-120. Doi:10.1007/s11336-008-9101-0
- Silva, J. M. (2010). *Um Lugar do Pai: Uma Construção Imaginária*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Solmeyer, A. R. & Feinberg, M. E. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development*, 34(4), 504-514. Doi: 10.1016/j.infbeh.2011.07.006
- Souza, P. B. M., Ramos, M. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. C. (2016). Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da Clínica*, 21(3), 700-720. Doi: 10.11606/issn.1981-1624.v21i3p700-720.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 38(1), 15-28. Doi: 10.2307/350547

- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (2007). *Using Multivariate Statistics* (5a. ed.). Boston, M.A.: Pearson Education.
- Tavares, M. (2003). Validade clínica. *Psico-USF*, 8(2), 125-136. Doi: 10.1590/S1413-82712003000200004
- Teubert, D. & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307, Doi: 10.1080/15295192.2010.492040
- Teykal, C. M. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *PSICO*, 38(3), 262-268.
- Tissot, H., Favez, N., Ghisletta, P., Frascarolo, F., & Despland, J. N. (2016). A longitudinal study of parental depressive symptoms and coparenting in the first 18 months. *Family Process*, 56(2), 445-458. Doi: 10.1111/famp.12213
- Tornimbeni, S., Pérez, E., & Olaz, F. (2008). *Introducción a la psicometría* (1. ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Valentini, F. & Damásio, B. F. (2016). Variância Média Extraída e Confiabilidade Composta: Indicadores de Precisão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), 1-7. Doi: 10.1590/0102-3772e322225
- Vandenberg, R. J. & Lance, C. E. (2000). A review and synthesis of the measurement invariance literature: Suggestions, practices, and recommendations for organizational research. *Organizational Research Methods*, 3(1), 4-70. Doi: 10.1177/109442810031002
- Van Egeren, L. A. (2004). The developing of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453-477. Doi: 10.1002/imhj.20019
- Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165-178. Doi: 10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186. Doi: 10.1590/S0102-37722005000200008.
- Werlang, B. S. G., Villemor-Amaral, A. E. & Nascimento, R. S. G. F. (2010). Avaliação psicológica, testes e possibilidades de uso. Em Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp. 87-100). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Williams, D. T. (2018). Parental depression and cooperative coparenting: A longitudinal and dyadic approach. *Family Relations*, 67(2), 253-269. Doi: 10.1111/fare.12308
- Yuan, S. (2016). *Coparenting, Marital Quality, and Children's Adjustment in Mainland China*. Tese de doutorado, Graduate Faculty of Texas Tech University, Texas Tech University, Lubbock, TX, Estados Unidos.
- Zanon, C. & Filho, N. H. (2015). Fidedignidade. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 85-95). Porto Alegre: Artmed.

Zinbarg, R., Revelle, W., Yovel, I., & Li, W. (2005). Cronbach's α , Revelle's β and McDonald's ω^2 : Their relations with each other and two alternative conceptualizations of reliability. *Psychometrika*, *70*, 123–133. Doi:10.1007/s11336-003-0974-7

Reformulações acerca do conceito de validade e Fontes de evidência de validade

No que diz respeito à operacionalização do conceito de validade, os pesquisadores costumavam se basear em três categorias de análise, nomeados por Muniz (2004) de “santíssima trindade da validade”, a saber: (a) validade de conteúdo, (b) validade de critério e (c) validade de construto (Pasquali, 2009; Pawlowski, 2007; Primi et al., 2009). Segundo Pawlowski (2007), esses padrões de testagem foram inicialmente publicados pela AERA, APA e NCME, em 1974, e difundidos no Brasil por Pasquali.

A validade de conteúdo se refere à avaliação do conteúdo dos itens de um instrumento com o objetivo de verificar se eles são adequados para representar um domínio de comportamentos a ser mensurado e o quão representativos são a respeito desse domínio (Pasquali, 2009; Primi, et al., 2009). A validade de critério se relaciona à efetividade de um teste em predizer variáveis externas ou variáveis-critério (desfechos), sendo que estas podem se referir ao desempenho profissional, notas escolares, acidentes de trabalho, diagnóstico psiquiátrico, entre outras (Pasquali, 2009; Primi et al., 2009). Esse tipo de validade pode ser classificado em duas categorias: validade concorrente e validade preditiva. Quando a aplicação do teste a ser validado ocorre no mesmo encontro em que são coletadas informações sobre o critério, a validade é chamada de concorrente. Quando os dados sobre o critério são coletados após a aplicação do teste, fala-se em validade preditiva (Pasquali, 2009). Por sua vez, a validade de construto (também chamada por alguns autores de validade intrínseca, validade fatorial e validade aparente) se caracteriza pela medida em que as evidências encontradas apoiam as interpretações atribuídas aos escores do teste (Pasquali, 2009; Primi et al., 2009).

No entanto, segundo Primi et al. (2009), essa definição tripartite da validade começou a ser questionada por Messick, que considerava as validades de conteúdo e de

critério como partes da validade de construto e sugeria, portanto, que a definição desse conceito se baseasse apenas na validade de construto. Além disso, Urbina levantou questões problemáticas relacionadas a essas definições, que indicavam que a validade estava sendo definida como uma propriedade do teste e não das interpretações dos escores desse teste. Ocorreu, então, uma revisão do manual *Standards for Educational and Psychological Testing*, em 1999, e, depois, em 2014, nas quais a definição de validade foi reformulada e aprimorada. A definição proposta pelo AERA et al. (2014) supera essas questões, visto que define a validade como sendo um conceito único, que se refere ao “grau em que todas as evidências acumuladas apoiam a interpretação pretendida dos escores do teste para os fins propostos” (p. 14). Urbina (2007) corrobora essa ideia, enfatizando que o conceito de validade, por se referir a uma questão de grau, não implica em uma determinação do tipo “tudo-ou-nada”.

Outra reformulação realizada foi a substituição da expressão “tipos de validade” por “fontes de evidência de validade” (AERA et al., 1999; Nunes & Primi, 2010; Pawlowski, 2007; Primi et al., 2009; Urbina, 2007), que foi mantida nas revisões de 2014 (AERA et al., 2014). Nesse novo documento, são definidas cinco fontes de evidência de validade de um teste: (a) evidências baseadas no conteúdo ou domínio, (b) evidências baseadas na estrutura interna, (c) evidências baseadas na relação com variáveis externas, (d) evidências baseadas no processo de resposta e (e) evidências baseadas nas consequências da testagem (ver Figura 5) (AERA et al., 1999; Nunes & Primi, 2010; Pawlowski, 2007; Primi et al., 2009).

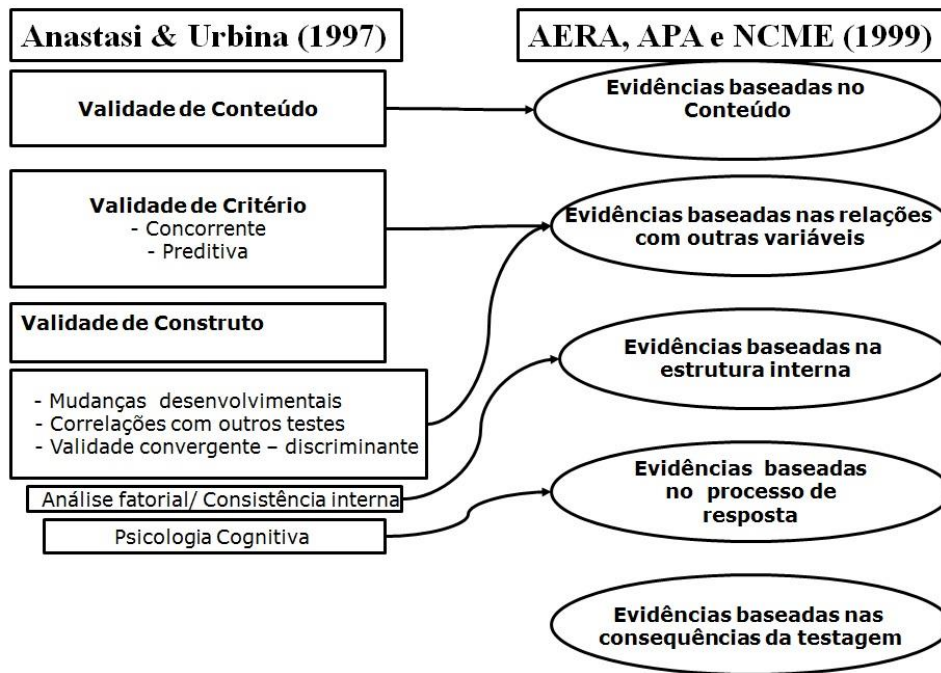


Figura 5. Comparação entre as definições dos conceitos de validade propostos em 1997 e 1999.

Fonte: Primi, R., Muniz, M., Nunes, C. H. S. S. (2009). Definições Contemporâneas de Validade de Testes Psicológicos. In: C. S. Hutz. (Org.). *Avanços e Polêmicas em Avaliação Psicológica* (pp. 243-265). São Paulo: Casa do Psicólogo.

As evidências baseadas no conteúdo ou domínio se referem à representatividade dos itens de um teste, indicando se o conteúdo dos itens representa amostras abrangentes do domínio que se pretende avaliar. Para isso, é necessário que haja uma definição clara do construto a ser avaliado, que inclua todas as suas nuances. Essa fonte de evidência pode ser obtida por meio da análise de especialistas, que verifiquem a relação entre os itens do teste e as facetas do construto. Além disso, essas evidências podem ser verificadas por meio da equivalência dos itens em testes traduzidos de outras línguas. No entanto, é importante destacar que esse tipo de estudo é viável apenas em testes compostos por conjuntos de itens que se agrupam para representar um domínio. Para outros tipos de instrumentos, esses procedimentos não se aplicam (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009)

As evidências baseadas na estrutura interna dizem respeito à análise das estruturas de covariância e de correlações entre partes de um teste, sejam elas itens ou subescalas. Diferentes métodos podem ser utilizados para essa verificação. A análise fatorial exploratória e a análise da consistência interna visam identificar a coesão das relações entre os itens ou subescalas para representar uma dimensão do construto psicológico. A consistência interna que, originalmente, foi usada como um parâmetro relacionado à precisão de um instrumento, também pode ser usada como uma fonte de evidências de validade interna. A análise fatorial confirmatória, por sua vez, permite analisar se a estrutura teórica proposta previamente é corroborada pelos padrões de correlações encontrados. A modelagem com equações estruturais também tem sido utilizada para essa finalidade por permitir avaliar, simultaneamente, relações entre múltiplos construtos. Por fim, estudos de Funcionamento Diferencial do Item (DIF), a partir da aplicação da Teoria de Resposta ao Item, também são apontados como evidências desse tipo de validade. Esse método busca verificar se pessoas com o mesmo nível de habilidade, mas que pertençam a grupos distintos (por exemplo, homens e mulheres), têm probabilidades diferentes de acertar determinado item (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

Por meio de evidências baseadas na relação com variáveis externas, é possível analisar os padrões de correlação entre os escores de um teste e outras variáveis (externas a esse construto). Essas evidências podem ser divididas em cinco subclasses: (a) validade de critério, (b) validade convergente, (c) validade discriminante, (d) testes avaliando construtos relacionados e (e) estudos experimentais ou quase experimentais (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

Na avaliação das evidências de validade de critério, identifica-se, com base na teoria, uma variável externa chamada de critério externo (evento ou desfecho observável importante) que possivelmente esteja associada ao construto avaliado pelo teste. É

importante destacar que esse critério não se trata de um construto psicológico, mas sim de um conjunto de indicadores relevantes em uma determinada situação ou contexto (por exemplo, índices de acidentes no trabalho, o desempenho acadêmico de alunos). Esse tipo de validade é um dos principais métodos quando se quer verificar a aplicabilidade de determinado teste para fins diagnósticos ou preditivos, assim como testar se o teste é capaz de identificar pessoas de grupos clinicamente distintos (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

As evidências de validade convergente são caracterizadas pela aplicação de outros testes (cada um com um conjunto consistente de evidências de validade) que visem medir o mesmo construto que o instrumento-alvo, com a função de verificar se os instrumentos apresentam uma forte associação. Os coeficientes de correlação devem ser de alta magnitude (usualmente acima de 0,509) para se considerar que ambos os testes avaliam o mesmo construto (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

As evidências de validade discriminante referem-se à aplicação de testes que visam medir construtos diferentes e não relacionados àquele avaliado pelo instrumento-alvo. Nesse caso, como se supõe a ausência de correlação, são esperados coeficientes com valores abaixo de 0,20 (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009). Para instrumentos de autorrelato, é importante estabelecer a autenticidade das respostas, demonstrando que as mesmas não são influenciadas por tentativas de passar uma imagem enviesada de si para outras pessoas. Portanto, a desejabilidade social é um construto que frequentemente é utilizado na busca por essa fonte de evidência de validade, uma vez que se refere à propensão dos participantes a não demonstrarem ou reportarem seus comportamentos reais, ao responderem a um instrumento. Nesse sentido, os participantes tenderiam a apresentar respostas que acreditam ser mais aceitas socialmente (Crowne & Marlowe, 1960; Ribas et al., 2004). Para que sejam considerados como evidências de

validade discriminante, os dados encontrados devem apontar para a ausência de correlações (ou correlações de baixa magnitude) entre o construto principal (no caso, a coparentalidade) e a desejabilidade social.

As evidências de validade de testes medindo construtos relacionados se baseiam na utilização de testes que, com base na teoria, são associados com o construto alvo, mas não equivalentes a ele. Por exemplo, podem ser antecedentes do construto de interesse, correlatos ou desfechos. Para esta fonte de evidências, espera-se que as correlações encontradas sejam de magnitude moderada (com valores entre 0,20 a 0,50) (Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

As evidências de validade relativas a estudos experimentais ou quase experimentais envolvem a comparação dos escores obtidos em um teste, antes e depois da realização de um programa de intervenção focado em alterar o construto em questão. É importante destacar que, nesse caso, a questão da validade da intervenção deve estar previamente estabelecida. Assim, torna-se possível verificar se um instrumento é capaz de captar mudanças resultantes do programa de intervenção (Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

As evidências baseadas no processo de resposta se relacionam à análise teórica-empírica das relações entre os processos mentais ligados ao construto que se pretende medir e as respostas aos itens do instrumento. Para essa fonte de evidência, são formulados modelos explicativos sobre como uma pessoa processa as informações dos itens do teste, com base no referencial teórico do construto. Em testes de inteligência, por exemplo, no geral, os itens são organizados por nível de dificuldade crescente. O participante não deve ser capaz de responder um item mais difícil caso não saiba responder um item mais fácil. Com base nesse modelo, são feitas previsões sobre aspectos da resposta, como, por exemplo, a quantidade de acertos e o tempo de reação. Dessa

forma, é possível verificar se há uma coerência entre as explicações teóricas e os dados empíricos obtidos, sendo que quanto maior for a correspondência, mais confiança se tem no modelo teórico de interpretação (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

Os respondentes também podem ser questionados sobre quais foram as estratégias de resolução utilizadas em cada item, ou podem ser feitas inferências sobre os processos envolvidos no desempenho por meio da análise da relação entre as partes do teste ou entre o teste e outras variáveis. Ademais, esse procedimento de validação pode incluir estudos empíricos com a finalidade de verificar a existência de consonância entre o registro e a interpretação de dados feitos por observadores ou juízes e o construto que se pretende medir (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

As evidências com base nas consequências da testagem se relacionam à análise das consequências sociais (intencionais e não intencionais) do uso de um teste, com a finalidade de verificar se os efeitos da sua aplicação correspondem às implicações desejadas. Esse tipo de evidência tem sido fruto de discórdia no meio científico, visto que alguns pesquisadores não concordam com a sua inclusão no escopo da validade de um teste, por estar relacionado com situações que fogem ao controle do pesquisador (AERA et al., 2014; Nunes & Primi, 2010; Primi et al., 2009).

Indicadores de Precisão

Em relação às formas de verificar o índice de precisão de um teste, existem quatro indicadores principais: (a) consistência interna; (b) estabilidade temporal, (c) equivalência de formas paralelas e (d) precisão de avaliadores (Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015). A consistência interna se baseia na correlação entre diferentes itens de um mesmo teste e permite identificar se os itens que, com base na teoria, devem medir o mesmo construto geral (ou suas dimensões), produzem resultados semelhantes. A consistência interna de um teste pode ser calculada por diferentes métodos: correlação entre duas metades do teste, coeficiente Kuder-Richardson, coeficiente alfa e ômega de McDonald. Esses indicadores se relacionam com a homogeneidade do conteúdo dos itens e com a magnitude das correlações entre eles.

O procedimento de duas metades envolve a aplicação de um único teste em uma única amostra. Para a realização das análises, o teste é dividido em duas partes comparáveis (dois conjuntos de itens) e calcula-se a correlação entre elas. Para o cálculo dos coeficientes alfa e Kuder-Richardson, o teste é aplicado apenas uma vez, em uma única amostra e, em seguida, calcula-se a média das correlações entre as respostas aos itens que fazem parte de uma subescala ou instrumento. É importante destacar que o coeficiente Kuder-Richardson é utilizado com itens dicotômicos, enquanto o coeficiente alfa é aplicado a itens politômicos (Pasquali, 2009; Primi, 2012; Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015). O ômega, por sua vez, tem sido descrito como um índice mais sensível de consistência interna, em comparação com o alfa, além de apresentar um menor risco de superestimar ou subestimar a confiabilidade (Dunn, Baguley & Brunsten, 2013; Zinbarg, Revelle, Yovel & Li, 2005).

Valentini e Damásio (2016) apontam outros dois indicadores de precisão: confiabilidade composta (CC) e variância média extraída (VME), que podem ser utilizados na avaliação da qualidade de determinada estrutura fatorial de um instrumento psicométrico (Fornell & Larcker, 1981; Valentini & Damásio, 2016). A CC tem sido considerada como um indicador de precisão mais robusto, em comparação com o alfa de Cronbach, visto que é sensível à variação nas cargas dos itens, enquanto no cálculo do alfa as cargas são fixadas para que sejam iguais (Sijtsma, 2009; Valentini & Damásio, 2016). A VME, por sua vez, representa a quantidade média da variância dos itens explicada pela variável latente, sendo que a variância de um item está relacionada à carga fatorial e ao erro. Assim, a VME indica a porcentagem média da variância dos itens que está livre de erro de mensuração (Valentini & Damásio, 2016). Por esse motivo, embora tenha sido inicialmente apontada como uma evidência de validade convergente por Fornell e Larcker (1981), Valentini e Damásio (2016) defendem a ideia de que a VME funciona como um indicador de precisão.

A estabilidade temporal também é chamada de fidedignidade teste-reteste e se caracteriza pela aplicação do mesmo teste, em uma mesma amostra, em momentos distintos, supondo que as duas aplicações sejam independentes, ou seja, a primeira não influencie na segunda. Além deste possível efeito de treino, também é importante considerar se existem outras variáveis (por exemplo, o aprimoramento de outras habilidades entre a primeira e segunda avaliação) que podem resultar em diferenças entre os escores. O pressuposto básico dessa análise é que os resultados obtidos nessas aplicações devem ser relativamente equivalentes, sendo que o índice de precisão é verificado, nesse método, por meio do cálculo da correlação entre os escores obtidos na primeira e segunda aplicação do instrumento. Para este método de avaliação da precisão, é muito importante considerar o intervalo de tempo decorrido entre as duas aplicações da

medida. Em resumo, esse método possibilita a avaliação da estabilidade dos escores do teste ao longo do tempo (Pasquali, 2009; Primi, 2012; Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015).

A equivalência de formas paralelas, por sua vez, consiste na aplicação, em uma mesma amostra, de conjuntos de itens distintos (duas formas equivalentes de um mesmo teste). A aplicação das duas versões do teste pode ser feita em um único encontro ou em dois momentos separados, a depender das características do teste (por exemplo, quantidade de itens, forma e tempo de aplicação). Nesse caso, a precisão é calculada com base na correlação entre os escores obtidos nas duas versões do teste (Pasquali, 2009; Primi, 2012; Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015).

Por fim, o exame da precisão de avaliadores concentra-se na interpretação dos avaliadores, e não nas respostas dadas aos itens, como nos métodos anteriores. Esse delineamento se refere, portanto, à análise do grau de similaridade nas avaliações feitas por diferentes profissionais, por meio do cálculo da correlação (Nunes & Primi, 2010; Zanon & Filho, 2015).

Anexo C

Lista de profissões na amostra

Adesivadora	Bibliotecário	Ecóloga/analista ambiental
Administrador(a)	Bióloga	Economista
Advogado(a)	Bombeiro civil	Educador físico
Aeronauta	Cabeleireira	Eletricista
Agente comunitário de saúde	Caminhoneiro	Empilhadeira
Agente de endemias	Ceramista geral	Empreendedor
Agente penitenciário	Chefe intermediário (líder)	Empregada doméstica
Analista administrativo	Cirurgião(ã)-dentista	Empresário(a)
Analista comercial	Colhedor de laranja	Encarregado de obra
Analista de RH	Comerciante	Encarregado de produção
Analista de TI	Confeiteira	Encarregado de suinocultura
Apicultor	Consultora de vendas	Enfermeiro(a)
Arquiteto(a)	Consultora em criatividade	Engenheira civil
Artesã	Contabilista	Engenheira de alimentos
Assistente social	Contador(a)	Engenheira têxtil
Atendente de farmácia	Coordenador de geotecnologia	Engenheiro
Auditor	Coordenador de produção	Engenheiro de produção
Autônomo(a)	Coordenador de suprimentos	Engenheiro de segurança do trabalho
Auxiliar administrativo	Cortador	Engenheiro mecânico
Auxiliar de comércio	Costureira	Engenheiro químico
Auxiliar de cozinha	Cozinheira	Escriturária
Auxiliar de escritório	Cuidadora	Esteticista
Auxiliar de lavanderia hospitalar	Designer	Estudante
Auxiliar de limpeza	Designer gráfico	Farmacêutico(a)
Auxiliar de manutenção	Diretora escolar	Faxineira
Auxiliar de produção	Do lar	Fiscal de caixa
Auxiliar de serviços gerais	Doula	Fisioterapeuta
Balconista		Frentista
Bancária		

Funcionário(a) público	Pintor	Vendedor(a)
Garçom	Piscineiro	Vigilante
Gerente	Policia militar	Zootecnista
Gerente comercial	Porteiro(a)	
Gerente de hotel	Professor(a)	
Gerente de pesquisa e desenvolvimento	Promotora	
Gerente de rh	Psicóloga	
Gestor(a) administrativo	Publicitário	
Inspetora de alunos	Química	
Instalador de forro pvc	Rastreador	
Instrutor de trânsito	Recepcionista	
Logística	Representante comercial	
Manicure	Representante de empresas	
Maquiadora profissional	Secretária	
Marceneiro	Segurança	
Mecânico	Serviços gerais	
Médico(a)	Servidora pública	
Médico(a) veterinário	Soldador	
Metalúrgico	Supervisor(a)	
Militar	Tapeceiro	
Monitora de projetos	Técnica de laboratório	
Motorista	Técnico de farmácia	
Nutricionista	Técnico de logística	
Oficial de suinocultura	Técnico elétrico de sistema de refrigeração	
Operador multifuncional	Técnico em segurança do trabalho	
Operador de manufatura	Terapeuta ocupacional	
Operador de autoclave	Torneiro mecânico	
Operador de máquina	Trabalhadora rural	
Operador de pedágio	Tratorista	
Operador de produção	Treinador de esportes	
Operador(a) industrial	Turismóloga	
Padeiro	Usineiro do açúcar a álcool	
Pedagoga		
Pedreiro		

Anexo D

Correspondências entre modelo teórico e fatores do instrumento

Componente do modelo teórico	Fatores do instrumento
Concordâncias (ou discordâncias) na criação dos filhos	Concordância coparental
Suporte ou sabotagem do papel parental do parceiro	Suporte coparental
	Apoio à parentalidade do parceiro
	Sabotagem coparental
Divisão do trabalho	Divisão do trabalho
Gestão familiar conjunta	Exposição da criança ao conflito
Proximidade baseada na parentalidade ¹	Proximidade coparental

¹Esse componente foi adicionado posteriormente ao modelo, com base em entrevistas qualitativas realizadas com os pais

Itens que compõem as subescalas da ERC

Concordância coparental: 6, 9, 11 e 15

Proximidade coparental: 2, 17, 24, 28 e 30

Suporte coparental: 3, 10, 19, 25, 26 e 27

Apoio à parentalidade do parceiro: 1, 4, 7, 14, 18, 23 e 29

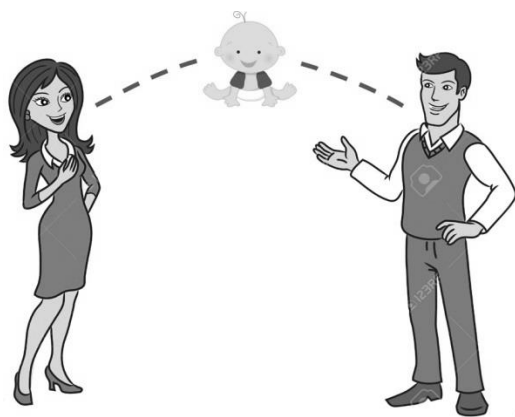
Divisão do trabalho: 5 e 20

Sabotagem coparental: 8, 12, 13, 16, 21 e 22

Exposição da criança ao conflito: 31, 32, 33, 34 e 35



Algumas informações sobre a Coparentalidade



Thaís Ramos de Carvalho
2017

Anexo E



Mudanças nas famílias

Ao longo dos últimos 40 anos, ocorreram mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres. Muitas mulheres passaram a assumir diferentes responsabilidades, além dos papéis de esposa e mãe, o que implicou, também, em mudanças em como casais criam seus filhos. Em função dessas mudanças, os homens passaram a interagir com maior frequência com sua parceira sobre a criação dos filhos. Dessa forma, vem surgindo um novo padrão de interação entre os pais e as mães para atender às necessidades dos filhos, conhecido como coparentalidade.

A **coparentalidade** se refere à forma como os pais (ou outras figuras parentais) se relacionam, enquanto equipe, buscando desempenhar seus papéis parentais. Uma relação coparental **positiva** é estabelecida quando os indivíduos têm responsabilidade compartilhada na criação de uma criança e quando há apoio e coordenação de esforços entre os dois pais.



Impactos para os filhos

Os pais e as mães são os responsáveis por estruturar as relações entre familiares. Por isso, é importante que sejam estabelecidas interações positivas entre os pais, um com o outro (mesmo que não residam juntos), e, também, com os filhos, visto que essas interações servem de base para o desenvolvimento saudável de todos.

A relação coparental estabelecida pelos pais (morando juntos, ou não) influencia no desenvolvimento dos filhos porque eles aprendem, observando os pais, habilidades para conviver em família e para conviver em sociedade, as quais afetam a construção do autoconceito (como a criança se vê) e da autoestima da criança. Isto, por sua vez, afeta as relações da criança com outras pessoas do seu dia-a-dia.

Além do envolvimento direto de cada um dos pais com os filhos, o suporte emocional que cada parceiro oferece ao outro contribui para que os filhos tenham um desenvolvimento mais saudável, uma vez que esse suporte auxilia na manutenção do bem estar dos adultos.



Como desenvolver a coparentalidade

Para que a mãe e o pai consigam trabalhar bem, juntos, em relação aos cuidados com os filhos, é necessário que ambos reflitam sobre como interagir de forma positiva, visando maximizar o desenvolvimento da criança. Assim, é importante aprimorar as habilidades de comunicação com o(a) parceiro(a) sobre a criança, para combinar mudanças, visando resolver dificuldades que possam surgir por parte da criança, da mãe ou do pai.

O fato de alguns pais discordarem em questões envolvendo a criança não é, por si só, problemático. Mães e pais que "concordam em discordar" geralmente conseguem manter altos níveis de apoio coparental mútuo. Pais que conseguem lidar com a resolução de discordâncias de forma ativa e respeitosa, provavelmente não irão experimentar os efeitos negativos desses desacordos. Por outro lado, quando essas diferenças de opinião interferem na relação com o filho, elas demandam uma atenção especial, visto que podem afetar

negativamente as práticas disciplinares utilizadas pelos pais.

Além disso, os pais devem estar atentos ao grau de flexibilidade ou rigidez que cada um emprega na divisão de tarefas envolvendo os filhos, visto que esse é um fator que influencia o nível de satisfação das mães e dos pais. Também é importante que cada um dos pais se empenhe em dar suporte ao outro enquanto pai/mãe, buscando soluções para dificuldades e por meio da afirmação da competência do(a) parceiro(a), reconhecendo e respeitando suas contribuições, sustentando as decisões acordadas e valorizando a disponibilidade do(a) parceiro(a) para se envolver em questões parentais.

Por fim, é responsabilidade das mães e dos pais o controle do próprio comportamento e o gerenciamento da comunicação estabelecida com o(a) parceiro(a), de forma a evitar que os níveis de tensão cheguem a um ponto em que a criança seja incluída no conflito interparental.

Referências bibliográficas principais

Feinberg, 2002, 2003; Florsheim et al., 2012; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013;

Machado, 2009; Morrill, Hines, Mahmood, & Córdoba, 2010; Prati & Koller, 2011; Vanalli, 2012, Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005.

Leituras adicionais

Brooks, R. & Goldstein, S. (2005). *Criando e Educando Filhos*;
Gottman, J. & DeClaire, J. (2000). *Inteligência Emocional e a Arte de Educar Nossos Filhos*;
Monbourquette, J. (2001). *ABC da Comunicação Familiar*.
Weber, L. (2014). *Eduque com Carinho – Para Pais e Filhos*.

Anexo F

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa *“Coparentalidade: evidências teoricamente fundamentadas para validar a Escala da Relação Coparental (versão brasileira)”*.
 - a. Você foi selecionado(a) por ser pai ou mãe de uma criança com até 6 anos de idade e por ter tido a criança focal após seus 18 anos de idade. Sua participação não é obrigatória.
 - b. O presente estudo tem como objetivo validar um instrumento, para uso no Brasil, que avalia a forma como os casais organizam os cuidados em relação aos filhos (coparentalidade).
 - c. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder ao instrumento de coparentalidade e a alguns instrumentos que se referem a questões envolvidas no funcionamento familiar e no desenvolvimento de seu filho. Além disso, você também responderá a um questionário contendo algumas perguntas sobre seu perfil sociodemográfico.
2. Sua participação na pesquisa pode gerar algum desconforto ou constrangimento, já que podem ser levantados para reflexão alguns pontos sobre a forma como você e sua(seu) parceira(o) se relacionam para cuidar de seu filho que gerem descontentamento em você, assim como preocupações envolvendo seu próprio comportamento e o comportamento do seu filho. Pretende-se que questões que causem incômodo sejam evitadas, mas caso isso ocorra, a pesquisadora deve ser avisada para que preste o apoio necessário. Por outro lado, essa reflexão pode te ajudar a analisar o modo como você interage com sua(seu) parceira(o) e com a criança, levando à busca por soluções, assim como melhores formas de se lidar com alguma situação difícil. Além disso, sua participação é muito importante para um melhor entendimento das habilidades que os casais estão desenvolvendo para se relacionar, um com o outro, nas questões que envolvem os cuidados dos seus filhos.
 - a. Buscando evitar qualquer tipo de risco, tomamos os seguintes cuidados:
 - A aplicação dos instrumentos será feita em ambiente com o mínimo de movimentação de pessoas não envolvidas na pesquisa;
 - As respostas dadas aos instrumentos serão totalmente sigilosas, sendo desnecessária a identificação pelo nome.
3. A pesquisa envolve um único encontro com você. Neste momento, uma aluna do doutorado em Psicologia (Tháís Ramos de Carvalho) estará sempre presente no local. A orientadora do projeto, Elizabeth Joan Barham (Psicóloga, CRP 06/60032-2) está disponível para dar assistência, caso surja alguma necessidade.
4. Sinta-se a vontade para fazer qualquer pergunta sobre o procedimento e a pesquisa, antes, durante ou depois desse encontro.
5. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com a pesquisadora ou com a UFSCar. Sendo um(a) participante voluntário(a), você não terá nenhum pagamento ou despesa referente à sua participação na pesquisa.
6. Todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. No caso da divulgação dos dados em publicações científicas ou em apresentações, será atribuído um nome fictício ou código para que seu sigilo seja garantido e não serão divulgados dados que possam identificá-lo(a).
7. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da aluna pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Thaís Ramos de Carvalho
Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP-310
São Carlos/SP
CEP 13565-905
Telefone: (16) 98173-5633
E-mail: thais_rcarvalho@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante